

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

UMA LEITURA DO ROMANCE “RIO DE
SOMBRAS” DE ANTÓNIO ARNAUT

João Aurélio Sansão Coelho

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

2022

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

UMA LEITURA DO ROMANCE “RIO DE
SOMBRAS” DE ANTÓNIO ARNAUT

João Aurélio Sansão Coelho

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Dissertação orientada pela Professora Doutora Rosa Maria Sequeira

Junho, 2022

Declaração

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor.



Attribution

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Um agradecimento especial à Professora Doutora Rosa Maria Sequeira.

Dedicatória

À minha Família.

Declaração de Integridade

UMA LEITURA DO ROMANCE “RIO DE SOMBRAS” DE ANTÓNIO ARNAUT

Resumo

Os romancistas também escrevem História e podem ser tão importantes como os historiadores neste âmbito. Em *Rio de Sombras* de António Arnaut encontramos uma parte substancial da agitada História de Portugal, entre os anos de 1960 e final dos anos oitenta do século XX. Nesta comunicação literária o autor conduz-nos pelos ambientes da sociedade portuguesa sob regime ditatorial, leva-nos à antiga Alemanha Federal para a formação do Partido Socialista e envolve-nos nos labirintos da vida associativa dos universitários de Coimbra e de Lisboa entre as manifestações de vanguarda cultural, inquietudes e repressões de família e da sinistra polícia política (Pide) e da Censura. O autor, numa narração polifónica com a contribuição de um narrador contratado e do protagonista Afonso, acompanha o eclodir da guerra colonial. No plano castrense percebemos como foi ganhando forma, através de capitães insubmissos, o Movimento das Forças Armadas e a Revolução do 25 de Abril. E percebemos ainda como os cravos vermelhos, signos da Revolução, foram algumas vezes mantendo a cor viçosa e, outras vezes, desbotando, tal como a esperança num Portugal progressivo. A emancipação da mulher, o aumento da escolaridade, a melhoria de infraestruturas, a criação do Serviço Nacional de Saúde que veio dar aos cidadãos o que eles nunca tiveram - quem os apoiasse na doença -, são aspetos reveladores da diferença para melhor, no país. Arnaut, advogado, político, escritor e maçom fala-nos de uma ética republicana que deve pautar a vida pública e que também algumas vezes desbotou. O epílogo de *Rio de Sombras* é agosto de 1988, mas o autor deu à estampa este romance em 2007. A hemorragia demográfica e de serviços, em particular no Interior, a adiada regionalização, uma corrupção que não foi estancada, “bolsas de pobreza” e dificuldades para alavancar Portugal rumo a um progresso eficaz, económico e social, são aspirações que subjazem no corpus deste romance. Embora Arnaut, através do protagonista, nos tenha mostrado pouco mais do que uma dezena de anos após o *25 de Abril*, projeta alertas e preocupações por não se cumprirem ideais perspetivados e por alguma falta de ética na vida pública portuguesa: e apela para uma ética republicana. Procurámos ler este romance como um livro de História e ver esta fase da vida portuguesa comentada pelo autor. Apesar de refletir em cruas realidades observáveis, Arnaut deixa plantada uma semente de esperança. O romance, na sua

fragmentariedade, está inserido numa corrente estética pós-modernista e observámos os requintados expedientes literários com que o autor disseca situações da vida entre o real e o ficcional e que nos leva a enquadrar esta narrativa de cariz histórica e autobiográfica na autoficção. Em conclusão: os escritores são ainda mais importantes para a sociedade se nela tomarem parte como o fez António Arnaut com *Rio de Sombras*.

Palavras-chave:

Literatura e Sociedade; Gerações 1960/80; Política Pós-25 de Abril; Serviço Nacional de Saúde; Corrupção.

READING OF ANTÓNIO ARNAUT'S ROMANCE "RIO DE SOMBRAS"

Abstract

Novelists also write history and can be just as important as historians in this respect. In António Arnaut's *Rio de Sombras* we find a substantial part of Portugal's troubled history from the 1960s to the late 1980s. In this literary communication, the author takes us through the ambience of portuguese society under a dictatorial regime, takes us to the former Federal Germany for the formation of the Socialist Party, and involves us in the labyrinths of the associative life of university students in Coimbra and Lisbon between the manifestations of cultural vanguard, family restlessness and repression, and the sinister political police (Pide) and censorship. The author, in a polyphonic narration with the contribution of a hired narrator and the protagonist Afonso, follows the outbreak of the colonial war. On a military level we see how the Armed Forces Movement and the Revolution of the 25th of April took shape through unsubmitive captains. And we also see how the red carnations, signs of the Revolution, were sometimes keeping their vibrant color and at other times fading, just like the hope for a progressive Portugal. The emancipation of women, increased schooling, improved infrastructures, the creation of the National Health Service that gave citizens what they never had - someone to support them when they were sick - are all aspects that show the difference for the better in the country. Arnaut, lawyer, politician, writer, and Freemason, tells us about a republican ethic that should guide public life and which has also sometimes faded. The epilogue of *Rio de Sombras* is August 1988, but the author brought this novel to print in 2007. The demographic and service hemorrhage, particularly in the interior of the country, the postponed regionalization, the unstoppable corruption, the "poverty pockets", and the difficulties to leverage Portugal towards an effective economic and social progress, are aspirations that underlie the corpus of this novel. Although Arnaut, through the protagonist, has shown us little more than a dozen years after the 25th of April, he projects warnings and concerns over the non-fulfillment of the ideals he had envisioned and some lack of ethics in portuguese public life: and calls for a republican ethic. We tried to read this novel as a history book and see this phase of portuguese life commented by the author. Despite reflecting on crude observable realities, Arnaut leaves a seed of hope planted. The novel, in its fragmentary nature, is part of a post-modernist aesthetic current, and we have

observed the exquisite literary expedients with which the author dissects life situations between the real and the fictional, which leads us to frame this historical and autobiographical narrative in autofiction. In conclusion: writers are even more important for society if they take part in it as António Arnaut did with *Rio de Sombras*.

Keywords:

Literature and Society; 1960/80 Generations; Post April-25 Politics; National Health Service; Corruption.

Índice

Declaração	ii
Agradecimentos	iii
Dedicatória.....	v
Declaração de Integridade	vi
Resumo	vii
Abstract.....	ix
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xii
APRESENTAÇÃO	1
1. A VIDA PÚBLICA DE ANTÓNIO ARNAUT	5
2. VALOR DOCUMENTAL E ATUALIDADE DE RIO DE SOMBRAS	15
3. RIO DE SOMBRAS. HISTÓRIA E DISCURSO	35
3.1. Termo “Ética”	44
3.2. Termo “Moral”	44
3.3. Termo “Deontologia”	46
3.4. Os anos 1960	64
3.5. A Revolução do 25 de abril	71
4. O UNIVERSO DIEGÉTICO DE RIO DE SOMBRAS.....	83
4.1. Autor – Narrador – Protagonista.....	83
4.2. O universo feminino das personagens	85
4.3. Os cafés da Baixa de Coimbra	89
4.4. Metáforas: rio, sombra, incêndio, castanheiro, semente.	91
5. CONCLUSÕES	93
BIBLIOGRAFIA.....	99
ANEXOS	105
Anexo I - Entrevista de Isabel Tavares a André Corrêa D’Almeida.....	107
Anexo II - Entrevista de Isabel Tavares a Boaventura de Sousa Santos.....	119
Anexo III – Autoficção ou Ficção com factos reais na série “The Crown” na Netflix..	141
Anexo IV- Apresentação do Romance Rio de Sombras pela Prof. Doutora Ana Paula Arnaut em Coimbra.	147

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A.A.	António Arnaut
ASP	Ação Socialista Portuguesa
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CDS	Centro Democrático Social
AAC	Associação Académica de Coimbra
DG/AAC	Direção Geral da Associação Académica de Coimbra
PC	Partido Comunista Português
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RS	Rio de Sombras
SNS	Serviço Nacional de Saúde

APRESENTAÇÃO

O livro *Rio de Sombras* (RS) de autoria de António Arnaut (A.A.) foi publicado em 2007 e, quanto a nós, numa primeira leitura, assumia um carácter memorialístico e parcialmente autobiográfico. A vida pública de reconhecido prestígio do seu autor e o espaço que Coimbra ocupa na obra mereceu-nos uma particular e quase afetiva atenção.

A época abordada na História Contemporânea do país, farta em acontecimentos de relevo, também cativa. É uma narrativa que foca um conjunto de ocorrências marcantes da vida do protagonista. Das crises académicas à guerra colonial e da Ditadura à Revolução de Abril os acontecimentos são reportados e comentados, direta ou marginalmente, o que permite analisar os conceitos de vida para o autor, António Arnaut, e que o terão levado à atitude de narrador, comentador e pedagogo de uma parte da História do Portugal contemporâneo.

E isto acontece porque para além de reportar factos há denúncias feitas pelo protagonista de relevante importância em relação a erros de um passado relativamente recente.

Tínhamo-nos proposto à realização de um trabalho, quase imediato, acerca da obra inserida no binómio Literatura e Sociedade. Contudo, perante o decorrer do tempo e o esmiuçar da narrativa, fomos verificando que seria importante conceder um espaço de tempo significativamente dilatado por forma a podermos ter uma visão mais afastada temporalmente, macroscópica e também diacrónica, dos erros apontados e observar até que ponto alguns avisos formulados na obra são verificáveis e sedimentados num futuro balizado por mais do que uma década.

O autor é considerado “pai” do Serviço Nacional de Saúde (SNS). No romance *Rio de Sombras* o protagonista foca a importância deste Serviço. Vai trabalhar como médico para um centro de saúde, a linha da frente dos cuidados sanitários públicos primários, no interior de Portugal. Contudo, num multiplicar inesperado e aflitivo de ocorrências que extravasam a diegese detetámos que o referido Serviço Nacional de Saúde, depois de parcialmente desvalorizado e no qual pouco ou nada se investiu em dinheiro e em recursos humanos, veio, subitamente, ser posto à prova de uma forma hercúlea sendo considerados heróis os seus profissionais que acorreram num frenesim dorido e num combate sem tréguas a uma pandemia que mudou radicalmente o quotidiano dos portugueses e do mundo em geral. Vários profissionais de saúde pagaram com a vida a entrega, em Portugal, à profissão, tal

como em muitos outros países com idênticos trabalhadores devido aos índices elevados de contágio do vírus sars-cov-2 (covid-19) que surgiu inicialmente na China, em finais de 2019, propagando-se, posteriormente, a todo o mundo, de uma forma galopante, incontável e a surpreender face às mutações que veio a ter. Foi com a dedicação destes profissionais de saúde e a existência do SNS que se terão evitado em Portugal mais mortes para além das 21.248 registadas no nosso país até 08 março de 2022¹ sabendo-se que, no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde, até novembro de 2011, houve cerca de 5,4 milhões de óbitos causados pelo referido vírus. Uma notícia do jornal *Público* a 11março2022 avança com novos dados estimando que tenham morrido mais de 40 mil portugueses por covid-19 e falecido, a nível mundial, mais de dezoito milhões de pessoas. Números impressionantes. Drama global.

Se até então a narrativa *Rio de Sombras* percutia no soberano interesse nacional de seguir as denúncias, avisos e conselhos que o narrador fazia através do protagonista Afonso de Mendonça e de outras estratégias literárias, no domínio da vida pública portuguesa - corroída no seu entender por alguns políticos sem escrúpulos, do poder local ao nacional, e por um índice de corrupção significativo -, dilatar o tempo para podermos comprovar a oportunidade e adequação da narrativa passou a ser um desiderato.

Quinze anos decorridos parecem, contudo, suficientes para, através dos vinte anos em que está ancorada a diegese de *Rio de Sombras*, ensaiarmos a demonstração de que a literatura tem uma função pedagógica importantíssima na Sociedade e procura que esta seja mais livre, justa e igualitária e afirmar, na linha de Jean Paul Sartre, citado por Carlos Reis (Reis, 2008, p. 43), que “a função do escritor é proceder de modo que ninguém possa ignorar o mundo nem alhear-se dele”.

Procurámos aspetos matriciais como valores e virtudes, conceitos de ética e de moral para servirem de padrão nas análises que fizemos de *Rio de Sombras*. O protagonista Afonso prefigura perfilhar valores fundamentais e faz deles um constante alarde e subscrição o que terá a ver com a inserção **do autor** na sociedade portuguesa em geral e em particular em grupos sociais nos quais **também António Arnaut, advogado, político, escritor e maçom** se inscreveu.

¹ Até à data (08.03.2022) tinham falecido 11.178 portugueses do sexo masculino e 10.070 do sexo feminino.

Há, em *Rio de Sombras*, um elogio à existência de um SNS e, quase em contraponto, a denúncia para o problema da corrupção ligada a uma certa cultura de tolerância para o favorecimento o que representa um custo para os portugueses superior a dezoito mil milhões de euros por ano, dados de março de 2021. Um crime que corrói a nossa Democracia e que em nada a eleva podendo, inclusive, feri-la de morte.

A leitura de *Rio de Sombras* permite conhecer uma geração académica dos anos de 1960/1970 em Portugal e uma outra, sua sequente, que explode em promessas e radicalismo no 25 de abril de 1974. Esta, talvez possamos considerá-la a da generosidade; e ainda outra vaga ou geração seguinte: essa terá sido a da frustração ou geração adiada por não conseguir colher, rápida e positivamente, todos os frutos anunciados pela Revolução dos Cravos.

A análise do romance revela alguns atos de corrupção após o *25 de Abril* e desvios em relação a valores essenciais que devem nortear a sociedade portuguesa. Foram historiados em *Rio de Sombras* 20 anos portugueses de contrastes, dores, erros, aspirações – relatos de António Arnaut, uma voz que não se calou e que escreveu este romance, como testemunho e semente para frutificar por forma a que esperança na Revolução dos Cravos volte a ser verdade.

1. A VIDA PÚBLICA DE ANTÓNIO ARNAUT

António Arnaut (A.A.) nasceu a 28 de janeiro de 1936 em Venda das Figueiras, freguesia de Cumeeira, concelho de Penela. Fez o ensino básico na Cumeeira onde tem uma única colega, Maria Ermelinda, com quem veio a casar a 1 de abril de 1959.

Os pais de A.A. tiveram uma mercearia e dedicavam algum tempo à agricultura. O avô materno, António Freire Moço, terá exercido alguma influência no neto pois além de agricultor “foi lavrante, lavrava a pedra, esculpia muitas coisas (...) narrador inveterado” (Godinho & Delgado, 2017, p. 57) contava-lhe, à noite, contos quase sempre inventados e que ia modificando no dia-a-dia. Este facto fez A.A. descobrir o fascínio pela literatura – é uma confissão do próprio. De um modo geral os seus antepassados estiveram ligados à agricultura e ao artesanato o que o autor apresenta em *Recolha Poética* nestes termos: “Os meus antepassados eram cavadores/de terra e vento, sonhos e presságios/” dizendo-nos ainda na sua Fotobiografia “Dos meus antepassados artesãos herdei este gosto de falar com as mãos” (Garcia, 2017, p. 32).

A.A. frequentou, no ensino secundário, os colégios de Avelar e de Figueiró dos Vinhos e a seguir, para concluir em 1954 o curso secundário, esteve como aluno interno no Colégio Nuno Álvares em Tomar. São dessa época os primeiros escritos públicos de A.A. inseridos no livro *Versos da Mocidade*. Ainda em Tomar esteve ligado à fundação do jornal de vocação literária com o título *Facho* que fez contraponto com um jornal satírico de outros colegas com o título *Folha de Couve*. Nessa época aderiu à Juventude Escolar Católica e, por volta dos 14 ou 15 anos, passou a ser assinante do jornal *República* influenciado por um morador local que andava muitas vezes pela rua da sua aldeia, em tempo de ditadura, a gritar “Viva a República” e “Viva a Democracia”, mas a Guarda Nacional Republicana tomava-o por louco e nunca o incomodou.

A.A. rumou, após Tomar, para a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, integrando o curso de 54/59, onde concluiu a licenciatura em 1959 com 14 valores. Aos 18 anos travou amizade com membros da oposição ao regime de Salazar. É uma época em que o fermento da revolução face à ditadura ganha visibilidade perante um regime político português cada vez mais opressivo. Grandes nomes da literatura e da sociedade em geral evidenciavam-se e polemizaram merecendo relevo o ambiente académico e cultural de

Coimbra que A.A. integrou de forma ativa. A.A. contacta aos 18 anos com pessoas da Oposição (Godinho & Delgado, 2017, p. 66), com velhos republicanos como o médico de Arganil, Fernando Vale, Fernando Lopes, advogado, e com o comerciante de Coimbra César Alves, todos maçons e aqui citados porque surgem retratados neste livro em apreciação: RS. Em 1958 colabora ativamente na candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

A.A. subscreveu a 1 de março de 1959, a convite de um seu professor de Direito e oposicionista, Orlando de Carvalho, a “Carta dos Católicos” a Salazar, o que motivou ter um processo no Tribunal Plenário de Lisboa por crime contra a segurança do Estado. Recém-casado, curso de licenciatura completo, sem perder qualquer ano, A.A. abre escritório de advocacia no burgo de Penela em 1961. Poucos meses depois é chamado para cumprir o serviço militar obrigatório entrando para o Curso de Oficiais Milicianos. É mobilizado para a Guerra Colonial em Angola como alferes de intendência. É colocado no norte da colónia, em Ambrizete, e por razões da sua postura de ativista político é enviado, posteriormente, para Nambuangongo, zona de maior conflitualidade e implícita perigosidade. Nesse aquartelamento de Nambuangongo cruza-se com o poeta e igualmente militar e seu amigo de Coimbra, Manuel Alegre. No livro *Praça da Canção* com poemas e canções de guerra (colonial), o seu autor, Manuel Alegre, insere um poema *Nambuangongo, Meu Amor* (Alegre, 2015) que legenda de forma inequívoca o que era o ambiente bélico na zona de Angola onde esteve também A.A. e que muito o marcou:

Em Nambuangongo tu não viste nada
não viste nada nesse dia longo longo
a cabeça cortada
e a flor bombardeada
não tu não viste nada em Nambuangongo.

Falavas de Hiroxima tu que nunca viste
em cada homem um morto que não morre.
Sim nós sabemos Hiroxima é triste
mas ouve em Nambuangongo existe
em cada homem um rio que não corre.

Em Nambuangongo o tempo cabe num minuto
em Nambuangongo a gente lembra a gente esquece
em Nambuangongo olhei a morte e fiquei nu. Tu
não sabes, mas eu digo-te: dói muito.

Em Nambuangongo há gente que apodrece.

Em Nambuangongo a gente pensa que não volta
cada carta é um adeus em cada carta se morre
cada carta é um silêncio e uma revolta.

Em Lisboa na mesma isto é a vida corre.

E em Nambuangongo a gente pensa que não volta.

É justo que me fales de Hiroxima.

Porém tu nada sabes deste tempo longo, longo
tempo exatamente em cima
do nosso tempo. Ai tempo onde a palavra vida rima
com a palavra morte em Nambuangongo.

Segundo o plano Centauro Grande a área norte da então denominada Província de Angola era dividida em zonas recuperadas (e estas em pacificadas e não pacificadas) e em não recuperadas porque os independentistas angolanos através da luta armada tinham conseguido apoderar-se de uma boa parte do norte de Angola. Perante a chegada de batalhões de militares provenientes do Continente o domínio pelas Forças Armadas portuguesas foi evidente e rechaçaram os militares e apoiantes dos movimentos independentistas que tinham iniciado a luta armada pela libertação e independência dos seus territórios.

A.A. regressa da guerra colonial em 1963 e volta à advocacia em Ansião e Penela.

Em 1966, A.A. passa a integrar “pela mão de Fernando Valle e Miguel Torga” (Garcia, 2017, p. 40), a Ação Socialista Portuguesa (ASP) que veio a transformar-se em partido político. Em 1969 é candidato a deputado pela CDE (Comissão Democrática Eleitoral) às eleições em apoio ao candidato a Presidente da República, Humberto Delgado.

A 18 de abril de 1973, em Bad Munstereifel, cidade do distrito de Euskirchen, Região de Colónia, do Estado de Renânia do Norte-Vestfalia, perto de Bona, na então Alemanha

Federal⁴², é constituído o Partido Socialista. Nesta passagem da Ação Socialista Portuguesa a partido político, sob os auspícios do então secretário geral da Internacional Socialista, o

² A República Federal da Alemanha prestou um inegável auxílio a Portugal e Ana Mónica Fonseca citando Franco Nogueira em *Salazar. Vol. V, A Resistência (1958-1964)* anota o que foram os créditos favoráveis, uma relação mais do que amistosa, um claro apoio a Portugal e que o nosso país recebeu material militar decisivo para a guerra nas colónias (Fonseca, 2012). Da sua tese de mestrado (Fonseca, 2012), com o título *O Apoio da Social Democracia Alemã à Democracia Portuguesa*, destacamos algumas passagens que nos permitem enquadrar um apoio que veio a ser muito importante para a obtenção da democracia em Portugal e para apoiar a integração da ASP na Internacional Socialista e para a constituição do Partido Socialista em ligação com o papel fulcral desempenhado por Mário Soares: (...) Salazar, Presidente do Conselho, não pediu nenhum valor pecuniário em troca da autorização da presença alemã na Base de Beja – uma vez que também não a tinha pedido aos ingleses nem aos americanos pelo estabelecimento de Bases nos Açores – mas soube aproveitar esta necessidade do novo aliado e exigiu contrapartidas materiais, nomeadamente ao nível do equipamento militar, que se revelaram altamente proveitosos para o grande desafio da política externa portuguesa na segunda metade do século XX: a manutenção das suas colónias. Era uma questão simples de aproveitamento realista e prático de uma obrigação alemã no quadro da Aliança Transatlântica – se uma participação da Força Aérea alemã na NATO era uma exigência que a Alemanha tinha de cumprir, e se Portugal tinha as condições para ajudar a satisfazê-la, havia que aproveitar ao máximo esse trunfo (...) e dele saber tirar partido. (...) À medida que a própria Alemanha Federal investia nas suas relações com o continente africano, nomeadamente com o objetivo de capitalizar o apoio dos Estados recém-independentes do Continente para a sua própria contenda com a República Democrática Alemã, a posição estratégica portuguesa caiu para segundo plano nos radares políticos de Bona. A chegada ao poder da Grande Coligação em 1966 e o lançamento da Ostpolitik (uma Ostpolitik que entrou em vigor em pleno apenas a partir de 1969, mas que levou a um reposicionamento cujas reverberações se fizeram sentir assim que Willy Brandt ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros) tornou o apoio alemão a Portugal ainda mais difícil de explicar e relegou Portugal para uma posição ainda mais secundária no quadro, cada vez mais amplo, da política externa federal. Tal não significa que Portugal se tivesse tornado irrelevante para o Governo federal alemão (...) o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão decidiu adotar uma posição perante o seu aliado ocidental que consistia em duas linhas principais e que marcariam toda a década de sessenta: “evitar tudo o que possa ser visto pelos Estados afro-asiáticos como um apoio à política colonial portuguesa” e, simultaneamente, “esforçar-se para que em Portugal não se tenha a impressão que a sua aliança está em risco”. Neste sentido, e pelos motivos já referidos anteriormente, não seria concedido nenhum auxílio financeiro diretamente às províncias ultramarinas portuguesas e apenas se previam alguns financiamentos a projetos concretos a realizar em Portugal metropolitano” ainda segundo Ana Mónica Fonseca que detalha: “Em 1968, em Portugal, Oliveira Salazar era substituído por Marcelo Caetano, o que criou em Bona a expectativa de uma liberalização política. Os líderes alemães viam o regime português como muito mais repressivo e fechado, política, económica e socialmente. Esta leitura do Estado Novo fazia com que quaisquer oportunidades para uma liberalização interna fossem tidas como raras, sendo por isso de aproveitar e incentivar quaisquer indicações nesse sentido, por muito tímidas que fossem. As primeiras iniciativas de Caetano no poder pareciam, na realidade, corresponder às expectativas que sobre ele caíam. A nomeação de vários europeístas para o seu governo (ocupando cargos de secretários e subsecretários de Estado), a autorização para o regresso de Mário Soares, deportado em S. Tomé há vários meses, e a convocação de eleições legislativas, às quais poderiam candidatar listas da oposição, refletiam a tónica reformadora que ficou conhecida como «primavera marcelista». Porém, as eleições de outubro de 1969 acabaram por se revelar o ponto de viragem relativamente às expectativas de liberalização marcelista. Não só o seu resultado não refletia qualquer abertura política, acabando por desiludir igualmente algumas alas da oposição democrática, que haviam acreditado na promessa de abertura política, como a partir daqui Caetano se revelou impossibilitado de prosseguir qualquer reforma de fundo no regime. Até ao final do Estado Novo, o Marcelismo foi endurecendo a sua política, anulando qualquer hipótese de abertura do Estado Novo, quer ao nível político, quer ao nível militar. Também ao nível externo, o desapontamento com o modo como se processaram as eleições e o seu resultado acabou por diminuir as expectativas que se tinham elevado. No caso da social-democracia alemã, a consequência direta deste desapontamento foi a concentração nos elementos da oposição democrática portuguesa que estavam ideologicamente próximos: os socialistas

austriaco Hans Janitschek, A.A. secretariou a sessão e foi o primeiro subscritor da ata fundacional. Porém, A.A. foi um de sete subscritores que estiveram inicialmente indecisos em participar nesta sessão. E por que motivo? Porque estava vedada aos portugueses participarem na constituição de partidos. Por isso, A.A. e os seus companheiros, residentes em Portugal, receavam que a Pide os prendesse no regresso ao país. Tal pressuposto, segundo o próprio, justifica ter sido um dos que defendia a continuação da Ação Socialista Portuguesa.

Retomamos a vida militar do autor: A.A. foi incorporado no serviço militar obrigatório em 1961. Foi mobilizado para cumprir como oficial miliciano (alferes de intendência) uma comissão militar em Angola. Chegou a Luanda em agosto de 1961. A guerra em geografias africanas, encetada por movimentos de libertação com nativos preparados sob a influência de potências estrangeiras, como Rússia e Estados Unidos, tinha começado há alguns meses, a 4 de fevereiro, embora já tivesse, algum tempo antes, havido conflitos a norte da capital. Nessa madrugada houve assaltos em Luanda à Casa da Reclusão Militar, Cadeia, PSP, à

portugueses da ASP, liderados por Mário Soares, sem que, no entanto, as relações luso-alemãs fossem afetadas. Nas eleições de 1969, a Ação Socialista Portuguesa tinha decidido concorrer em listas autónomas em Lisboa, Braga e Porto, com o nome de Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), como forma de assumir uma estratégia distinta da restante oposição e acima de tudo, tentar evitar que o Partido Comunista Português (PCP) surgisse como o principal elemento da oposição ao regime. Este reforço da posição da ASP no seio da restante oposição portuguesa beneficiou igualmente de dois movimentos paralelos: por um lado, o aumento do apoio e reconhecimento internacional, consequência direta dos esforços de Mário Soares, exilado em Paris desde o verão de 1970, junto dos principais partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental (...) Retomando os contactos que haviam sido estabelecidos em meados da década de 1960 com o SPD e a Fundação Friedrich Ebert, os socialistas portugueses, em particular Mário Soares, procuraram granjear o apoio político e financeiro para a ASP. Acompanhando os desenvolvimentos levados a cabo no interior, Mário Soares focou-se acima de tudo no contacto com o SPD e em pedir o apoio da Fundação Ebert para as cooperativas e para o jornal República. Pelo que se compreende da sua correspondência com Elke Esters, responsável da Fundação Ebert para Portugal, a FES apoiou ativamente as cooperativas, quer do Porto, quer de Lisboa, mas teve mais dificuldades em acompanhar o processo de aquisição e de manutenção do (jornal) República. Uma outra dimensão muito importante para o reconhecimento internacional da ASP foi a sua admissão na Internacional Socialista (IS), o que aconteceu em 1972. Na realidade, a cooperação entre a ASP e a IS tinha-se intensificado desde as eleições de 1969 e reforçara-se no início da década de 1970, com a criação de um grupo de trabalho sobre Portugal. Em junho de 1972, a ASP foi então admitida como membro pleno da Internacional Socialista, o que representava um importante passo no sentido do seu reconhecimento internacional. Por sua vez, a entrada na IS forçou a transformação da Ação Socialista Portuguesa num partido político. O Partido Socialista Português (PS) foi fundado em 19 de abril de 1973, durante um congresso da ASP realizado na Academia da FES em Bad Münstereifel, sendo Mário Soares escolhido para secretário-geral do Partido. Contudo, o apoio político dado pela Social-Democracia alemã neste momento fundacional do PS foi, acima de tudo simbólico. De facto, os representantes alemães, Elke Esters (FES) e Hans-Eberhard Dingels (SPD), tiveram pouca ou nenhuma intervenção no Congresso, estando apenas presentes como observador” (Fonseca, 2012).

Companhia Indígena e aos Correios provocando vários mortos e feridos. Noutra latitude, na Índia, Portugal veio a perder, mais tarde, o seu controle sobre os territórios de Goa, Damão e Diu entre 17 e 19 de dezembro de 1961. Nessa época ainda não havia sinais fortes e organizados de contestação à guerra nas colónias ou ao regime ditatorial de Salazar no seio das Forças Armadas portuguesas. A maioria dos militares do regime geral era básica, concretamente soldados, e muitos provenientes de meios rurais. Despolitizados, estes soldados revelavam baixas ou quase nulas qualificações profissionais e académicas em contraponto com os milicianos que tinham cursos médios ou superiores completos ou, pelo menos, a sua frequência; e muitos eram politicamente ativos esboçando-se uma repercussão no meio castrense do espírito que perpassava pelos movimentos associativos académicos e pelo PCP (Partido Comunista Português) partido que na época, embora clandestino, aglutinava, discretamente, quase todos os que perseguiam de forma ativa a luta contra a Ditadura. Os milicianos contribuíram, ao longo dos anos seguintes, para um crescente esclarecimento político das Forças Armadas em geral.

O Exército está dividido e cético. Dez anos de guerras em três frentes abalaram profundamente a mentalidade dos seus profissionais tornando-os mais “civilizados” pelo contacto com sucessivas levadas de milicianos, jovens universitários e licenciados de mentalidade arejada, que foram desequilibrando a velha estrutura e difundindo as novas ideias de democracia e autodeterminação. (A. Arnaut, 2007, p. 206)

Os alferes e capitães milicianos, nalguns casos, foram chamados para mais do que uma comissão de serviço no Ultramar porque os profissionais do Quadro das Forças Armadas, oriundos da Academia Militar não eram suficientes para responder às exigências crescentes do conflito. Os oponentes (forças portuguesas e ativos dos movimentos de libertação) não estavam numa guerra clássica, mas sim numa guerrilha onde se confrontavam militares portugueses contra forças independentistas com táticas de surpresa e de terrorismo, ou seja, de guerrilha, em terrenos particularmente adversos para as que eram designadas Nossas Tropas (N.T).

A.A. esteve de forma precoce na Guerra Colonial (entre 1961 e 1964) isto em relação à época da Revolução dos Cravos em 1974. Contudo, ainda no seu tempo de oficial miliciano, destacado em Angola, teve uma ação política fecunda junto de alguns camaradas de armas. Na biografia de A.A., elaborada por Luís Godinho/Ana Luísa Delgado, o biografado narrou

os primeiros encontros com elementos de oposição em Angola (senhor Felisberto da Livraria Lello e o advogado Levy Batista, diretor da *Revista Seara Nova* e faz referência a livros que um capitão seu amigo e camarada de armas trazia da Livraria Lello de Luanda (A. Arnaut, 2007, p. 302). A.A. acompanhou igualmente alguns camaradas de armas, opositoristas ao regime, incluindo membros das tropas portuguesas que por terem origem africana e ideias de independência dos seus territórios e povos, já nas fileiras do Exército português, vieram a desertar e a integrar as forças na altura consideradas inimigas de Portugal, designadas genericamente por “movimentos terroristas”. Afonso teve um companheiro de armas, Silvério Manuel da Luz, que fugiu do Exército português em Angola, já perto do final da sua comissão militar, para se juntar a um movimento independentista. Na *Biografia* de A.A (Godinho & Delgado, 2017, pp. 75, 94-95) este antigo militar relata a situação que é contemplada na narrativa de RS.

Depois de cumprido o período de serviço militar obrigatório, A.A. regressa à vida civil, a Penela, voltando a exercer a advocacia; mais tarde abre escritório em Coimbra onde passou a residir e onde exerceu a sua atividade profissional até se jubilar.

A 25 de abril de 1974 A.A. regozija-se com o êxito da Revolução dos Cravos, adere ativamente ao espírito do Movimento das Forças Armadas, motor da ação militar que derrubou a Ditadura destronando Américo Tomás e Marcelo Caetano dos seus cargos cimeiros no país, respetivamente, Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros. A.A. assume, no imediato, a presidência da Comissão Administrativa do Município de Penela (1974/1975). Ainda em 1975 é eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista (PS). Prossegue a militância política, mas com o passar dos anos e de várias ações, especificamente de algumas das quais discordou, sente-se traído por lutas internas dentro do PS e por outros ativistas de outras áreas que procuraram, na ótica de A.A, uma linha marxista para Portugal, culminando no chamado PREC - Processo Revolucionário em Curso com orientação fundamentalmente marxista.

A.A. foi eleito para a Assembleia Constituinte que integrou em 1975 e 76. Mais tarde, foi vice-presidente da Assembleia da República e Ministro dos Assuntos Sociais no 2º Governo Constitucional. A posse foi a 30 janeiro de 1978. No dia 3 de fevereiro desse ano, o programa do novo governo é apresentado na Assembleia da República, onde já se apontava serem criadas medidas para organização, coordenação e financiamento de um serviço nacional de

saúde e de um sistema de segurança social. É constituído um grupo de trabalho visando a criação desse novo Serviço que teve a colaboração técnica do Professor Doutor Mário Mendes, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Este professor foi encarregue, pelo então ministro A.A., de coordenar o grupo de trabalho para definir, em cinco meses, as bases jurídicas, técnicas, administrativas e financeiras da nova organização dos serviços de saúde, mas, um mês antes, o estudo estava concluído e, apesar dos receios de possíveis dificuldade de sustentabilidade financeira formulados pelo então Primeiro Ministro Mário Soares, e por alguns membros socialistas do Governo - e ainda pelo CDS (Centro Democrático Social), parceiro da coligação -, A.A., como Ministro dos Assuntos Sociais, faz publicar no *Diário da República* o despacho de 29 de julho de 1978, a criar o SNS. Apenas como deputado, a 19 de dezembro de 1978, A.A. apresenta na Assembleia da República o Projeto-Lei 157/I a definir as Bases do Serviço Nacional de Saúde. A lei é votada em setembro do ano seguinte com votos a favor do PS e do PCP, com a abstenção do PSD (Partido Social Democrata) e votos contra do CDS. A.A. defendia também a colocação dos médicos em vários pontos do país para assegurarem uma cobertura médico-sanitária, harmoniosa, do litoral ao interior.

A.A. afastou-se do Partido Socialista em 1983 contristado com lutas no interior desta sua formação política.

A.A. apoiou candidaturas à presidência da República, com destaque para a do General Humberto Delgado em 1958 e 69; e em 1976 a do General Ramalho Eanes. Também apoiou as candidaturas ao cargo de supremo magistrado da nação de Mário Soares.

Pertenceu à Comissão de Honra da Candidatura de António Costa a primeiro-ministro, em 2015, pelo referido partido.

Em 2016, apesar de afastado da vida partidária, é designado presidente honorário do PS.

A.A. distinguiu-se na vida política como militante, ministro e presidente honorário do PS. Na vida laboral foi um advogado conceituado e na Ordem dos Advogados teve vários cargos de direção.

Na vida filosófica fez parte do Grande Oriente Lusitano (GOL). Foi iniciado na loja A Revolta e veio a ser Grão-Mestre de 2002 a 2005.

Esteve na fundação do Círculo Cultural Miguel Torga e foi ainda fundador e presidente da Associação Portuguesa de Escritores Juristas.

No âmbito da saúde, e para além de ter sido o autor do projeto-lei que esteve na base do SNS, A.A. continuou a pugnar por este Serviço. Em outubro de 2017 é lançado o livro *SALVAR O SNS Uma Nova Lei de Bases Para a Saúde* uma parceria com João Semedo e Prefácio de D. Januário Torgal Ferreira³. Do prefácio do bispo Dom Januário respigamos uma passagem que ilustra a importância do SNS para o bem-estar dos portugueses:

As formas desqualificadas com que se minorizam pessoas, sobretudo quando consideradas de tal tomo pelas suas condições sociais de pobreza e subdesenvolvimento, perfilam-se como expressão permanentes de agressão. O bem-estar do ser humano prende-se à saúde global; o mal-estar à sua ausência. O Serviço Nacional de Saúde sempre se nos revelou como instância do maior relevo num país em transformação democrática ao instaurar, nesse clima político-social, um cuidado justo e digno, mormente em ordem prioritária no tocante a pessoas desprotegidas ou até mesmo desprezadas. (Arnaut & Semedo, 2017, p. 8)

Em janeiro de 2016 a Biblioteca Municipal de Penela passa a receber o nome de António Arnaut.

A 4 de julho de 2012 é distinguido com a medalha de ouro da cidade de Coimbra e, a 5 de novembro de 2016, com a medalha de ouro da Ordem dos Médicos.

No Dia da Cidade de Coimbra, a 4 de julho de 2016, no Parque Dr. Manuel Braga, é descerrado um busto de A. A. de autoria do escultor Pedro Figueiredo com uma legenda extraída de uma frase de sua autoria: “Todo o fruto é vontade da semente” – este é o lema de A.A. indicado em vários escritos seus. Na obra em apreço, (A. Arnaut, 2007, p. 374) é dito ao protagonista Afonso, a preparar-se para se fixar numa localidade das Terras do Demo, que o castanheiro trazido da sua Tomar natal, e que o próprio plantou, tinha pegado. Afonso replica: “Fico contente por saber que as minhas raízes mergulharam nesta terra e por ter

³ *Em Salvar o SNS – Uma nova lei de Bases da Saúde para defender a Democracia*, Arnaut e Semedo (2017) referem-se ao largo consenso nacional que considera o SNS como sendo a grande conquista da Revolução de Abril e recorda que nuns Estados Gerais do PS fez uma proposta de *Tópicos para uma política de saúde de um governo PS*. Afirma que os profissionais do setor precisam de ser motivados e respeitados e preconiza que a remuneração seja equiparada à carreira judicial, lembrando que no seu livro *Serviço Nacional de Saúde, SNS/30 anos de Resistência* já abordara estas propostas.

aprendido que todo o fruto é vontade da semente” (A. Arnaut, 2007, p. 374). Denota a sua ligação ao húmus, mas, curiosamente, não à agricultura para a qual nunca terá sentido vocação como admitiu em entrevistas.

O lado telúrico de A.A. pode ligar-se à admiração e amizade convivial com o escritor Miguel Torga, pseudónimo do médico Adolfo Rocha, e com a obra deste poeta transmontano que é citado nalgumas passagens deste romance. O autor de R.S. fez conferências e palestras dedicadas a Miguel Torga e, alguns títulos da sua bibliografia versam a vida deste médico-escritor que estudou em Coimbra e foi um dos nomes propalados para o Nobel da Literatura.

A.A. foi condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade pelo Presidente Jorge Sampaio em 2004 e com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade a 7 de abril de 2016 (Dia da Saúde) pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A 29 de maio de 2014 é feito Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Teve como padrinho o bloquista e católico assumido, professor universitário, José Manuel Pureza.

Na bibliografia de A.A. encontramos, além de *RIO DE SOMBRAS* (RS), diversos livros de poesia destacando-se a Antologia *RECOLHA POÉTICA* (1954-2004) de 2004; vários livros de contos com realce para a Coletânea *A SEIVA DA RAÍZ* (2002) e ainda ensaios e publicações de conferências versando temas em áreas como a Advocacia, Direito e Ética, Direitos do Homem; e também acerca da vida e obra de Miguel Torga e sobre a Maçonaria.

2. VALOR DOCUMENTAL E ATUALIDADE DE RIO DE SOMBRAS

Rio de Sombras (RS) é uma narrativa com enredo numa época sensível, inquieta e angustiante da vida portuguesa. É um romance onde são denunciados erros coevos do tempo de enunciação do narrador e mostra decepção perante desvios ou erros atuais (futuros, para nós, narratários) como se as sementes do sofrimento dos Anos Inquietos, e do regozijo dos Cravos da Revolução de abril, tivessem fenecido. RS é obra de meandros pelos quais correm cursos de metáforas, alegorias, analepses e outras “figuras”, vazando para um oceano de “correntes” no hibridismo deste romance.

O autor, protagonista da vida pública portuguesa, parece seguir os passos de escritores que já se destacaram e consagraram com alinhavos imbuídos por cruzamentos entre a realidade e a ficção e que mourejaram na escrita sempre à volta de temas históricos. Reveja-se Camilo Castelo Branco de quem o narrador retira de *Queda de um Anjo* uma citação para dizer que “na Assembleia há muitos Calistos, Elóis da Silva, Benavides Oliveira e Barbudas como há cem anos” (A. Arnaut, 2007, p. 306). É uma alusão ao facto de os deputados não representarem os seus eleitores e, pouco tempo após a posse, deixarem-se influenciar pelas “tentações da grande metrópole (A. Arnaut, 2007, p. 306). Neste romance é abordada parte da História Contemporânea de Portugal: a história recente de um período fértil em ocorrências, tão forte que abrange a passagem de um país em férrea ditadura e guerra em África, para um outro que começou sob o signo da Esperança e da Paz. Este a surgir imbuído de amplos valores democráticos, pese o facto de a democracia quase ter estado em suspenso, devido ao Processo Revolucionário em Curso (PREC).

O romance RS apresenta-se como um testemunho político e ético de cariz romanceado. Cruza a ficção com o real como estratégia enunciativa. O narrador e personagem principal, Afonso de Mendonça, chegam a passar num jogo estético-simbólico a sua tarefa narrativa a um narrador profissional contratado, “Luís Moutinho de Sá e Couto/Narrador Literário/ (todos os géneros incluindo a autobiografia)” (A. Arnaut, 2007, p. 32) que procura realizar um trabalho, aparentemente mais objetivo, e, como tal, mais próprio do historiador e do implícito discurso historiográfico. Este “divórcio” do narrador-protagonista, capaz de ficcionar, para lançar, pontual e assumidamente, outro narrador com projetores para uma outra eventual realidade/objetividade, entronca no que é explicado pelo historiador Fernando

Catroga em *Memória, História e Historiografia* fundindo-se, pois, a subjetividade com a objetividade:

(...) se a historiografia reivindica a exatidão das suas leituras, a memória limitar-se-á ao verosímil, pois a sua retrospectiva não põe entre parênteses as paixões, emoções e afetos do sujeito-evocador. Por outro lado, o seu critério de prova apela mais para uma fidelidade do reconhecimento da boa-fé do narrador do que para a argumentação racional característica das estratégias de convencimento postas em ação pelo discurso historiográfico. A recordação julga, enquanto aquelas pretendem explicar/compreender, declarando-se, para isso, filhas do divórcio entre o sujeito e o objeto; diferentemente, a memória será sempre axiológica, fundacional, sacralizadora e reatualizadora de um passado que tende a fundir, no presente, a subjetividade com a objetividade (Catroga, 2001, pp. 39-40)

Indiciando ser uma autobiografia - talvez o conceito de autoficção seja mais adequado - RS é um romance que funde a subjetividade com a objetividade ao estilo da pós-modernidade e esta equacionada como um novo modo de encarar as ciências histórica e literária. Indiciando ainda lutar contra a “desmemória” temos a memória individual a irromper em aparentes digressões algumas vezes fantasiosamente lembradas. Isto acontece através de um narrador de natureza multimodal, atento a factos, os quais são do nosso domínio pela pena de historiadores ou são também do domínio público por terem surgido na Comunicação Social.

Encontramos um autor com experiência de vida a emoldurar um narrador que se assume como um juiz que julga as ocorrências (as boas e as más) procurando não o castigo, a coercividade, mas a denúncia, a pedagogia e preconizando, em tom de alerta, um sentido de preocupação com males que podem surgir no futuro.

O autor foi um prestigiado advogado. Contudo o narrador não traça um “castigo” dentro de uma qualquer moldura penal isto para recorrermos com algum propósito à linguagem jurídica. O autor, em esclarecimento, em jeito de carta inicial destinada ao “Caro Leitor”, alerta para aspetos ficcionais existentes neste romance que admite ser histórico porque, como explica (A. Arnaut, 2007, p. 7) “se serve, sem cair no memorialismo, de factos que muitos viveram e de figuras reais (...) pretende ser mais do que isso, na medida em que o real é aqui (re)vivido para urdir a intriga romanesca que alimenta o tema central”.

E segue-se, pela voz do “autor”, a pergunta: “será a ação político-partidária compatível com a lisura de carácter? Há ainda lugar para a ética, como queria Hegel, ou apenas para a astúcia, como ensinou Maquiavel?” (A. Arnaut, 2007, p. 7).

No romance RS o leitor é sensibilizado para os perigos dos desvios comportamentais sociais e éticos e até nos valores morais apontados às personagens. O protagonista equaciona que devem ser condenados determinados tipos de ações que são, na ótica comum, considerados também desviantes. É uma narrativa onde se constata que algumas vezes a astúcia se sobrepôs à ética e à moral e até à deontologia. Contudo, o autor esclarece que não se pintou **em RS** ao contrário do que fez Velásquez que se terá pintado indiretamente no quadro de sua autoria com as *Meninas* (A. Arnaut, 2007, p. 7). Diego Velasquez quis com esta sua obra pictórica, provavelmente uma das mais estudadas, e que se encontra no Museu do Prado, em Madrid, reivindicar a nobreza da pintura. Quis clamar em defesa de um estatuto mais bem valorizado para os pintores os quais, na época da obra, eram equiparados a sapateiros e a outras atividades menores sem reconhecimento social ou intelectual. O quadro em apreço é um manifesto sobre a pintura como arte liberal? Para a historiadora Beatriz Diez em BBC News o quadro "É um jogo entre realidade e ficção que se desenvolve quando ele suprime o que está pintando e o devolve como um reflexo no fundo do quadro, enquanto te distrai apresentando o restante da cena" (Diez, 2019).

Parece, pois, que A.A. percecionou e evoca esta obra pictórica pelas questões que levanta em RS sobre a realidade e a ilusão, e porque as personagens e os vários quadros ou cenas parciais que a integram, podem ser vistas como alegorias, tal como acontece na obra de Velasquez. É um dos quadros mais estudados. Nele há uma pluridiscursividade interpretativa e acerca desta sumptuosa obra pictórica, João-Maria Nabais escreveu acerca da ambiguidade da interpretação do famoso quadro:

Mas há uma pergunta primordial que se impõe, diante da complexidade visual e da ambiguidade de interpretação, pelos vários paradoxos e anacronismos que tem suscitado a análise do quadro ao longo da história, tanto pela dificuldade em descobrir uma fácil e clara resposta, como ao recriar a nossa imaginação, prende a historiografia de arte a este enigma: o que é que Velásquez está a pintar? Pelo título da obra poderá bem ser a Infanta Margarida mais o seu séquito. Mas, porque é que o nosso pintor nos aparece a trabalhar com todos os seus apetrechos sobre uma grande

tela invertida que não nos deixa ver o que está a ser representado? Será o seu autorretrato? Se forem as meninas, então, qual a razão de surgir refletido no espelho os rostos do casal real? Ou será simplesmente, outra qualquer realidade escondida ao nosso olhar que nunca haveremos de saber? (...) Tem havido até hoje, um número significativo de explicações, mas uma coisa é certa, o quadro *As Meninas*, sempre tem provocado admiração, múltiplas exegeses e muitas mais reações, desde as grandes interpretações matemáticas, astrológicas, morais, políticas e até outras diferentes análises sobre o estilo, grau de criatividade artística e inventiva da obra. (Nabais, 2007, pp. 377-378)

A.A. especifica, nas palavras iniciais, em jeito de preparação para a leitura, que vai existir na narrativa um jogo de contraste brilhante/escuro, realidade/ficcionalidade. Este quadro de Velasquez pode sintetizar ou ter uma analogia com o ponto de vista teleológico do autor de R.S. que num tom de conflitualidade algo mágica, quase lúcida e lúdica com o leitor, avisa-o de que não se pintou na narrativa. Admitimos que não terá sido assim.

Para compreender e comparar o espaço e o tempo em que se desenvolve parte da intriga de RS, em concreto os anos que antecederam o “25 de abril”, importa observar o livro *Anos Inquietos. Vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)* de Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano (Cruzeiro & Bebiano, 2007). Transcrevemos uma recensão assinada por Guya Accornero a esta obra publicada em *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*:

A parte relativa ao associativismo estudantil é claramente a mais desenvolvida, sobretudo no que diz respeito à análise dos percursos de socialização política que levam ao ativismo, os quais talvez constituam o verdadeiro objeto de estudo da obra. Trata-se de um processo que em alguns casos é coerente com a tradição da oposição familiar, noutros representa algo de completamente inovador quanto às próprias raízes. Sempre fundamental é, todavia, por um lado, o exemplo de grandes figuras, quase míticas, de resistência portuguesa (como Álvaro Cunhal), por outro, a exigência de abertura do espaço cultural e social – sufocado pela permanência de códigos de comportamento conservadores e pela rigidez de normas autoritárias – e, por fim, a influência dos acontecimentos e da literatura política internacional. (Accornero, 2007, pp. 919-923)

O protagonista de RS, Afonso Mendonça, apresenta, pelo menos parcialmente, *traços* indicados em *Anos Inquietos* como as consequências pessoais da participação política dos jovens e sempre mais dramática para os rapazes, que, além da prisão, podiam sofrer a guerra colonial⁴. São consequências que também A.A. sofreu pelo seu ativismo e inquietude enquanto universitário e, nos anos seguintes, ao participar em diversas ações políticas contra o Regime. Foi um resistente. Pagou a fatura: A.A. foi obrigado a cumprir serviço militar e a entrar na guerra colonial vendo interrompido um percurso profissional que estava a iniciar logo após a conclusão do seu curso universitário⁴.

Foi inequívoco o apoio de A.A. à libertação do povo português fustigado pelos horrores da falta de liberdade, de ausência de democracia, com uma imprensa e cultura amordaçadas por uma Censura férrea - um dos pilares do Estado Novo - e com o problema da guerra colonial e com as tenebrosas perseguições da Pide. Estes aspetos perversos, ante os quais lutou, marcaram a vida e o ideal político de A.A. Podemos considerá-lo um cidadão emergente do período considerado como o dos “*Anos Inquietos*”. E há um paralelismo entre a vida que o autor teve e o percurso do protagonista de RS o que pode levar a considerar esta obra, além de histórica, autobiográfica ou de autoficção, como analisaremos mais à frente. Encontramos um narrador não-confiante e talvez não-confiável que entrega o leme a um narrador contratado supostamente de confiança – uma eventual atitude de autor implícito, um “segundo eu” de acordo com o ponto de vista de Wayne Booth na sua marcante obra *The Rhetoric of Fiction*. Já Paul Ricoeur, no terceiro volume de *Tempo e Narrativa*, abordou a importância do narrador não-confiável na literatura contemporânea. Perante estes conceitos, Paul Ricoeur veio dizer que a literatura atual exige um leitor que trabalhe dentro do texto RS apela a esta exigência.

Vejamos RS pela faceta de romance histórico:

O romance histórico é uma das mais ricas tradições da ficção portuguesa. Um género que tem estado a ser reabilitado. Segundo Ana Paula Arnaut que citou Maria de Fátima Marinho

⁴ Jaime Nogueira Pinto, entrevistado no Documentário Sol a Sol de Diana Andringa retransmitido na RTP *Memória* a 19 fevereiro de 2022, mostra grande surpresa por o serviço militar funcionar como castigo para os ativistas políticos quando era enunciado pelo *sistema* ser um supremo privilégio servir o país nas Forças Armadas (Andringa & Caldeira, 1978). Nesse documentário Rui Namorado e Alberto Martins revelam que devido às manifestações em Coimbra na sequência do episódio da inauguração do Edifício das Matemáticas, a 17 de abril de 69, houve 49 universitários que foram obrigados de imediato a cumprir o serviço militar como represália pelo seu ativismo político (Referido em A. Arnaut, 2007, pp. 98-100).

na apresentação deste romance, este é, pois, um dos livros-romances cuja leitura pode ensinar “mais do que um livro de História”.

Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crónicas desenharam esse carácter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa. (Marinho, 1999 citado por A. P. Arnaut, 2007)

Na realidade, RS segundo informação da editora da publicação (Coimbra Editora) é um “romance que se quer testemunho de um largo período da vida portuguesa, antes e após a Revolução, com forte incidência nos meandros da política e em outros tortuosos labirintos”. A avulsa e breve informação permite antever relatos, os quais, de facto, o romance RS evidencia numa atitude pós-modernista como perpassou nas palavras da catedrática em Literatura, Ana Paula Arnaut - e também filha do autor -, na referida apresentação de RS. O título do romance e alguns momentos discursivos, como o incêndio do Chiado, em agosto de 1988, e que aconteceu na realidade são metáforas referenciais do universo diegético. O tempo narrado pelo autor está balizado por 1968 e pelo referido incêndio a 25 de agosto de 1988.

A metáfora é um dos meios mais eficazes para a **ampliação do âmbito** de significado e para por em movimento aquele que entra nele. Ao mesmo tempo, é precisamente pela metáfora que se torna claro não possuírem as palavras só o seu respetivo significado, mas ainda energias sugestivas, valores “sociais”, ideias secundárias de todo o género, etc. Temos de agradecer, por exemplo, às ideias secundárias, que a palavra “mar”, como metáfora, possa sugerir a ideia de vida. (Quintela, 1976, p. 133)

O título RS é por nós interpretado como uma metáfora a indiciar a vida e particularmente a vida política portuguesa: esta, comparada a um “rio” que corre ou correu por diversos meandros muitas vezes imorais, com falta de ética: um curso de água a fluir na escuridão, nas “sombras”. É “a transferência de significado de uma zona para outra que lhe é estranha desde o início” (Quintela, 1976, p. 120).

A.A, autor do projeto para a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é habitualmente designado por “pai” deste Serviço que mereceu sempre a sua detalhada e filigranada atenção, mesmo após deixar as funções governativas e de se ter afastado da vida política ativa. Artigos e entrevistas em várias publicações e os respetivos conteúdos atestam-no. Em 2017, escreve, em parceria com João Semedo, o livro *SALVAR O SNS – Uma nova Lei de Bases da Saúde para defender a Democracia*⁵. Ou seja: nota-se uma dedicação permanente e empenhada a defender o SNS, a sua atualização e sustentação e, obviamente, a Democracia em Portugal.

Em 2020, devido à pandemia motivada pelo novo vírus, o Sars-Cov-2, COVID-19, com origem na China e que se alastrou pelo resto do mundo originando milhões de mortos, em Portugal o SNS teve que responder a esta prolongada e preocupante doença viral. A resposta à pandemia pode não ter sido sempre a melhor possível, mas a estrutura existente no SNS, os vários profissionais de saúde de elevada craveira a ele adstritos e a possibilidade de democraticamente haver muitas vozes públicas no sentido de escolherem os melhores caminhos na resposta ao flagelo, foram fundamentais. Apesar de haver comentários referindo que o SNS e a *Lei de Bases da Saúde* não foram totalmente cumpridos e que houve desvirtuamentos, o SNS “é insubstituível e crucial” segundo referiu a eurodeputada do Bloco de Esquerda, Marisa Matias, socióloga, em entrevista-debate presidencial na RTP1 em 7 de janeiro de 2021 admitindo que “quase cem-por-cento do país se revê no SNS”⁶. A 2 de março de 2022, dois anos após ser registado no país o primeiro caso conhecido de covid-19, o presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa condecorou o SNS como Membro Honorário da Antiga Ordem Militar de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, a mais alta ordem honorífica Justificou a atribuição salientando que o SNS, durante a

⁵ Edição conjunta com João Semedo. Semedo foi médico e coordenador e deputado do Bloco de Esquerda. Presidiu à Administração do Hospital Joaquim Urbano. Esteve igualmente ligado à fundação do Movimento “Direito a Morrer com Dignidade”. Semedo nasceu em Lisboa e faleceu a 17 de junho de 2018 no Porto. Tinha 67 anos. Entre 1972 e 1974 João Semedo integrou a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina em Lisboa. Foi cofundador do Sindicato dos Médicos do Norte e da Universidade Popular do Porto. Fez parte da Comissão Central da UEC (União dos Estudantes Comunistas) e do Comité Central do PCP. Em 2003 foi um dos fundadores do Movimento da Renovação Comunista e em 2004, como independente, esteve na lista do BE para o Parlamento Europeu. No ano seguinte foi candidato pelo BE à Assembleia da República. Autor de vários projetos-lei relativos ao setor da saúde destacamos o do testamento vital, do de tempos de espera e da inscrição obrigatória do preço dos medicamentos na embalagem.

⁶ Nesta entrevista não houve contraditório por ser um Tempo de Antena com vista à eleição presidencial. Outras fontes consultadas no espetro do centro e centro esquerda e esquerda parlamentares não mostravam, ao tempo, grande desvio em relação a esta opinião embora seja claro que à direita do PS há uma posição mais modesta.

pandemia, “foi exemplar ao serviço de Portugal” e os seus profissionais foram “abnegados e heroicos” (Jornal de Notícias, 2022).

A.A. foi advogado de reconhecido prestígio realçando-se os seus dotes oratórios e uma ampla bagagem cultural. RS pode enquadrar-se como um romance histórico, autobiográfico e uma obra de denúncia. RS é uma ficção com acontecimentos e factos parcialmente reais. No Prólogo de RS indica o autor que o romance RS “talvez seja um romance histórico” (RS:7) por referir várias instituições existentes e porque “se serve sem cair no memorialismo de factos que muitos viveram e de figuras reais que todos conhecem” (A. Arnaut, 2007, p. 7). A narrativa faz o retrato do contexto social de uma época, de quatro décadas. Veja-se, a propósito, e como exemplo, em *Os Maias, Episódios da Vida Romântica*, de Eça de Queirós, onde são descritos vários quadros sociais da época e são denunciados aspetos de corrupção, ignorância e mentalidades retrógradas e nele perpassa um país que se dissolve. Lisboa, a espelhar o país, é um espaço de degradação moral. Os políticos são corruptos ou ignorantes. O protagonista de RS vem dar conta da mesma situação ao lembrar e a citar o autor de *Os Maias*: “O Eça já fez o retrato há cem anos: “Política de acaso, política de compadrio, política de expediente. País governado ao acaso, governado por vaidades, por interesses, por especulação e corrupção, por privilégios de influência de camarilha” (A. Arnaut, 2007, p. 323).

É narrado em RS que no parlamento “às vezes o discurso chega a ser escrito por outro como aconteceu com a Helena Crato vítima da sua ruralidade transmontana” (A. Arnaut, 2007, p. 335). A deputada plagiou o antigo e brilhante político e jornalista José Estevão, personalidade parlamentar com relevo entre 1836 e 1862. Segundo o que é descrito aquela deputada fez uma intervenção retirada dos *Discursos Parlamentares de José Estevão*, livro de 1878, Imprensa Commercial/coleção Joaquim Simões Franco.

No romance RS Lisboa é pecaminosa, fundamentalmente no campo político, e o protagonista vira as costas à capital e à ação política que considera indignas para ir para o Portugal profundo, ou seja, para o interior do país e aí procurar realizar um trabalho humanista e socialmente relevante.

O universo diegético de RS é, também, uma crónica de costumes. Diz o narrador que estamos perante o “real inventado e a ficção vivida” (A. Arnaut, 2007, p. 283). Este RS indicia um

teor autobiográfico, mas pode perguntar-se, por que razão não o havemos de considerar um romance de autoficção escrito numa época de pós-modernismo?⁷.

Autoficção foi um neologismo enunciado pela primeira vez em 1977 por Serge Doubrovsky no seu livro *Fils*⁸. Entretanto, um outro autor, Gasparini, na sua visão, e citado por Karla Magalhães de Araújo, “coloca a autoficção num carácter híbrido, misturando verosimilhança e inverosimilhança, causando com isso a descrença do leitor em relação ao que é lido” (Gasparini citado por Araújo, 2016, p. 375).

Vejam o seguinte:

Em RS o protagonista não é um advogado que é a profissão do autor, mas um jovem médico (Afonso) que nalgumas fases da sua vida tem um percurso a mostrar semelhanças com o que foi a vivência de A.A. de acordo com a sua biografia e relatos pessoais. Um médico como protagonista permite evidenciar, no excuro, a importância da prestação de cuidados de saúde pública e da existência do Serviço Nacional de Saúde (SNS) criado por A.A. Em RS

⁷ O pós-modernismo é um período simultâneo ao chamado "capitalismo pós-industrial" atual, que se caracteriza pela troca de bens imateriais, como a informação e os serviços (nascidos das tecnologias eletrónica e nuclear), e pela imposição da mentalidade relativista e revisionista. Consequentemente, ainda não se encontra implantado o pós-modernismo em todas as partes do Mundo, apenas nos países das zonas mais evoluídas em termos industriais (Europa Ocidental e América do Norte).

A pós-modernidade, sendo a vertente cultural da sociedade pós-industrial, interliga-se estreitamente com o fenómeno da globalização, uma vez que o consumismo pretende a inserção de todas as culturas num mecanismo único com difusão dos princípios estético-estilísticos através dos meios de comunicação e da indústria da cultura. Sendo a pós-modernidade uma época de inovações técnicas, sociais, artísticas, literárias e políticas, entre outras, opõe-se naturalmente ao Modernismo ou à Modernidade, sendo que o declínio das vanguardas deste mesmo Modernismo marca a transição entre estes dois períodos (...) manifestações ligadas profundamente aos hábitos de consumo, às formas de circulação e de produção de artigos, aglutinados pela homogeneização globalizada e pela entropia (em que qualquer criação é permitida)(...) Estes fatores relembram que a origem do pós-modernismo se encontra no Marxismo, uma doutrina que dava a precedência à produção material. Além disso, explicam a decadência das vanguardas, uma vez que há uma permissão generalizada em relação a todas as produções, não havendo assim lugar para grupos que reclamam deter a verdade em relação a determinado assunto, conduzem a cultura da época e são alvo de incompreensão por não serem compreendidos no seu tempo (Infopédia, s.d. - a).

De notar que Alex Callinicos, britânico nascido no Zimbabué e marxista considera que o pós-modernismo “reflete a decepcionada geração revolucionária de 68 e a incorporação de muitos dos seus membros à nova classe média “profissional e gerencial”. É melhor ler como um sintoma de frustração política e mobilidade social do que como um fenómeno intelectual ou cultural significativo por direito próprio” (Callinicos, 1990).

⁸ *Fils*, livro de Serge Doubrovsky, onde aparece pela primeira vez o conceito de autoficção. Contudo o escritor e professor falou explicitamente do termo no seu último livro *Un Homme de Passage* deixando, segundo o próprio, a polémica acerca do neologismo autoficção para os especialistas. In artigo de Michel Contat no *Le Monde* a 3 de fevereiro de 2011. Porém, nos anos 60 com a “morte do autor” começa a haver estudos acerca da autobiografia e Philippe Lejeune formula a hipótese de um “pacto autobiográfico” em duas fases sendo a primeira a análise de preâmbulos, prefácios e elementos afins e com um segundo aspeto em que é suscitada a compreensão do leitor que estabelece uma relação, um pacto com nome do autor e título da obra para poder classificar o género.

o tema ou temas principais não são a saúde e o SNS - estes assuntos aparecem como resultado da profissão do protagonista e de algumas das suas reflexões. No entanto é possível ver uma entrada no campo da autoficção (Infopédia, s.d. - b), ou seja, uma obra de ficção, que indicia ser parcialmente baseada ou ter uma âncora na vida real de A.A, o autor.

Serge Doubrovsky foi o inventor do termo autoficção. O conceito fica público com o seu livro *Fils* em 1977, porém, numa entrevista concedida em 27 de abril de 2011 ao canal *France Culture da Rádio France*⁹, aquele escritor, professor e crítico literário, diz que a maneira de contar mudou com a pós-modernidade e que “a ficção torna-se estruturalmente real se ela for autoficção”. Mais adiante, na mesma entrevista, detalha: (...) “Direi que na autoficção a matéria é inteiramente referencial e a maneira de narrar é inteiramente ficcional”. Em RS a maneira de relatar é ficcional justificada nas palavras do autor inseridas no seu introito em que se dirige aos leitores e a quem explica ou adverte que “a ficção é o rosto burilado da realidade” (A. Arnaut, 2007, p. 8). Carlos Reis conclui, citando Gerard Genette:

O enunciado da ficção não é verdadeiro nem falso (mas apenas, teria dito Aristóteles “possível”) ou ao mesmo tempo verdadeiro e falso: ele encontra-se além ou aquém do verdadeiro e do falso, e o paradoxal contrato de irresponsabilidade recíproca que ele estabelece com o seu recetor é um perfeito emblema da famosa independência estética. (Genette citado por Reis, 2008, p. 172)

Karla Magalhães de Araújo, em *Autobiografia e Autoficção*, considera:

(...) o terreno da autoficção é mesmo muito amplo e parece expandir-se ainda mais a cada definição posta em jogo pelos seus estudiosos. Em contrapartida, para Doubrovsky, a autoficção é uma variante pós-moderna da autobiografia visto que não existe mais a possibilidade de um pacto entre autor e leitor acerca de uma verdade fiel aos factos narrados. Dito de outra forma: não há mais como considerar uma correspondência inquestionável diante do lido, tampouco há um discurso histórico coeso em relação a uma vida narrada em primeira pessoa na pós-modernidade. A

⁹ Entrevista de Serge Doubrovsky ao canal *France Culture* a 27/04/2011 (Veinstein, 2011).

autoficção é, pois, nos termos de Vilain uma “reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos de memória”. (Araújo, 2016, p. 368)

Nesta questão da autoficção não se encontra uma unanimidade. Neste exercício romanceado da cultura do “eu” há diversas posições. Lemos no *El Pais Brasil Cultural* de 19 janeiro 2017, um artigo de Ana Caballé intitulado *Cansados do eu? A autoficção mostra sinais de fadiga* contestando a classificação de romances como de autoficção tal como a diarística adiantando ser um erro insistir no que diz serem falsos romances ou diários que aumentam a confusão:

Com o surgimento da autoficção o romance espanhol deixou de romancear para se enredar no eterno problema do escritor que se vê escrevendo. Já não era necessário ao romancista inventar um mundo imaginário, personagens, paisagens. Com a autoficção não é necessária uma estrutura. Basta ao romancista recriar a si mesmo (e a seus próximos, igualmente gentrificados) se instalando no eixo da ação como única paisagem possível, adulando ao mesmo tempo a inteligência do leitor que se satisfaz em descobrir, ou acreditar que descobre, os elementos não ficcionais depositados na ficção para criar uma ilusão de autenticidade que certamente é falsa. Esses ridículos X, Y, Z dos diários pessoais que alimentam a confusão e que eventualmente causam enormes danos. Acredito que foi um erro insistir tanto nos falsos romances, na verdade das mentiras, a ficção do real, o romance que não o é, o diário que também não. É um jogo que tem algo de preciosismo cultivado nos salões do século XVIII e que, como aquele, pode completar um ciclo: saber que tudo tem sua máscara, que tudo é enganoso aos olhos, puro fingimento, matéria para o riso e a vingança, voltar ao barroco que nunca saiu do nosso lado (...) A autoficção deu oxigênio ao romance, que se vê assediado pelo cinema e pelas séries de televisão. (Caballé, 2017)

O cinema, e muito em particular as mais recentes séries de televisão, baseadas em vidas reais, e que surgem nas plataformas de *streaming*, de que é exemplo a Netflix, remetem-nos para o visionamento de trabalhos com base na vida real, mas cruzados com uma substancial dose de ficcionalidade que tempera para o êxito e cativação de espetadores. É o caso da série *The Crown* que indicia retratar a vida da família real britânica, mas não é um documentário, nem um retrato feito com exatidão, de forma jornalística ou tratamento histórico. Tem por base factos reais, mas a narrativa distancia-se, em vários pontos, da realidade.

Um dos consultores da série citada afirma, segundo texto de Pedro Filipe Pina, (Pina, 2020) que o que se vê é “inventado e verdadeiro”¹⁰:

Embora inspirada em factos bem reais, “The Crown” não procura ser um documentário ou um retrato exato. É por isso que a dinâmica das relações entre personagens tem maior preponderância do que os factos históricos. Além de trabalhar com consultores, a série faz também um extenso trabalho de pesquisa. Quando falamos da família real britânica ali retratada, falamos de décadas e décadas de protocolos, cerimónias públicas, escândalos, rumores e declarações públicas. É um gigantesco manancial de informação que serve de base e que é usado com alguma liberdade criativa. À “Radio Times”, Robert Lacey, historiador da família britânica (e sim, há historiadores dedicados apenas a este tema), explicou essa mesma dinâmica. “O que vemos é inventado e verdadeiro.” Quem o diz é um dos consultores da série. A título de exemplo: as relações próximas entre a princesa Ana e Andrew Parker Bowles, e Carlos e Camilla Parker Bowles, até têm o seu fundo de verdade. Mas a biógrafa de Carlos, Sally Bedell Smith está convencida de que são relações que nunca se sobrepuseram no tempo. Como é óbvio, complexas tramas amorosas são sempre um ingrediente útil para uma receita que funcione no ecrã.

Em RS podemos adotar uma de duas perspetivas: a do autor (empírico) ou do narrador/narradores (ficcionalizados) ou juntar ambas e justificamos citando Carlos Reis na sessão dos *50 anos da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva*:

De acordo com James A. Holstein e Jaber F. Gubrium, num livro que aborda a identidade narrativa no mundo pós-moderno, “a tecnologia quotidiana da construção do *eu* está situada no ponto de encontro da prática discursiva com o discurso-em-prática” (Holstein e Jaber, 2000: 103). Sendo assim, a referência a uma identidade narrativa opera-se em dois planos e sentidos, eventualmente cruzados. Assim: 9.1. No plano da enunciação e da produção narrativa, apreendemos as características identitárias do sujeito ou dos sujeitos que formulam o relato, no decurso de uma atividade com virtualidades identificadoras. De acordo com a perspetiva adotada,

¹⁰ Artigo *O que é verdade e o que é ficção em “The Crown”? A série da Netflix está de volta*, publicado na revista NiT (Anexo III nesta dissertação com o título de nossa autoria: Autoficção ou ficção com factos reais na série “The Crown” na Netflix).

chamamos a essas entidades autores (empíricos) ou narradores (ficcionais). 9.2. No plano do enunciado, observamos a manifestação narrativa de identidades que vivem uma história, bem como as suas características diferenciadoras (personagens individuais, grupos sociais, tipos de alcance coletivo, etc.). Neste sentido, a narrativa modeliza e projeta experiências humanas com considerável potencial identitário. Ambos os planos podem ser conjugados, quando numa narrativa é contada uma história com capacidade de ilustração identitária, mesmo que ela se deduza da opção por um género literário ou por um estilo de época. (Reis, 2019, pp. 31-38)

Em RS o universo diegético evoca de forma fragmentária vinte anos cuja leitura permite estudar esse período, as sociabilidades existentes na generalidade do nosso país e com maior incidência no movimento associativo académico de Coimbra e ainda acompanhar o autor na vivência e reflexão da vida política e social portuguesa e na defesa de valores morais, éticos e republicanos. Não é fácil abrir o dossiê da teoria dos géneros para encaixar esta produção. A genologia anda numa roda-viva. Jacques Derrida, em “*La loi du genre/The Law of Genre*” publicado na revista *Glyph* (Derrida, 1980 citado por Reis, 2008, p. 287) admite que “todo o texto participa de um ou vários géneros, não há texto sem género, há sempre género e géneros, mas essa participação não é uma pertença”.

Também citado por Reis em *Introdução aos Estudos Literários* (Reis, 2008, p. 289): Theo d’Haen considera que “Com o advento do pós-modernismo, notamos que aqueles (sub) géneros que até agora ocupavam posições periféricas estão a mudar para o centro do sistema”.

E é referido:

O romance policial, o romance gótico, o romance histórico, o romance fantástico, o romance de aventuras são alguns desses subgéneros, tal como, nas últimas duas a três décadas, têm sido adotados (transformados, glosados, etc.) por escritores como Italo Calvino, Umberto Eco, Norman Mailer, Alain Robbe-Grillet, William Golding, Gabriel Garcia Marquez, Júlio Cortázar, Alfredo Bryce Echenique e, entre nós, José Cardoso Pires (p.ex. *O Delfim*), José Saramago (*Memorial do Convento*, *A História do Cerco de Lisboa*) ou Almeida Faria (*O Conquistador*). (Reis, 2008, p. 289)

Lemos em RS que os estudantes, em especial os do ensino superior, vão estando politizados em Portugal, especialmente a partir nos finais dos anos cinquenta e dealbar da década

seguinte, com uma consciência crescente a par do que aconteceu com a pujança da Cultura Juvenil dos anos 1960 nalguns países europeus e nos Estados Unidos. As reivindicações na Universidade em Lisboa em 61, o Movimento Hippy recusando a estrutura familiar e adotando o espírito pacifista do *flower power* ou enunciando *make love not war*, o rock, o Festival Woodstock, a pop-art., o maio de 68 em Paris, as várias revoltas estudantis na Europa, as Crises académicas de Coimbra e de forma frondosa a de 69, a Revolução Cubana, a Guerra do Vietname (teve início em 1965), a ida do Homem à Lua (20 julho 1969), foram alguns dos acontecimentos marcantes que tiveram influência, para além da Guerra Colonial e da Ditadura, na maceração política dos jovens portugueses (Cabral, 2010, p. 54)¹¹.

O protagonista de RS é um jovem médico de província (Afonso Mendonça), antigo universitário de Coimbra, que dentre vários aspetos, faz a defesa da saúde ao serviço do povo português, e relata as dificuldades que os portugueses, em concreto os do país profundo, sentem na área dos cuidados de saúde. Após a Ditadura e a criação do Serviço Nacional de Saúde, citando palavras do médico que o protagonista Afonso vai substituir, conclui-se que “só por isto valeu a pena o 25 de Abril, dizia o doutor Américo, habituado a tratar gratuitamente a maior parte dos seus doentes. Agora, (...) já o podia fazer a todos, sem a humilhação de dar uma esmola aos que não podiam pagar.” (A. Arnaut, 2007, p. 241). RS narra a evolução política e social do nosso país, seguida de alguns recuos, de alguns amargos de boca como, quando perdidas as esperanças para o protagonista de se concretizar o espírito inicial da Revolução de Abril de 74, Afonso relembra uma conversa com Ademar Lopes e com Cândido Guerreiro personagem com ideologia de feição leninista, a lamentar: “Nada resta do sonho do 25 de abril” e o narrador (Afonso) a contrapor que “resta a liberdade e o Serviço Nacional de Saúde. O poder local, a emancipação da mulher ...” (A. Arnaut, 2007, p. 264) As personagens interlocutoras comentam ainda que a democracia está em risco e que “a corrupção impera, o nepotismo domina. A mediocridade manda. O povo desespera” (A. Arnaut, 2007, p. 264).

¹¹ “Os anos 60 são a década das revoltas estudantis, mas por trás das razões concretas, como a exigência da reforma do ensino, há um estado geral de descontentamento que leva a “explosões” sem grandes motivos. (...) Mas o regime autista responde com suspensões, prisões, exílios e incorporações militares compulsivas nas fileiras da guerra colonial. Aqui, os estudantes indignados vão semeando sementes de revolta” (...) Em consequência, é das universidades dos anos 60 que sairão os maiores opositores ao regime herdado de Salazar e aqueles que formarão a classe política da democracia (Cabral, 2010, p.54).

A luta contra a corrupção foi uma das bandeiras de A.A., mas já depois da sua morte, e segundo um inquérito Eurobarómetro, “a esmagadora maioria dos portugueses (94%) considera que a corrupção está disseminada no país com Portugal a apresentar a terceira maior taxa e muito acima da média da União Europeia” como publicava o *Jornal de Negócios online* com texto da Lusa a 10 de junho de 2020 (Lusa citado por *Jornal de Negócios*, 2020). Em 2021, “Portugal é um dos países da Europa Ocidental e União Europeia abrangidos pelo relatório em que não se registaram evoluções significativas na última década e desde 2012 que regista variações anuais mínimas” segundo o *Índice de Perceção da Corrupção de 2021* publicado pela Transparência Internacional Portugal (2021) no seu site (www.transparência.pt). Este índice mede a corrupção dos setores públicos nos países. A literatura ao serviço da sociedade portuguesa - e no caso vertente esta narrativa de autoria de A.A. -, foi um alerta, mas não terá sido devidamente escutado o que nos permite concluir, num exercício de lógica formal, que a literatura pode contribuir para a melhoria da sociedade assim queiram dispensar-lhe a devida atenção.

Entretanto, o português André Corrêa d’Almeida, professor na Universidade de Columbia, começou em outubro de 2020 um protesto pacífico em Nova Iorque, cidade onde vive. André Corrêa d’Almeida quis sensibilizar e promover soluções para o problema da corrupção em Portugal. *#freemycountryfromcorruption* [*#libertemomeupaísdacorrupção*]. Almeida numa entrevista ao SAPO conduzida por Isabel Tavares, publicada a 2 de fevereiro de 2021¹², definiu, a pedido da entrevistadora, o que é corrupção (Tavares, 2021a):

A Transparency International Portugal define-a como “abuso do poder confiado para obtenção de benefícios privados. A corrupção pode ser classificada como grande, pequena e política, dependendo do volume de dinheiro perdido e do setor em que ocorre”. O meu trabalho de investigação e foco como cidadão centra-se na corrupção política a nível central - órgãos do Estado - e local - municípios e freguesias. A definição de corrupção política da *Transparency International Portugal* é: “Manipulação de políticas, instituições e regras de procedimento na distribuição de recursos e no financiamento, por parte de decisores políticos, que abusam da sua posição para manter o seu poder, estatuto e riqueza.

¹² Entrevista na íntegra está no anexo I desta dissertação.

Questionado acerca da extensão e do impacto da corrupção em Portugal, disse:

O *Corruption Perception Index* [Índice de Perceção de Corrupção] de 2019 indica que nos últimos 19 anos Portugal regrediu do 23.º para o 30.º lugar em termos de corrupção no setor público. A GRECO, entidade do Conselho da Europa que monitoriza o combate a este fenómeno, indica que apenas 6,7% das medidas anticorrupção recomendadas por este organismo europeu foram implementadas em Portugal (2019). O Flash Eurobarómetro (2019) sobre empresas e corrupção indica que mais do que o pagamento de subornos (34% das respostas), são o favorecimento de amigos e/ou familiares em negócios (55% dos inquiridos) e em instituições públicas (59%) as práticas mais comuns em Portugal. A Transparência e Integridade Portugal (2020) considera a estratégia nacional de combate à corrupção 2020-2024 apresentada pelo governo “vaga, insegura e acanhada, excessivamente legalista e muito pouco ambiciosa”. Dois estudos levados a cabo no âmbito do Parlamento Europeu, em 2016 e 2019, apontam para que a corrupção em Portugal tenha um custo entre os 8% e os 10% do PIB. (Tavares, 2021a)

O epílogo de RS é a atitude de Afonso em se manter junto do povo no Centro de Saúde numa localidade nas Terras do Demo no Portugal profundo. Afonso diz desejar manter a sua consciência limpa e que chegou à política por idealismo. Declina o convite para regressar a Lisboa, centro do poder que indicia corrupção, fidelizando a sua consciência cívica e ética. “Eu não tenho estômago para manigâncias partidárias. Quero manter a minha pureza de carácter” (A. Arnaut, 2007, p. 265.) (...) Cheguei à política por idealismo e quero manter a minha consciência limpa” (A. Arnaut, 2007, p. 267). As vivências e pensamento manifestados por Afonso coincidem com aspetos da vida de A.A. que se extraem de diversas entrevistas concedidas à Comunicação Social portuguesa e no que dele disseram e continuam a dizer os que com ele privaram. Afonso traça em RS um panorama confrangedor da política portuguesa e das lutas partidárias no pós-25 de abril. E justifica a razão pela qual não quer voltar para a capital fixando-se na província embora também aluda à corrupção no poder local¹³.

¹³ Em entrevista à RTP a 29 de março de 2021, a ex-Procuradora Geral da República, Maria José Morgado, afirmou ser sua preocupação a corrupção no poder local, também nos serviços públicos, na contratação de bens e serviços, na política, no futebol e no financiamento das campanhas partidárias. (Ferreira, 2021).

Narra “aquele Episódio na Comissão Nacional do PS” (A. Arnaut, 2007, p. 268). Este episódio é uma reprodução quase factual do que aconteceu ao deputado e militante socialista A.A, em Lisboa, no centro do poder, e ao confrontarmos com notícias da época (caso “Ex-Secretariado”), que gerou na época conflitos no seio do PS. Ou seja: além da corrupção A.A. também se sentiu magoado com ocorrências negativas dentro do seu grupo político o que lhe desagradou.

O protagonista, Afonso, no final da narrativa, fica a trabalhar como médico no Centro de Saúde de uma vila do Portugal profundo e vai casar com Sara professora de ensino básico na localidade. É uma forma indireta de o protagonista cativar para a importância do Portugal do “interior” e de localidades fora dos grandes centros urbanos e de decisão política. É uma alusão à importância do Poder Local, outra conquista de Abril¹⁴, e ainda a confirmação do valor da liberdade, da democracia e do Serviço Nacional de Saúde, e do quanto é necessária a fixação de médicos nestas regiões inóspitas do nosso país. É do conhecimento geral a falta de médicos no Interior de Portugal, apesar de propostas, financeiramente rentáveis, que os diversos governos centrais têm dado aos clínicos para irem trabalhar para estas zonas da Província e mais perto da raia¹⁵.

Afonso, pela sua profissão de médico, decide ficar no interior e tem como desígnio contribuir para um país que possa progredir fora de Lisboa e deixar de ser o país que observou quando regressa à serra de Janeanes. Nesse momento de regresso aquela serra, Afonso conclui,

¹⁴ “O Poder Local democrático foi instituído em 1976, coroando um processo revolucionário que por fim a um regime de quase cinco décadas, durante as quais a autonomia local foi reduzida à sua mais apagada expressão, os Municípios foram transformados em organismos de administração indireta do Estado, controlados política, administrativa e financeiramente pelo governo. Os Municípios eram destituídos de autonomia e de recursos financeiros, processando-se a sua administração num sistema de total dependência e subordinação face ao Estado (...) Portugal é o Estado mais centralizado da Europa Ocidental (Associação Nacional dos Municípios Portugueses [ANMP], 2004, pp. 3-4).

¹⁵ “O ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, afirmou hoje que o Governo tem “aberto caminho” para uma nova abordagem de incentivos que dá aos médicos a possibilidade de encararem o seu futuro profissional fora dos grandes centros. “O procedimento legislativo foi aprovado na generalidade no Conselho de Ministros temático para a saúde (...). O governante considerou que esta alteração pode transformar de “forma significativa” a realidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), acrescentando que “pela primeira vez” o governo encara de frente a necessidade de proteger o interior e de dignificar as condições do exercício da profissão médica. “Queremos acabar com esta dependência de empresas prestadoras de trabalho médico que tão mal tem feito ao sistema de saúde e à qualidade dos serviços, sobretudo em zonas do país que têm direito a ser tratadas como é tratado o Porto e Lisboa”, salientou. A edição do Jornal de Notícias (JN) de hoje revela que os médicos que optem por trabalhar no interior e noutras zonas onde há falta de especialistas ganharão mais de mil euros mensais, para além dos incentivos já anunciados pelo Ministério da Saúde” (Lusa citado por RTP Notícias, 2016).

magoadado, que apesar da revolução há bandeiras desfraldadas há anos, mas algumas esvoaçam sem êxito quase sem se mexerem.

é o mesmo Portugal do pastoreio, roto e analfabeto, que veste camisa lavada ao domingo e leva para a cova o mesmo fato escuro que comprou para o casamento. O Portugal de cabras e carrascos de que falava Torga, desconfiado e triste por sucessivas frustrações onde ainda não chegou um lampejo de Revolução, e já não tem tempo para sofrer novos desenganos. (A. Arnaut, 2007, p. 326)

Porém, ao chegar à aldeia, naquela zona serrana, consegue reconhecer que esta “está diferente. Já trouxeram a eletricidade e arranjaram a estrada” (A. Arnaut, 2007, p. 326).

Observa-se o protagonista em tom melancólico, acompanhado por Recaredo a constatar:

bem próximo de Coimbra, onde era suposto que o espírito de Minerva iluminasse as mentalidades, o tempo parou de tédio e cansaço. Há apenas a antena de televisão da quitanda local a perturbar a visão fantasmagórica de uma aldeia quase desabitada, de casas de pedra tosca, de courelas cercadas por muros sinuosos, conforme o capricho das estremas, onde raros íncolas catam, corcovados, as poucas verduras que a terra lhes oferece. (A. Arnaut, 2007, p. 326)

No diálogo de Afonso com Reboredo este desabafa perante o que vê e, então, afirma que “é um atraso de vida” admitindo a remota hipótese de o povo poder ser feliz assim mesmo afastado do progresso e da civilização, ao que Afonso riposta: “A miséria e a ignorância não dão felicidade (...) os partidos vêm aqui pedir votos e depois esquecem esta realidade” (A. Arnaut, 2007, p. 326).

Este romance, através do protagonista Afonso, permite-nos, igualmente, ficar a observar, através da narrativa, um quase levantamento sociológico das aldeias de Portugal, as do país rural, analfabeto e longe da luz do progresso. A referência a quitanda remete para um linguajar brasileiro e angolano pois as quitandas eram pequenas lojas ou barracas signos de um comércio débil. E note-se que este desenho do país é feito já depois do 25 de abril.

Maria Filomena Mónica no seu artigo intitulado *A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995* (Mónica, 1996, pp. 229-230) escreve que “as estatísticas sociais demonstram as alterações das condições de vida depois da Revolução” e baseada em *Social changes from the sixties to the nineties, some observations*, Camões Center 1994, que “Para a maioria da

população portuguesa, como diria E. J. Hobsbawm, a Idade Média terminou em 1974. Há vinte anos 1 em cada 4 portugueses vivia no campo; hoje o número é de 1 em cada 10”.

Carla Alves Ribeiro no jornal online *Dinheiro Vivo* escreve a 26 de abril de 2022:

Entre 1989 e 2019 o país passou de 1,5 milhões de trabalhadores na agricultura para 650 mil. De 16% da população residente há 30 anos a mão de obra no setor passou para 6%. Portugal é o 5º país da União Europeia com menos trabalhadores na agricultura por 100 milhões (...) onde 52 mil trabalhadores, (8%) não sabe ler nem escrever (...) a agricultura é o setor onde menos se tem investido. (Ribeiro, 2022)

São dados preocupantes apesar de uma efetiva subida da escolarização em Portugal. Dados que podem, igualmente, por em causa a sustentabilidade alimentar do nosso país.

RS exhibe aspetos documentais, os quais, com diversas generalidades, quase em mosaico, nos dão, afinal, uma visão de Portugal, entre os anos de 60 e de 80 no século XX, sendo que ao leitor compete descodificar o próprio texto, tendo ou não vivido esta época ou tendo ou não dela conhecimento.

O texto literário, como sequência de lexemas, de enunciados, de frases, de micro estruturas estilísticas e de microestruturas semânticas, de macroestruturas formais semântico-pragmáticas, constitui um objeto semiótico que orienta e controla parcialmente o leitor, mas que permite e exige também a este, em grau variável, o exercício de uma “liberdade semiótica” que se funda na interação das próprias estruturas textuais com os instrumentos, os meios e os processos de descodificação utilizados pelo recetor. (Aguiar & Silva, 2009, p. 327)

Ao leitor caberá, aliás, e como referido por Ana Paula Arnaut (*Texto no Anexo IV*) na apresentação deste livro, em Coimbra, compreender os segredos do enredo que gradualmente surge adiado e compete, ainda, ao leitor:

(...) participar ativa e empenhadamente na (re)organização da narrativa que, numa aproximação à estética pós-modernista, se apresenta de modo fragmentário, tantas vezes fugindo ao cânone da linearidade a que o romance tradicional nos habituou e não menos vezes ousando apresentar na estrutura de superfície do romance o que, por regra, deveria passar despercebido: a (re)construção da própria narrativa. (A. P. Arnaut, 2007)

3. RIO DE SOMBRAS. HISTÓRIA E DISCURSO

Afonso Mendonça é a personagem principal em RS. A obra procura descrever, num período considerado de três dias e numa estratégia narrativa polifónica, muitas vezes recorrendo a analepses, o percurso de Afonso Mendonça entre 1968 e 1988 e acontecimentos significativos que ocorreram com o próprio ou se desenrolaram no país e no mundo e que são históricos ou tendencialmente históricos, durante o tempo referido. Abrange, em narrativa analéptica e nuclear, a vida universitária de Afonso em Coimbra onde se licenciou em medicina, as suas movimentações político-partidárias e filosóficas, as perseguições da Pide (adesões partidárias e à Maçonaria e recusa a um convite para entrar no *Opus Dei*). Há uma trama amorosa que o atravessa com o namoro frustrado com Cláudia, uma universitária e ativista, militante do Partido Comunista, a estada em Angola como alferes miliciano a prestar serviço militar obrigatório, o regresso à vida ativa até à situação de jovem médico rural, numa vila do interior, nas Terras do Demo. Aqui conhece uma jovem local, Sara, professora do ensino básico por quem se apaixona. É nesta pequena localidade do interior que Afonso decide ficar em definitivo. Recusa um convite da ex-namorada, Cláudia, para voltar para Lisboa para a ação político-partidária começando a trama por no início Afonso ficar perturbado por este convite. Cláudia procurava reaproximar-se e tem grande intervenção social insistindo com Afonso para este retornar à política ativa em Lisboa. O epílogo é a resposta negativa de Afonso Mendonça à missiva que recebe dessa antiga namorada (Cláudia) e também camarada de partido, solicitando-lhe o regresso rápido à capital. Afonso tem três dias para dar a resposta. Cumpre o prazo. Responde, de forma negativa, a 25 de agosto de 1988, dia em que deflagra um grande incêndio no Chiado, em Lisboa, o que efetivamente aconteceu de forma real, mas que surge como metáfora para consolidar a atitude do protagonista. Afonso, ao tomar esta decisão de ficar num centro de Saúde que atende as pessoas em proximidade prestando-lhes cuidados primários numa pequena localidade no interior do país, abdica da eventual ação política em chamas a desenvolver na capital. Consolida a sua paixão por Sara, uma serena e terna jovem local. Evita, deste modo, sofrer mais desilusões sentimentais como lhe acontecera com Cláudia e sofrer desilusões políticas. Opta por ficar numa localidade remota onde a sua atividade como médico é fundamental e afasta-se das “sombrias” da política em Lisboa onde, aliás, esteve na Assembleia da República. Afonso era um sonhador com a esperança de que fosse construída

uma “sociedade fraterna, justa e livre, como profetizavam os poetas e os livros clandestinos” (A. Arnaut, 2007, p. 13) da sua juventude, mas cedo se desenganou: no pós-Revolução do 25 de abril, quando pensava que se ia iniciar um futuro próspero chegaram as primeiras desilusões. Afonso manifesta-as, frustrando-se, por perder a esperança na construção de um Portugal progressivo a viver em liberdade, fraternidade e igualdade. Esta trilogia de valores é formulada na Revolução francesa e é também a base para uma ética republicana e para uma ordem iniciática e filosófica (maçonaria) para a qual Afonso é convidado a entrar por Ademar Lopes (A. Arnaut, 2007, p. 66) um amigo de seu prepotente e salazarista pai que vem a revelar-se como seu amigo especial e quase protetor e que, afinal, é o seu pai biológico – este desvendar é um momento quase clímax na intriga.

A resposta que Afonso deu ao apelo da capital foi formulada ao som de Igor Stravinsky nestes termos:

(...) depois de muito meditar, tenho de vos dizer que a minha consciência me aconselha a continuar aqui, médico e cidadão, socialista a tempo inteiro, em todos os atos e em todos os dias, livre em cada palavra e em cada gesto, sem peias partidárias nem razões de estado para melhor servir o povo. A Revolução, como a imaginámos, está a perder-se, mas, havendo liberdade, mantém-se aberto o caminho para a construção do socialismo se o nosso partido for fiel à sua matriz humanista (...) (A. Arnaut, 2007, p. 372)

“Ouço Stravinsky a fazer esvoaçar o seu Pássaro de Fogo” (A. Arnaut, 2007, p. 372). Afonso estará a visualizar o pássaro mágico brilhante que é tanto uma bênção como uma perdição para o seu captor o qual comunica com humanos, orientando e aconselhando, mas pode lançar ilusões em quem não é honrado. Esta passagem permite laivos de comparativismo da literatura com a música. “O conceito de intertextualidade estabelece-se a partir de uma conceção dinâmica do texto literário (...) que abarca tanto os textos literários como os não-literários (...) e interpenetração de uns textos noutros textos (Reis, 2008, p. 185).

A narração de RS, como já foi referido, não é feita de modo sequencial, linear. Adotando terminologia de Gerard Genette vemos que há desencontros nos acontecimentos entre o plano diegético e o plano enunciativo. Estas anacronias mereceram ainda o seguinte ponto de vista a Ana Paula Arnaut, que, como já referimos, fez a apresentação desta obra:

(...) a recuperação desse passado próximo (de nós e do tempo de enunciação do discurso da personagem) não será feita linearmente, de modo a que os acontecimentos ocorridos na linha temporal 1968-1988 nos cheguem cronologicamente ordenados do passado para o presente. Pelo contrário, as memórias que explicarão o estado de coisas com que abre a narrativa serão chamadas à colação numa espécie de livre associação de ideias – de acordo com o fluxo da consciência de Afonso Mendonça, ou do narrador contratado em sua substituição –, parecendo, por isso, não existir grande preocupação com uma lógica (...). (A. P. Arnaut, 2007)

A denúncia de situações está com frequência subjacente na narrativa e é tema fundamental porque o protagonista fala do que conheceu e, sem mascarar a sua filiação partidária, testemunha o que observou e comenta aspetos salientes da História recente de Portugal cruzando a realidade com a ficção e pondo mais em foco, em tom de denúncia, erros observados. Muitas vezes assume-se como um cronista da época retratada no livro em apreço. No plano espacial, por exemplo, Coimbra aparece detalhada através de cafés, tertúlias, monumentos, personalidades, atividade política e vida académica. “Por isso se fala na geração do Zenha, como se há de falar das gerações de 1962, 1965 e 1969, datas que assinalam as últimas revoltas estudantis contra o regime e o sistema de ensino” (A. Arnaut, 2007, p. 78).

O narrador vai explicando, no decurso da narrativa, a fragmentação da sua obra e até vai captar um narrador contratado (Luís Moutinho de Sá e Couto) a afirmar “que um romance da nossa lavra é sempre de natureza polifónica como convém ao registo pós-moderno, a que costume chamar escrita libertária” (A. Arnaut, 2007, p. 34).

No romance RS, tomando como exemplo quando o narrador revela o que aconteceu ao fim da manhã de 17 de abril de 1969, durante e depois da inauguração do edifício das Matemáticas da Universidade de Coimbra, de acordo com as diversas notícias inerentes a esse acontecimento publicadas na época, está a fazer um relato histórico (factual). A narrativa coincide na generalidade com factos ocorridos de forma efetiva naquele dia, naquelas horas e naqueles espaços. As personagens são idênticas às que estiveram relevantemente presentes. Colocando em paralelo o narrador com o que nos diz a História daquela época, o universo diegético não apresenta significativas diferenças: história real/factos verdadeiros e narrativa são maioritariamente coincidentes: imitam-se. Estaremos

em presença de uma refiguração ficcional (Reis, 2008, p. 81) havendo um desvanecimento da perfeição imitativa e assim a representação é uma relação alusiva¹⁶. E voltamos a Carlos Reis para referir que “a obra literária, privilegiando embora modos de representação sinuosos, não perde, por isso, a sua ligação com a sociedade e a História” (Reis, 2008, p. 82). Conduzem à apresentação de um acontecimento que veio a ser, segundo o narrador, a “maior crise estudantil do século com largas e profundas repercussões políticas.”.

Segundo Cravo (2009, pp. 111-112) “Pouco tempo depois de tomar posse no dia 7 de março de 1969, a Direção Geral da AAC é informada da visita do Presidente da República, a 17 de abril para inaugurar o novo edifício do Departamento de Matemática. Os estudantes vêm nesta inauguração – já que entre as individualidades presentes estaria o ministro da Educação, José Hermano Saraiva – a oportunidade de informar o governo das reivindicações estudantis para a melhoria do ensino universitário. No entanto, a Reitoria, alegando pressões externas e quebra de protocolo, não autorizou que tal acontecesse. Os estudantes não se conformaram e a direção geral acabou por convocar uma reunião para 17 de abril”. Esta reunião é, e ainda segundo Cravo citando Cardina “em frente ao edifício das Matemáticas, onde comparecem perto de um milhar de estudantes. Enquanto as autoridades faziam a sua inauguração, cá fora, mais de um milhar de alunos exibem as suas bandeiras: «...Mas a Universidade é velha», «Em Portugal há 40% de analfabetos» (...) No interior (...) o presidente da DG/AAC, Alberto Martins, levanta-se e pede a palavra. Américo Tomás remete-a, balbuciante, para Rui Sanches, ministro das Obras Públicas, e acabaria por encerrar a sessão sem a conceder aos estudantes. À saída o Presidente da República é vaiado pela multidão de estudantes (...) Este gesto representa não só o eclodir da “crise”, como acabaria por se transformar num momento simbólico da resistência estudantil à ditadura” (Cardina, 2008, pp. 74,76).

Antes do relato do “17 de abril”, em RS, no capítulo X, é anunciado que a “primavera chegou”. A expressão “primavera” era sinónimo de democracia e liberdade, uma procura de mudança e de florescimento de novas políticas num país invernososo onde vigorava a ditadura. Serviu também para se falar em “primavera marcelista” na conceção de que Marcelo Caetano ao substituir Salazar ia abrir o regime a ventos democráticos, mas nada soprou nesse sentido

¹⁶ Está para além da alusão, figura de linguagem, porque o facto está a ser apontado diretamente e não é sugerido metaforicamente ou por características secundárias.

apesar de Caetano ter prometido “fazer a evolução para a democracia” (...) mas “a oposição e a ala liberal já não têm ilusões” (A. Arnaut, 2007, p. 192).

Em RS é narrado um significativo volume de factos reais, são divulgados e questionados comportamentos da sociedade portuguesa de antes e do pós-25 de abril de 1974. Segundo Carlos Reis (2008) acontece que uma obra literária pode ter capacidade para dialogar com a História, com a Sociedade e com a Cultura e lembra também as tentativas de Oliveira Martins em romancear a História. Ou seja, é preciso compreender a motivação de quem escreve para classificarmos uma obra e, no caso em apreço, tudo nos leva a observar que o autor, através do protagonista, tem uma postura narratária de historiador da contemporaneidade e assume-se como um sociólogo; e até como um filósofo sendo certo que a denuncia encaminha RS para encarar não só campos literários, históricos e sociológicos, pois cruzam-se, nesta obra, situações de complementaridade: dimensão sociocultural, dimensão histórica, dimensão estética, dimensão filosófica designadamente perante uma postura ética muito exigente a que A.A. chama a “ética republicana”. Veremos, mais adiante, o que se considera “ética republicana”, ou seja, um comportamento moral e socialmente irrepreensível, sem sombras, como se a vida fosse sempre um rio de águas puras e cristalinas a fluírem:

Gosto do rio quando corre, porque é vida e promessa, mas não quando desagua, porque perde a individualidade naquela imensidão azul do nada. Quero guardar para mim um pouco dessa fonte original, dessa água onde ainda me dessedento para não morrer. Claro que tenho recordações comoventes, de amizade e camaradagem, de coerência e seriedade, mas o que vem agora à tona da corrente, nesta paisagem campestre, são as sombras que me ferem como zagais de fogo. Conheço bem essas sombras, o seu perfil de lobo faminto, e não sei se as devo acometer para proteger o rebanho, ou se me devo defender da sua sedução para preservar a minha integridade. Como o rio de que, metaforicamente falei acima, não quero voltar a desaguar nesse turbilhão de interesses e perfídias, onde o Povo e a Pátria são valores a descoberto. (A. Arnaut, 2007, pp. 333-334)

O protagonista de R.S. está alarmado com o que vê em Portugal referindo um turbilhão de interesses que beliscam a integridade nacional. Deseja o melhor para o povo e para a Pátria que diz estarem ameaçados e à mercê de vários interesses obscuros. E este é um alerta e uma denúncia. É, por exemplo, um alerta para o que veio a ser chamado de “*portas giratórias*”

uma “transumância” de políticos para os negócios - escreve João Pedro Henriques em 7 de outubro de 2021 no *dn.pt* – 00:15 num artigo com o título: *Portas Giratórias. “A Entidade da Transparência não passa de areia para os olhos”* (Henriques, 2021).

RS é um romance que consideramos fechado. Este caracteriza-se por possuir uma diegese claramente demarcada com princípio, meio e fim apesar de nos surgir de forma fragmentada. “O narrador apresenta metodicamente as personagens, descreve os meios em que elas vivem, conta ordenadamente uma história desde o seu início até ao seu epílogo.” (Aguiar & Silva, 2009, pp. 726-727). Contudo, detetamos a existência de um modo fragmentário na diegese, como já escrevemos. De acordo com o que referiu Ana Paula Arnaut há uma interpenetração de episódios que podem remeter-nos para um romance aberto, mas aqui temos uma ação única e englobante. Assim, parece possível considerar RS um romance fechado. E de duração múltipla. Um *roman-fleuve*.

no romance polifónico e que alguns críticos designam também por romance de “durée” múltipla, o enredo linear e de progressão dramática é abolido em favor de uma ação de múltiplos vetores, lenta, difusa e algumas vezes caótica. Não se pretende apenas captar a duração e a textura de uma experiência individual, mas a duração, sobretudo, de uma experiência coletiva, quer de uma família, quer de um grupo social, quer de uma época. Do entrelaçamento e da concomitância de numerosos factos, acontecimentos, vivências individuais etc., resulta a pintura poderosa, ampla e minudente da totalidade da vida. (Aguiar & Silva, 2009, p. 731)

Em RS, o protagonista Afonso narra uma experiência das sociedades académicas particularmente de Lisboa e de Coimbra, com mais incidência desta última; da político-partidária e de grupos familiares. Veja-se a família de Afonso: o pai é um salazarista ferrenho e a mãe procura harmonizar as desavenças; um irmão sucedido na vida salazarenta (Artur) e outro, revolucionário, (José) desconhecido do protagonista durante uma parte significativa da narrativa, fruto de uma relação extraconjugal, de uma sedução do patrão (pai de Afonso) pela empregada (Hermengarda). Esta obriga o Comendador Alípio Mendonça a ter que a respeitar e a dar-lhe condições para que este filho de ambos viva com dignidade, embora não perfilhado e até é silenciado. José, de seu nome, assume-se em Coimbra, para onde vai trabalhar, como um cidadão de esquerda e como membro do Partido Comunista Português. É a nível partidário que virá a apoiar Afonso na entrada deste no citado Partido.

A abrir a narrativa Afonso descreve a sua chegada às terras do “Demo”¹⁷. Está numa pensão da senhora Adélia, antiga criada de padre que o protagonista vê como sendo uma mãe emprestada tratando-o com respeito, mas também com ternura quase maternal. Está adoentado, não deseja jantar e a senhora Adélia, acompanhada da empregada, entra no quarto, aproxima-se da cama onde está este seu hóspede e tenta convencê-lo a ir jantar ao que Afonso recusa. “Três dias para regressar, senão vamos aí buscar-te” (A. Arnaut, 2007, p. 12) - dizia a carta de Cláudia, uma missiva intimidatória a reavivar feridas antigas e que deixou Afonso pensativo e aparentemente adoentado.

“Coma-lhe e beba-lhe, senhor doutor, que é o melhor remédio para desgostos da vida” (A. Arnaut, 2007, p. 13) – apela a senhora Adélia que vê em Afonso a imagem do filho que lhe morreu na guerra colonial, no rebentamento de uma mina, no norte de Angola em 1968. O facto de o protagonista ver na Senhora Adélia, dona da casa de hóspedes, uma mãe à procura da imagem-substituta do filho morto na guerra, pode intuir uma reflexão no que foi o resultado da guerra em África que destruiu uma parte importante da juventude portuguesa da época e lançou o luto em muitas famílias. Afonso tinha entrado com boa disposição na pensão onde recebeu a carta de Cláudia. A senhora Adélia pergunta se foi a carta que o pôs doente. A opção entre Lisboa e Vale da Bouça era para Afonso uma opção “entre o parecer e o ser, entre a poluição cívica e o arejamento moral, entre o país fictício e o país rural” (A. Arnaut, 2007, p. 18). Afonso reviu o passado, o qual, “como um rio de sombras” (A. Arnaut, 2007, p. 20), desfilou pelos seus olhos por causa da missiva de Cláudia. Esta é quase uma imposição para Afonso voltar à capital e à atividade política.

No capítulo II Afonso fala da sua ligação à Oposição após o regresso da guerra colonial em Angola. Nesta guerra de África foi posto na situação de matar ou morrer e evoca um camarada e amigo que morreu no conflito aos 22 anos, episódio que o marcou e o levou a inscrever-se no Partido Comunista. Cláudia, antiga namorada, é quem convida Afonso para entrar no partido. Embora namorada, Cláudia veio a trocar Afonso por Gonçalo de Albuquerque, estudante de medicina, casando-se com este enquanto Afonso estava na Guerra Colonial. Foi uma situação da qual se veio a arrepender nunca esquecendo a sua paixão por Afonso. Este ainda ama Cláudia que serve de correio ao nível partidário a Afonso,

¹⁷ Terras do Demo assim chamadas por Aquilino Ribeiro. O livro *Quando Os Lobos Uivam* é citado em A. Arnaut (2007, p. 33) e representa a saga dos beirões na defesa dos terrenos baldios perante a Ditadura do Estado Novo.

isto é, nos contactos e acesso ao Partido Comunista. Misturam-se interesses político-partidários com paixão. “O Partido era a única organização que me permitia lutar pela libertação de Portugal. A condição humana afere-se pelo que somos capazes de arriscar pelos outros” (A. Arnaut, 2007, p. 26) – posição do protagonista Afonso. Contudo, foi um episódio ocorrido em casa de seu pai, situacionista fervoroso, que apressou a decisão de Afonso. O pai fez uma intervenção sobre o “Sagrado Ultramar” (A. Arnaut, 2007, p. 26) e lamentou que seu filho, Afonso, tivesse, nas últimas eleições (de 1969), integrado a Oposição e subscrito um manifesto contra a guerra colonial. É uma antinomia ideológica e um Afonso a defender que a época dos impérios já passou e que “a democracia é o regime dos países civilizados” e Salazar o “responsável pela guerra (...) e pela miséria do nosso povo...” (A. Arnaut, 2007, p. 27). Há discussão. Hermengarda, a criada, traz um copo de água a Afonso para tentar travar a discussão entre o filho e o pai, comendador Alípio Mendonça. Este, furioso, bate na criada que se estatela. Afonso, já antes, segundo o narrador, era olhado pelo pai como intruso ou filho ilegítimo deixa, apressadamente, a casa paterna e ruma a Coimbra. Os valores progressistas de Afonso contrastavam com os de seu pai e uma vida sob o mesmo teto seria inconciliável.

No capítulo seguinte (III) surge um narrador convidado e indicado ao protagonista Afonso pelo seu amigo Augusto Mendes. Fervilham na cabeça de Afonso, fugido de casa dos pais para Coimbra no seu Carocha¹⁸, as imagens da prepotência e do mau trato infligido pelo comendador à empregada. O padre Bonifácio¹⁹, a pedido da mãe de Afonso, procura acalmar a situação porque Hermengarda tinha um filho do comendador (José) o que era “uma dívida de honra e que desaconselhava a tomada de medidas drásticas”. (A. Arnaut, 2007, p. 36). É a marca da opressão e do desfasamento entre estratos sociais.

¹⁸ Antigos automóveis da Volkswagen que marcaram os anos 60 e 70.

¹⁹ A personagem doutor Ademar Lopes em vez de se referir ao sacerdote como padre Bonifácio “chamava-lhe por pirraça reverendo Bonifácio numa comparação velada ao célebre bichano de Os Maias” (A. Arnaut, 2007, p. 35). Este padre absorve os grandes segredos da família como é o caso da existência de um filho da empregada, José, resultante de relação extraconjugal com o prolapado pai de Afonso. O padre Bonifácio tem uma dependência quase felina ao pai de Afonso e chega a solicitar-lhe que interceda junto do Bispo pela sua ascensão na carreira eclesiástica.” (A. Arnaut, 2007, p. 40).

Bonifácio é figura de Os Maias (1888) (...) é o velho gato de Afonso da Maia e o seu fiel companheiro. Este “pesado e enorme angorá branco com malhas louras” representa através das suas metamorfoses, desde o tempo em que, nascido em Santa Olávia se chamava simplesmente “Bonifácio”, até ao momento em que, “dorminhoco e obeso”, merece o epíteto eclesiástico de “Reverendo Bonifácio”. (Infopédia, s.d. - d). “Ronronava de tédio ou de fome, parecia mesmo o venerável gato de Eça de Queirós” (A. Arnaut, 2007, p. 35).

Afonso evoca o passeio dado com Cláudia por Tomar, a visita ao Convento de Cristo e à Janela Manuelina e a consumação do amor de ambos na Mata na área do Convento.

Saído à pressa da casa paterna, Afonso passeia pela Baixa de Coimbra. É domingo e a Baixa está deserta. Lembra-se de um episódio ocorrido em Angola, em Ambrizete, no final da comissão militar, que foi fundamental para “o despertar da sua consciência política” (A. Arnaut, 2007, p. 48) Eis o episódio a abrir o capítulo V: dois pides, um inspetor e um guarda, infligem violência gratuita sobre um negro. Autêntica tortura para obter informações sobre o paradeiro de armas usadas na guerra contra as tropas portuguesas. Afonso assiste e, chocado, tenta desviar o olhar. Admira-se por Vilela, inspetor da Pide, o ter mandado chamar para observar aquela violência, mas há uma razão: Vilela quer testar o alferes miliciano Afonso que pode vir a ficar encarregue da prisão de Luanda, um lugar mais tranquilo do que os diversos teatros de operações da guerra, devido a uma recomendação de seu pai, apaniguado do regime salazarista.

No capítulo VI, Afonso vai encontrar-se com um amigo dos pais, Dr. Ademar Lopes. É recebido com muita cordialidade, quase de forma paternal - o que vai ter explicação perto do final -, e é convidado para aderir à Ação Socialista Portuguesa e à Maçonaria. Quanto a esta, referiu Ademar Lopes, é uma “ordem iniciática e escola ética, enaltecendo os grandes valores que a inspiravam: liberdade, igualdade e fraternidade” (A. Arnaut, 2007, p. 65). Ademar Lopes explica a Afonso que, no seu ponto de vista, o restabelecimento da liberdade em Portugal só pode acontecer com uma revolução e opina que começa a haver condições para isso, devido à frustração nas eleições de 1969 para a Assembleia Nacional em que houve falsas promessas dos situacionistas e também devido à crise académica.

A.A. faz eco da sua postura na sociedade, insurge-se contra a pobreza que observa em Portugal e evoca, amiúde, e uma vez mais, questões de ordem ética, moral e deontológica. Vejamos o que, resumidamente, podemos entender por estes aspetos postos em pauta com base no artigo online de José Sebastião Baute em *Ética, Moral e Deontologia*:

A palavra ética vem do Grego “Ethos”, que originalmente tinha o sentido de “morada”, “lugar onde se vive” e posteriormente significou “carácter”, “modo de ser” que se vai adquirindo durante a vida.

O termo moral procede do latim “mores” que originalmente significava “costume” e em seguida passou a significar “modo de ser”, “carácter”. Portanto, estas duas palavras têm um sentido quase idêntico. E segundo Baute (Baute, 2014):

A Moral é o conjunto de princípios, normas e valores que cada geração transmite à geração seguinte na confiança de que se trata de um bom legado de orientações sobre o modo de se comportar para viver uma vida boa e justa”. (...) A Ética por sua vez é definida como a responsável em promover a reflexão a respeito das questões morais.

3.1. Termo “Ética”

O dicionário “Abbagnado”, diz que a Ética é em geral, a “ciência da conduta”. As seguintes definições resumem o conceito “Ética”:

- Teoria ou tratado sobre o bem e o mal;
- Reflexão sobre os fundamentos da moral;
- Fundamento das obrigações e do dever;
- Reflexão sobre a natureza do bem e do mal;
- Definição dos princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica;
- Justificação das ações humanas com pretensão a serem tidas como boas ou justas.

3.2. Termo “Moral”

Moral, segundo o filósofo Vázquez, é o conjunto de regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição e do quotidiano e que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade.

As definições que se seguem trazem à tona algumas das respostas consensuais em relação à questão da moral, daí que, moral é:

- Conjunto de costumes e opiniões que um indivíduo ou um grupo de indivíduos possuem relativamente ao comportamento;
- Conjunto de regras de comportamento consideradas como válidas;
- Parte da filosofia que trata dos costumes e dos deveres do homem para com o seu semelhante e para consigo;

- Conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida comum justa e harmoniosa;
- Conjunto de princípios, valores e normas de comportamento que tendem a regular as relações entre os indivíduos, ou entre estes e a sociedade.

Não podemos falar dos conceitos de Ética e Moral sem termos em mente “valores” e “virtudes”. Importa realçar que estes últimos (dois) conceitos estão constantemente presentes quando se aborda a questão do bem ou do mal, do correto ou do incorreto, do certo e do errado e do justo ou do injusto.

VALORES – Conjunto de normas que materializam um ideal de perfeição buscado pelos seres humanos. Se referem às normas ou critérios de conduta que afetam todas as áreas da nossa atividade. Exemplos: Solidariedade, Honestidade, Verdade, Lealdade, Bondade, Altruísmo.

VIRTUDES - A virtude, no mais alto grau, é o conjunto de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Segundo Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem, e elas se aperfeiçoam com o hábito. (o homem virtuoso já possui, mas certamente pode buscar outros valores).

DIFERENÇAS ENTRE A ÉTICA E A MORAL

As diferenças entre a Ética e a Moral são várias como pode ser ilustrado na tabela a *seguir*:

Tabela 3.1. Características de Ética e Moral

Ética	Moral
Permanente	Temporária
Teoria	Prática
Universal	Cultural
Argumenta criticamente	Dogmatiza com seus códigos
Regra	Conduta da Regra
Não há totalitarismo em exigir argumentação	É totalitário o dogmatismo da mera autoridade
Responde à pergunta “Por que devemos fazer?”	Responde à pergunta “O que devemos fazer?”
Forma comum da moralidade	Conteúdos das concepções morais
Ciência da moral	Objeto de estudo da Ética
Teoriza e reflete sobre as condutas.	Normaliza e direciona a prática das pessoas.

3.3. Termo “Deontologia”

A deontologia é o estudo ou tratado dos deveres. O termo deontologia provém do Grego “*Déon*”, que significa dever ou “*Deontós*” de obrigação, isto é, o que se deve fazer, e “*Logos*” que significa discurso ou tratado. Assim surge deontologia que representa um conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional. A deontologia estabelece um conjunto de comportamentos exigíveis aos profissionais.

Tomando em conta que as seguintes definições têm algo em comum, deontologia pode também ser definida como sendo:

- Teoria do dever no que respeita à moral;
- Conjunto de deveres que impõe a certos profissionais o cumprimento da sua função, como por exemplo a deontologia dos médicos, dos professores ou a dos jornalistas;
- Um conjunto de comportamentos exigíveis aos profissionais muitas vezes codificados numa regulamentação jurídica;
- O cumprimento dos deveres que se apresentam a cada um segundo a posição que ocupam na vida;
- A ética profissional.
- No *Jornal de Letras*, edição de 23 de julho a 5 de agosto de 2014, em *A Parábola de uma vida*, A.A. alude que lhe ensinaram ainda jovem “o culto da Pátria e o respeito pelo povo, duas faces inseparáveis da mesma realidade moral, insculpindo na minha consciência o perfil ético da política, à maneira de Antero (...).” (Arnaut, 2014). Um seu amigo de adolescência, Emídio de Matos, em entrevista aos autores da sua Biografia (Godinho & Delgado, 2017, p. 62) recorda A.A. a dar provas, nas primeiras poesias do seu livro fora de mercado, *Versos da Mocidade* (1954), “do seu apreço pela sociedade, do que nutria pelos pobres e mais desfavorecidos”.

“Eu ponho o pé na rua e vejo a cada canto/
Quadros de miséria, farrapos de tortura/
E sinto que o mundo é horrível aposento/
Antro de agonia, mansão de desventura/” (Arnaut, 1954).

O discurso que atravessa RS aponta para exigências de ordem moral, ética, até especificamente a ética republicana e para uma atitude deontologicamente elevada²⁰. O quadro apresentado serve de matriz perante a qual podemos ir observando vários desvios e, portanto, falta de ética e de moral, narrados em RS em relação a aspetos matriciais.

Portugal, pela narrativa de RS, é entre 1968 e 1974, um país com problemas de desenvolvimento, um país rural e com grande número de analfabetos e pouca escolarização. Era ínfimo o número dos estudantes que frequentavam o ensino superior. Isto moralmente não estava bem. Era uma faceta do mal. Por que temos de alterar este estado de coisas e o que devemos fazer? - seria lógico que os poderes públicos formulassem estas perguntas, mas não foi o que aconteceu apesar de alguma modesta evolução que ocorria. Muitos portugueses eram politicamente passivos com medo da polícia política e de que a situação pudesse piorar pelo que bastaria terem um mínimo para subservientemente já se conformarem: - é o que explica um humilde cidadão ao protagonista Afonso quando este lhe pede um voto na Oposição.

António Barreto (1996, p. 35) em *Três Décadas de Mudança Social (Situação Social em Portugal, 1960-1995)* esclarece:

Apesar da perene sensação de imobilismo e, tal como qualquer outra sociedade, Portugal não esteve parado até 1960. Mas talvez não tenha, nas décadas anteriores, mudado muito depressa. Pelo menos, o ritmo de evolução era mais lento do que o dos seus vizinhos europeus.

No entanto, apesar de um atraso social e cultural constatado na época, e ainda segundo António Barreto, o nosso país teve uma situação inédita de pleno emprego, mas as qualificações dos portugueses eram reduzidas, havia carência de mão de obra em quantidade e qualidade e também “falta de formação adequada e de treino” (Barreto, 1996, p. 39). Os homens jovens faziam, de um modo geral, dois anos na guerra colonial. Outro problema grave era a falta de assistência médica. No setor da saúde houve um desenvolvimento lento

²⁰ Acrescentamos, de Gramsci (1975, p. 855 citado por Nosela 2008, p. 255): “Deve-se buscar a base científica da moral na afirmação de que a sociedade não se propõe problemas para cuja solução não existam as condições, no sentido de que, quando estas existem, a solução daqueles se torna "dever" e a vontade de resolvê-los se torna "livre". A ética, portanto, é uma investigação sobre as condições necessárias para a liberdade de querer algo num certo sentido, em direção de um determinado fim”.

na década de 60; depois de 70 a 75 uma ligeira aceleração; e um “crescimento rapidíssimo” entre 1975 e 1990 (Barreto, 1996, p. 45). É um período em que é lançado o Serviço Nacional de Saúde e foi procurada a sua consolidação. Há uma universalização nos cuidados de saúde. A despesa com a saúde, por cada português, também quase duplicou entre 1980 e 1993. O financiamento do SNS, na ocasião do seu lançamento, foi motivo de preocupação económico-financeira para vários governantes e para a Oposição.

Contudo, na década de sessenta do século passado, em Portugal, como na Europa e nos Estados Unidos, surgiram tempos de rutura com o *status quo*, e, em concreto, por ação de uma juventude inconformada a procurar estar melhor informada, mais participativa e atenta a sinais de mudança. A vida académica é, nessa época, um espaço de aprendizagem política e de reivindicação com os universitários - os poucos universitários -, de um modo geral fora do agregado familiar, a frequentarem universidades em Lisboa, Porto e Coimbra.

Em Portugal, nos anos sessenta e setenta do século XX o número de alunos a frequentar o ensino superior começa a aumentar em relação aos anos anteriores, embora longe do que seria de esperar e de desejar, em comparação com outros países europeus mais desenvolvidos. Um aumento significativo da escolaridade vem a seguir à Revolução de Abril de 74.

Vejamos o total de alunos matriculados no ensino superior (universitário, não universitário e particular) segundo os Indicadores Sociais relativos à Educação *em A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, de António Barreto (Barreto, 1996, p. 93):

1960-1961: 24.149

1965-1966: 33.972²¹

1970-1971: 49.461

1975-1976: 70.912

1980-1981: 87.256

1986-1987: 114.225

²¹ Em bold o início da diegese de RS.

1987-1988: 119.778²²

1990-1991: 186.780

1994-1995: 290.298

Quanto à iliteracia em Portugal referimos que segundo o livro *Situação Social em Portugal 1960/1995 (Indicadores de Evolução Social – Educação)* (Barreto, 1996, pp. 89-98), em 1960 havia cerca de 3 milhões e meio de portugueses que não sabiam ler nem escrever; em 1970 eram cerca de 2 milhões e 900 mil; e em 1991 um milhão e quinhentos mil os analfabetos. A completar o ensino básico registaram-se dois milhões de cidadãos em 1960, quase quatro milhões e trezentos em 1970; quatro milhões e setecentos em 1981 e quatro milhões e trezentos mil em 1991; a completar cursos superiores temos 49.000 em 1960; 125.000 em 1970, 155.000 em 1981 e 484.000 em 1991, números arredondados, mas que nos mostram uma clara evolução na frequência escolar. Este aumento foi motivado pelas reformas introduzidas, num primeiro passo, nos anos setenta, com a reforma de Veiga Simão, e, num segundo passo, com a Revolução do 25 de abril de 1974.

A 17 de abril de 1969 houve a inauguração do Edifício das Matemáticas em Coimbra. Elvira (membro do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra – TEUC) e sobrinha de um operário gráfico (Felisberto) ativo oposicionista, está perplexa por não encontrar, entre a multidão, alguém de quem não sabe o nome, que conheceu, misteriosa e superficialmente, pouco tempo antes: - aliás foi alguém com quem dormiu sem se tornarem fisicamente íntimos (capítulo IX). Elvira pretendia ter um relacionamento íntimo, mas o desconhecido recusou possuí-la. Este desconhecido é uma personagem-tipo que tem protagonismo em RS porque representa valores do maio de 68 francês. Esta personagem esquiva-se em ser dada a conhecer em detalhe a Elvira. O seu nome é Daniel. Este nome próprio (Daniel), faz-nos evocar Daniel Cohn-Bendit um dos três principais ativistas de 1968 em França cujo aparecimento nas manifestações universitárias gaulesas ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Nanterre no mês de fevereiro de 1968. Estamos perante as chamadas “modalidades mistas de existência” (Reis, 2008, p. 372). Daniel é uma personagem misteriosa, mítica, que se encarrega de sintetizar o que tinha acontecido no ano anterior em França e que indicia servir de inspiração aos estudantes de Coimbra. Este “profeta” evita

²² Em bold o ano letivo a coincidir com o final da diegese.

relacionar-se num plano afetivo com Elvira e surge como um signo literário²³. Daniel é uma personagem através da qual o narrador faz “pausas descritivas”. Daniel assume uma “semiose de nível superior”²⁴. Na esteira de Vítor Manuel Aguiar e Silva podemos dizer que esta “personagem modelada” parece ter a função de ser um herói em formação e admiração crescentes. A personagem não cristaliza e notamos que vai surpreendendo e estimulando na narrativa a ação dos estudantes de Coimbra. Dá informações sobre como foi conseguido, com êxito, o maio francês e o que é preciso alcançar dentro do colete-de-forças que é a vida espartilhada e sufocante no campo político em Portugal - e no caso concreto em Coimbra e na sua Academia. São valores que se preconizam como solidariedade e altruísmo no sentido de obter uma democracia para o nosso país encetando uma luta como a que existiu em França em 1968. E são esses valores que a Academia de Coimbra põe em prática através de ações que culminaram na Crise Académica de 69 com greves a aulas e a exames o que desenvolveu uma resposta musculada do regime vigente através duma forte presença policial na cidade e invasão das instalações académicas – a sede da Associação Académica de Coimbra. Daniel é, pois, um émulo de Daniel Cohen, o ativista francês. A utilização da homonímia (Daniel) surgirá para lhe dar um cunho de herói como foi herói Daniel Cohn-Bendit. Segundo, Vítor Aguiar e Silva “o herói espelha os ideais de uma comunidade ou de uma classe social, encarnando os padrões morais e ideológicos que essa comunidade ou essa classe valorizam” (Aguiar & Silva, 2009, p. 700).

Daniel traz para os estudantes de Coimbra a motivação para *valores e virtudes*.

Entretanto, Cláudia encontrou-se com Afonso o qual se mostra preparado para aderir ao Partido Comunista. Ficamos a saber que Cláudia, após um período depressivo, motivado pelos exames, foi encontrada pela mãe num ato sexual com Gonçalo. Teve de prometer a sua mãe que se casaria com Gonçalo pois “só o matrimónio podia redimir a honra tão gravemente lesada” (A. Arnaut, 2007, p. 80). A passagem permite ao narrador mostrar um ar de uma Coimbra socialmente retrógrada. Existiam valores já obsoletos para Cláudia, mas não para a mãe que ficou estarrecida com o que observou.

Finalmente, a Elvira do CITAC, mostra-se rendida aos encantos e atitude vanguardista de Daniel, o francês que apareceu por Coimbra eivado do espírito do maio francês. O CITAC,

²³ Para Reis o signo literário pode ser a obra literária na sua totalidade (Reis, 2008, p. 150).

²⁴ Cf. Reis sobre signo literário (Reis, 2008, p. 150) e semiose por Mucci (2009).

ao qual Elvira estava ligada, era um Centro de Iniciação Teatral progressista que levou à cena peças no âmbito do teatro do absurdo e do teatro épico e fez leituras e extratos camuflados na sua sala, entre colegas, de várias peças de Bertolt Brecht, e em representação completa apenas *A Exceção e a Regra* daquele dramaturgo alemão, em 1960²⁵.

Nesta referência ao CITAC é-nos mostrado o fervor revolucionário quase “guerrilheiro” da época e deste organismo cultural. Ensaiaava-se, segundo R. G. Davis, em artigo em *Teatro e Vanguarda*, de Luz Cary e Joaquim José Moura Ramos, citado por Renato Nunes (2007, p. 157) um “Teatro de Guerrilha”, um teatro de agitação política e de pedagogia teatral porque o CITAC foi formado em 1956 “como meio de oposição à estética mais conservadora do TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), em termos de representação cénica. Os elementos do CITAC (individualidades de “esquerda” como eram habitualmente conhecidos) propunham-se utilizar a força da palavra, no teatro, para responsabilizar a

²⁷ Márcia Regina Rodrigues em Situação do Teatro Português na década de 1960 em Traços épico-brechtianos (Rodrigues, 2010a, p. 20) cita Luiz Francisco Rebello a apontar que “o experimentalismo, as preocupações sociais e a reflexão existencial” caracterizaram o teatro que se escreveu na primeira metade do período compreendido entre o fim da Segunda Guerra e o fim do regime salazarista. Do final dos anos de 1950 até 1974, “o teatro do absurdo e o teatro épico” interessaram sobremaneira os dramaturgos portugueses, pois o recurso a uma linguagem crítica, a personagens e situações abstratas, que deformavam até ao absurdo a realidade circunstante, por um lado, e por outro a transposição do presente para factos e figuras exemplares do passado histórico, ou destas para aquele, eram as várias tentativas de dizer-se o que, diretamente, a censura não consentia que se dissesse (Rodrigues, 2010a, p. 25). (...) Mesmo na chamada “Primavera Marcelista” – que Cardoso Pires ironizou como “Inverno Marcelista” – não houve nenhuma mudança no que se refere à proibição das obras de Brecht nos palcos lusos. O público português foi privado de conhecer encenações das peças de Brecht até 25 de abril de 1974. Na tentativa de burlar a censura, fragmentos de obras teatrais ou poemas de Brecht eram introduzidos, sem a citação do nome do autor, em espetáculos teatrais autorizados. Não foram poucas as tentativas de levar à cena as obras brechtianas, e uma ou outra encenação de grupos universitários era possível, desde que apresentada somente a alunos. Durante a década de 1960, ficaram por conta do teatro amador ou universitário as encenações “fechadas”. A maior referência até o momento sobre a receção de Brecht em Portugal é o valiosíssimo trabalho orientado e organizado por Maria Manuela Gouveia Delille (1991b). No livro, as autoras apresentam cópias dos artigos publicados na imprensa da época, referentes à encenação de *A alma boa de Setsuan* pela companhia de Maria Della Costa. márcia regina rodrigues ou as representações clandestinas ou semiclandestinas de trechos da obra dramática de Brecht, que obviamente alcançavam apenas um pequeno público: É o caso de *A exceção e a regra* em 1960, pelo Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (encenação de Ricard Salvat), e de cenas extraídas de diferentes peças, apresentadas pelo Grupo Cênico da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (IST), durante o ano escolar de 1968-1969, sob a direção de Mário Sérgio. É o reduzido alcance desses espetáculos, com um público muito restrito, que permitia o seu [de Brecht] esporádico aparecimento (Santos, 2004, p. 277). Bertold Brecht (n. a 10/2/1898 em Augsburg na Baviera e m. 14/8/1956 em Berlim Leste) é um dos escritores fundamentais do século XX pois revolucionou a teoria e a prática da dramaturgia e da encenação, mudou completamente a função e o sentido social do teatro utilizando-o como arma de consciencialização e politização. Tem influências da dramaturgia de Frank Wedekind reconhecida pelo próprio, do romance *ULYSSES* de James Joyce, das propostas cubo-futuristas de Maiakovski ou construtivistas no cinema de Sergei Eisenstein e principalmente os postulados do diretor de teatro Meyerhold e os procedimentos de colagem nos trabalhos de Picasso.

Academia e os portugueses, de um modo geral, face aos acontecimentos do seu país (Nunes, 2007, p. 157). A atuação do CITAC foi ainda segundo Renato Nunes (2007, p. 158) objeto de denúncia da Direção Geral de Segurança, a ex-pide, “sobre promiscuidade existente nos ensaios do CITAC onde são ridicularizadas as raparigas virgens, que, mostram o seu acanhamento em exibirem-se nuas” por só haver um camarim.

Encontramos, posteriormente, Cláudia a explicar a Afonso que não o traiu, que foi vítima das circunstâncias por passar um período de depressão quando fez amor com Gonçalo porque na época estava muito desgastada a acabar a licenciatura. O capítulo XII lembra a morte de Salazar e as reações em especial em dois cafés emblemáticos e acolhedores de tertúlias de Coimbra: Brasileira e Arcádia. Entretanto, Afonso, contacta quem o irá receber no Partido Comunista em que se vai filiar e é informado que será orientado por um camarada mais experiente. Surpreso, Afonso depara-se com José, filho de Hermengarda. Dos dois apenas José sabia um segredo da família.

Posteriormente, Elvira, na lota da Figueira da Foz, procurar referências de Daniel e vai distribuindo propaganda comunista dada pela amiga Cláudia. Aí é presa pela Pide que há muito a perseguia. É interrogada por um agente da polícia política que pretendia também saber quem era o homem que Cláudia procurava na Figueira. Cláudia procurava Daniel, o francês, o “profeta”.

O narrador relata episódios (históricos/reais) que marcaram estas épocas e faz reflexões de variada ordem: da vida local ao panorama nacional e internacional há grandes digressões discursivas no romance. O narrador indicia estar colocado ao serviço da sociedade.

No capítulo XIII, o protagonista Afonso regressa a Coimbra depois de ter estado, a convite de um amigo, em Vale do Lobo, no “roteiro aquiliano” e aí conhece a professora Sara que lhe pede para voltar aquela terra humilde porque o povo precisa dos seus serviços de médico.

Afonso reflete durante a viagem para Coimbra no que observou pelas Terras do Demo:

“Pobre povo, pobre gente, pensou, ligando o rádio na Emissora Nacional²⁶. Vivem como primitivos, sem luz elétrica, sem estradas, sem assistência médico-sanitária, despojados do mínimo conforto (...) oitenta por cento destas pessoas são analfabetas e nunca viram o mar.

²⁶ *Os Media na Guerra Colonial, A Manipulação da Emissora Nacional como Altifalante do Regime* de Carolina Ferreira (Ferreira, 2013) dá conta do papel desta Emissora ao serviço do Antigo Regime.

(...) o que este povo precisa, prioritariamente, não é de liberdade (...) mas sim de educação, saúde, habitação, justiça social. É uma outra sociedade que é preciso construir. Uma sociedade socialista que comece por garantir os direitos sociais e só depois, numa segunda fase, os direitos políticos...” (A. Arnaut, 2007, p. 166)

Os pensamentos aflorados por Afonso vão-lhe surgindo enquanto conduz o seu automóvel e escuta a rádio; depois, liga o gravador e ouve Adriano e Zeca Afonso, dois cantores de Coimbra²⁷ considerados cantautores, vozes do progresso a favor da revolução: na sua mente abrem-se então largas avenidas do futuro. Adriano Correia de Oliveira, segundo Jorge Cravo em *A Canção de Coimbra em Tempo de Lutas Estudantis* (1961-1969) (A. Arnaut, 2007, p. 45) será o pioneiro das trovas que com as baladas de José Afonso ajudam a criar uma vaga de fundo que atingiu o seu ponto mais alto com a crise de 69. E foi com as trovas que a Canção de Coimbra se abriu à tendência que veio a ser designada por Canto de Intervenção. Numa postura ideológica, muito definida, o protagonista Afonso fica determinado: “É preciso derrubar a ditadura e o poder do grande capital (...) “É preciso fazer a revolução! É preciso um regime socialista, não basta a liberdade, essa flor precária com que se enfeita a burguesia” (A. Arnaut, 2007, p. 166).

Escutar Adriano Correia de Oliveira e José Afonso era atualizar a possibilidade de fazer a revolução.

Afonso navega em reflexões acerca do socialismo, da ditadura do proletariado e de Marx; e lembra que a Checoslováquia e a Hungria tiveram os seus sonhos destruídos pelos tanques soviéticos. É também uma alusão à “Primavera de Praga” uma época de liberalização das políticas que foram conseguidas na Checoslováquia que deixara o jugo do comunismo e da Rússia depois da Segunda Guerra Mundial. Este movimento durou entre janeiro e agosto de 1968. Alexander Dubcek liderou a tentativa de levar a Checoslováquia para a social-democracia apoiado por intelectuais e conseguiu um conjunto significativo de reformas destacando-se um caminho para a liberdade de imprensa e de expressão, mas a Rússia e os Países do Pacto de Varsóvia invadiram aquele território e as reformas foram interrompidas e anuladas. Dubcek foi substituído por um líder fiel à Rússia. Gorou-se deste modo a

²⁷ Uma das canções na voz de Adriano Correia de Oliveira escrita por Manuel Alegre evoca a morte de uma camarada de armas de AA com o qual estava a jogar cartas e que foi chamado para uma operação na mata. Prometeu não demorar para continuar o jogo, mas morreu pelo rebentamento de uma mina.

democracia naquele país até à saída da esfera da União Soviética. O país, em 1989, retomou a liberdade com a liderança do dramaturgo Václav Havel. Em 2022, a 24 de fevereiro, a Rússia voltou a invadir um país (Ucrânia) que tinha também saído da sua órbita e adotado a democracia. Repetiu-se, afinal, aquilo em que Afonso meditou em relação à Checoslováquia.

Afonso reflete no teor da documentação que um amigo lhe dera para ler e que traz na bagagem no carro com a qual fica detentor de duas correntes: a do partido comunista ao qual já se tinha filiado e a do socialismo democrático preconizado pelo Dr. Ademar Lopes que lhe sugere a adesão ao socialismo democrático. Esta dualidade no campo da esquerda foi igualmente motivo de reflexão de muitos portugueses.

A sociedade política portuguesa tem incluído, à esquerda, duas marcantes áreas socialistas: a do socialismo democrático praticado pelo Partido Socialista e outra de cambiantes de socialismo tendencialmente ortodoxo, o comunismo e, particularmente, na órbita de Moscovo. O protagonista Afonso foi convidado para aderir ao Partido Comunista e nele foi filiado durante algum tempo. Contudo, descontente com uma atitude que considerou bloqueante e ditatorial do Partido Comunista, mudou-se para o Partido Socialista português.

A.A., o autor empírico, sabemos-lo, foi um opositor de totalitarismos e, desde cedo, integrou a CDE – Comissão Democrática Eleitoral concorrendo às eleições em 1969 e, a seguir, entrou na Ação Socialista Portuguesa que redundou no PS - uma sugestividade autobiográfica encontrada em RS.

Na Segunda Parte de RS Afonso apaixona-se por Sara. Descreve a pureza, suavidade e sensibilidade de Sara. Está em exclusividade no Centro de Saúde da Bouça e vai entrar de férias. Lembra o sonho da Revolução de abril e as primeiras deceções. É convidado para aderir à Maçonaria. Perguntou a José, seu protetor no Partido Comunista, se podia aceitar o convite, mas teve uma resposta negativa.

Mais adiante encontramos um verdadeiro repositório de acontecimentos fortes ocorridos em Portugal no pós-25 de abril. Aqui o narrador faz, mais uma vez, história contemporânea. Afonso regressa à casa paterna e vários diálogos permitem-nos ficar a conhecer, pela ótica do narrador, o que foram os ambientes da “primavera marcelista”²⁸.

²⁸ - “Primavera marcelista” assim designada porque era esperado que Marcelo Caetano abrisse o regime à Democracia.

Entretanto, Elvira vai a Paris, à procura de Daniel.

Elvira também saiu de Portugal porque estava a ser perseguida pela pida, além de procurar Daniel que reencontra, e a quem amava e seguia ideologicamente. Questiona o regresso de ambos a Coimbra. Elvira encontrou Daniel num convívio de exilados políticos portugueses e pergunta-lhe quando regressarão ambos a Portugal para ajudarem a fazer a revolução e instaurar a Democracia, valores revolucionários que Daniel já tinha manifestado em Coimbra aquando da sua estada naquela cidade, falando então do Maio francês. O regresso de ambos, em maio, tem o simbolismo do mês que marcou França com o maio de 68.

Quando saíram do café *L'Étoile Rouge*, de mãos dadas, a caminho do futuro, não pareciam dois exilados comprometidos com a libertação de Portugal. Eram simplesmente dois jovens que se amavam.

- Quando voltaremos a Coimbra? – quis saber Elvira.

- Em maio. Para fazermos o maio português. (A. Arnaut, 2007, p. 203)

O narrador contratado dá lugar ao autor-narrador (RS:221) com Afonso a acordar na manhã de 24 de agosto de 1988. Evoca o final da guerra colonial, o movimento dos capitães que se vem a chamar-se MFA – Movimento das Forças Armadas. Surge de novo o narrador contratado.

Afonso sai de membro do PCP quando o seu irmão de sangue, José, e seu orientador no Partido, lhe diz que não está autorizado a entrar na maçonaria. No primeiro 1º de maio, após a revolução de abril, Afonso tinha sofrido o choque de ver o desfile e as intervenções sob a exclusividade do PC e seus apaniguados. “O PC quer apropriar-se da Revolução” - assevera Afonso (...) sou anti-estalinista - concluiu (A. Arnaut, 2007, p. 249).

Ora ser anti-estalinista é ser contra o tipo de governação imposta por Estaline na União Soviética e é ser contra ditaduras, cultos de personalidade, totalitarismo e estados policiais. O estalinismo estabelece também como verdade a sua interpretação particular do marxismo do qual se considera o único intérprete.

Afonso ao enunciar que “sou anti-estalinista”²⁹ definia não concordar com as linhas de orientação ideológica do PC. Este Partido tentou, neste período da vida portuguesa, tomar as rédeas da governação o que polemizou o país e mais do que isso lançou-o num desvario revolucionário que começou a definir dois blocos ideológicos: os que estavam na linha e na órbita do PCP e os restantes embora com mais marcação o PS e o PPD. Portugal entrava no denominado PREC (Processo Revolucionário Em Curso) (A. Arnaut, 2007, pp. 263-264).

Para Maria Filomena Mónica, 1975 em *A Situação Social em Portugal, 1960-1995, A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995* (Mónica, 1996, p. 229), o PREC era um tempo de agitação:

“Os revolucionários ocupavam as herdades alentejanas, os jovens partiam de mochila às costas com o propósito de alfabetizar transmontanos, as universidades eram atravessadas por uma agitação que impedia o funcionamento das aulas, as empresas estavam em colapso, as manifestações enchiam as praças, Otelo Saraiva de Carvalho entusiasmava as multidões, os partidos tentavam organizar-se, o parlamento procurava uma nova voz, a televisão iniciava a moda das telenovelas brasileiras” (em RS o protagonista alude a este género referindo quando está num andar de cima que de baixo da sala de jantar lhe chegam “ecos levitantes da telenovela” A. Arnaut, 2007, p. 19). E, (Mónica 1996, p.229) “prosseguiam as negociações com os movimentos independentistas africanos (...) a questão da unicidade sindical dividia a esquerda (...) as chefias meritocráticas eram confundidas com o mando discricionário, o MFA (Movimento das Forças Armadas) celebrava pactos com os partidos, a direita tentava, e falhava, um golpe, a vida política radicalizava-se, o episcopado assustava-se com o PCP. (...) O combate a seguir ao 25 de abril colocara frente-a-frente dois modelos de sociedade, o comunista e o socialista.” (Mónica,1996, p. 229)

Um outro aspeto foi a dinâmica do PCP em preconizar a unicidade sindical também em contraste com a unidade sindical proposta pelos partidos do centro esquerda, do centro e centro direita. Os anos imediatamente a seguir ainda são de efervescência e surge Afonso a dizer que do 25 de abril parece posto em causa, e que, do seu espírito, só restam a liberdade,

²⁹ Conjunto das doutrinas e práticas políticas de Joseph Vissarionovitch Djughashvilli, político russo conhecido como Estaline (1879-1958), caracterizadas pela centralização do poder, por uma conceção totalitária do Estado, por uma rígida burocracia e pela perseguição violenta de opositores e dissidentes. Período em que Estaline dominou politicamente a antiga União Soviética (1924-1953). Atitude ou prática política dogmática, autoritária e/ou repressiva (Infopédia, s.d. - c).

o Serviço Nacional de Saúde, o poder local e a emancipação da mulher. Alerta que “a democracia está em risco e a corrupção impera, o nepotismo domina, a mediocridade manda” (A. Arnaut, 2007, p. 263).

Afonso sai do Partido Comunista e adere ao Partido Socialista, a convite de Ademar Lopes, justificando o porquê da mudança. Nesse seu novo partido é eleito para a Assembleia da República, em Lisboa. Cláudia diz-lhe que gostaria de poder fazer o mesmo e vai procurar Afonso à capital, à sede do PS. Afonso é apresentado a Mário Soares e a Salgado Zenha e a outros membros de destaque no Partido Socialista. Em relação à vida real do Autor empírico sabemos que pertencia à ASP e depois esteve na fundação, na Alemanha Federal, do PS, na companhia, entre outros, de Mário Soares e aqui há ficção quando o narrador nos diz que Afonso é apresentado a Soares e a Zenha. No caso de AA este já conhecia de forma afetiva e política Zenha e Mário Soares.

Afonso entrou no PS e na Maçonaria a convite do seu amigo Ademar Lopes que lhe dá a conhecer alguns aspetos da iniciação nesta Ordem e algumas palavras-chave “ritualmente proferidas” (A. Arnaut, 2007, p. 256).

A.A. que foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa, define-a no seu livro *Introdução à Maçonaria (1996)*:

uma Ordem iniciática e ritualista, universal e fraterna, filosófica e progressista, baseada no livre-pensamento e na tolerância, que tem por objetivo o desenvolvimento espiritual do homem com vista à edificação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária. Não aceita dogmas, combate todas as formas de opressão, luta contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância, combate a corrupção, enaltece o mérito, procura a união de todos os homens pela prática de uma Moral Universal e pelo respeito da personalidade de cada um, e considera o trabalho como um direito e um dever, valorizando igualmente o trabalho intelectual e o trabalho manual. (Arnaud, 1996, pp. 18-19)

E detalha:

É universal e fraterna, porque o seu fim último é a fraternidade universal, ou seja, o estabelecimento de uma única família na face da terra, em que os homens sejam, como no seio da Ordem, verdadeiramente irmãos, sem qualquer distinção de raça, sexo, religião, ideologia e condição social (...) Porém, a Maçonaria não é uma

instituição política e, muito menos, partidária. Está acima de todos os partidos e fações, coexistindo nela pessoas das mais diversas sensibilidades, crenças e ideologias. A política que pratica é a política no verdadeiro sentido da palavra: a «polis», como forma de servir a sociedade. A Maçonaria é, assim, um espaço de diálogo e de tolerância. A sua influência no mundo profano não se exerce diretamente, pois não estabelece diretivas nem impõe qualquer tipo de intervenção concreta, mas apenas indiretamente, através do exemplo, da pedagogia e da influência individual dos seus membros nos locais onde exercem a sua atividade: no emprego, nos partidos, nas organizações cívicas e sociais. (Arnaut, 1996, p. 20)

Esta citação permite perceber uma matriz ideológica e comportamental da maçonaria, a qual, A.A. terá procurado seguir, pois teve o cargo máximo nesta Ordem. Mais: pelo que nos revela, nesta obra, o servir a sociedade, o comportamento dos seus membros a ter que ser exemplar, forma de ser e estar fraterna e tolerante é mais um outro quadro de referências preconizadas por Afonso em RS.

Afonso dá conta da vida política e social portuguesa através de significativos episódios que refletem a realidade que se cruza com o protagonista e outras personagens do romance. Aliás, o protagonista irá reclamar com amigos por uma política que tenha uma dimensão ética o que acontece após referenciar o 11 de março de 1975 dinamizado por uma esquerda revolucionária e o PREC – processo revolucionário em curso que “duraria até novo golpe em 25 de novembro”.

Afonso vai para Lisboa para a Assembleia o que lhe ocupa muito tempo. Cláudia, já separada de Gonçalo, procura Afonso na capital e pede-lhe para a inscrever no PS porque está desiludida com o Partido Comunista. Esta é mais uma metáfora em que o narrador através de Cláudia mostra o que aconteceu a vários portugueses de esquerda, como já referimos, com uns a avançarem para um socialismo marxista e outros a ficarem dentro de um socialismo moderado ou socialismo democrático.

Afonso sai de Lisboa e vai para a Bouça. Aí sugerem-lhe que se candidate a presidente da Câmara local “com o seu prestígio, era vitória certa. E acabava a corrupção e o compadrio” (A. Arnaut, 2007, p. 319) – sempre presentes estes aspetos negativos da vida portuguesa quer a nível nacional, quer no plano local – aliás o poder local é, segundo a ex-Procuradora Maria José Morgado uma das áreas onde a corrupção alegadamente mais se instala. O

protagonista sublinha a posição de que corrupção, compadrio, amiguismo, nepotismo são aspetos que não se enquadram nos princípios de um maçon que pode e deve contribuir para o aperfeiçoamento da Humanidade além de seguir o lema Justiça, Verdade, Honra e Progresso.

Ajudar a construir o socialismo, como ele o concebe, tanto pode fazer-se integrado no partido e nos inevitáveis jogos do poder, como desligado da política e agindo civicamente. É tão importante um deputado aprovar uma lei que introduza mais justiça social e um governante tomar decisões que melhorem a vida dos portugueses, como, aqui, no país real, ajudar as pessoas no seu dia a dia concreto assistindo-os na doença, abrindo-lhes novos horizontes culturais e apoiar as crianças deficientes. (A. Arnaut, 2007, p. 321)

Este ponto de vista, em nosso entender, é um alerta para a necessidade de os governos centrais olharem para os problemas graves do país real designadamente o interior. Talvez um apelo à regionalização. “aqui, nesta orla esquecida da nação, onde as sombras do secular abandono não foram ainda penetradas por um raio de solidariedade” (A. Arnaut, 2007, p. 322).

Ademar Lopes mostra-se desiludido com o caminho da Revolução de abril de 74, mas, agora é Afonso quem procura contrapor a esta desilusão alguma esperança:

-Estás a ver a política pelo lado mais negativo. Mas nem tudo são sombras.

-É preciso dar à política a sua dimensão ética.

-Mas os vícios são cada vez mais insuportáveis

-A política é feita por homens. Com as suas virtudes e os seus defeitos.

-Especialmente com os seus defeitos. As suas ambições e as suas vaidades. O político é um Narciso. E um Maquiavel. -Nem todos. É esta a democracia que temos. O povo não aguenta mais.

Vimos da ditadura e o caminho para uma boa democracia passa por uma má democracia. É a nossa fatalidade. O Eça fez o retrato há cem anos: política de acaso, política de compadrio, política de expediente. País governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e por corrupção, por privilégio e influência de camarilha (...). (A. Arnaut, 2007, pp. 323-324)

É corrosivo este diálogo e o teor das reflexões:

(...) é o mesmo Portugal de pastoreio, roto e analfabeto, que veste camisa lavada ao domingo e leva para a cova o mesmo fato escuro que comprou para o casamento. O Portugal de cabras e carrascos de que falava Torga, desconfiado e triste por sucessivas frustrações. (A. Arnaut, 2007, p. 325).

Os primeiros tempos da Assembleia, a instabilidade governativa, as eleições intercalares de 1979, a crise económica e social tudo perpassa nas páginas seguintes de RS e Afonso comenta o comportamento dos políticos com palavras como mediocridade, nepotismo, corrupção impune, “a política prostituída no tabuleiro dos interesses particulares” (A. Arnaut, 2007, p. 341). O que importava era a conservação do poder a todo o custo. Afonso aborda o desastre que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa. Apesar da RTP ter criado - porque o tempo era de eleições para a Presidência da República com a disputa entre dois candidatos (Ramalho Eanes e Soares Carneiro)³⁰ - um clima para uma votação emocional dos indecisos a favor do candidato presidencial da direita ganhou de novo o General Ramalho Eanes apoiado pela esquerda e centro-esquerda.

A forma como a política está a ser exercida mexeu com a consciência de Afonso e decide abandoná-la. Folheia um conjunto de notas avulsas de episódios da sua vida, apontamentos que vai depurar e se vão unir “pelo fio invisível que faz duma narrativa um romance, ou seja, dar à realidade crua dos factos a urdidura ficcional que os transfigura na verdade da vida que é a literatura” (A. Arnaut, 2007, p. 359) e abala para Vale de Lobo com a esperança de que “um novo dia traga um dia novo” (A. Arnaut, 2007, p. 360).

Elvira está em França, mas vai regressar acompanhada de Daniel para criarem uma CERCI – uma cooperativa de apoio às crianças deficientes.

Afonso vai publicar o seu livro e casar com Sara.

Ademar faleceu e já não será padrinho de casamento de Afonso.

A 25 de agosto de 1988 deflagra o grande incêndio do Chiado tema que ocupa as notícias da rádio e na televisão enquanto no jornal do dia que Afonso folheia é noticiado que os restos mortais de Manuel Fernandes Tomás, o Patriarca da Liberdade, chefe do Sinédrio e da

³⁰ Eleições presidenciais de 1980

Revolução de 1820, estão agora, em definitivo, junto à sua estátua, na Praça Nova, na Figueira da Foz.³¹ Afonso a evocar sempre os grandes princípios entre os quais a Liberdade e um seu paradigmático cultor: Fernandes Tomás.

O protagonista Afonso, no início do romance, mostrou a sua hesitação, face à pressão dos seus amigos da capital que lhe escreveram, quase exigindo o seu regresso a Lisboa. Afonso, no final, confirma que a sua intenção é fixar-se na Bouça, no interior de Portugal: “depois de muito meditar tenho de vos dizer que a minha consciência me aconselha a continuar aqui, médico e cidadão, socialista a tempo inteiro (...) para melhor servir o povo.” (A. Arnaut, 2007, p. 372).

Boaventura Sousa Santos na *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* indica que

(...) é promissora a linha de investigação que procura identificar, numa perspetiva histórica, os tipos de analogias e metáforas que diferentes ciências têm privilegiado em momentos diferentes do seu desenvolvimento. Não se podem compreender as analogias e metáforas atuais sem conhecer as que elas vieram substituir. (Santos, 2002, pp. 130-131)

Adianta o citado sociólogo que para conseguirmos detetar um dado pensamento é tão importante saber as analogias e metáforas que surgem vertidas como as que são rejeitadas. As analogias e metáforas apresentadas em RS (Reis, 2008, p. 244) permitem-nos entender mais profundamente a narrativa a envolver uma componente modal histórica devido aos relatos de coloração histográfica

E ainda segundo Boaventura Sousa Santos (2002, p. 131): “(...) os cientistas podem arriscar a trazer mais a público o seu discurso privado, e é talvez por isso que o estilo literário e metafórico ganha terreno nos seus textos na última parte da carreira”³².

³¹ Cerimónia realizada a com a presença de Mário Soares à época Presidente da República. Manuel Fernandes Tomás foi magistrado e político e a sua ação destacou-se nos primeiros movimentos pró-liberalismo. Foi fundador do Sinédrio e notabilizou-se na Revolução liberal do Porto de 24 de agosto de 1820. Foi deputado e fez parte do governo. Nasceu na Figueira da Foz a 30 de junho de 1771 e faleceu em Lisboa a 19 de novembro de 1822. Preocupou-se com aspetos de degradação da vida portuguesa. Fundou o Sinédrio com reuniões secretas para observação do que ocorria em Portugal e em Espanha. O Sinédrio foi o motor da Revolução do Porto de 24 de agosto pondo fim à monarquia absolutista. Na época a corte estava no Brasil e muitos dos postos de comando militar estavam nas mãos dos ingleses.

³² Adequa-se ao autor do romance RS.

Entretanto, em tom confessional, José Saramago em palestra proferida no Encontro de Literatura, texto que está *online* no “*sítio*” da Fundação de que é patrono afirma:

Publicar artigos, dar entrevistas, fazer conferencias, são tarefas que decorrem daquilo que é o acto central do escritor: escrever. Com independência da natureza, da exigência e singularidade da obra a que o escritor decidiu consagrar a vida – ou, em palavras menos solenes, o tempo, o talento e a paciência -, apetece dizer que todas as ocasiões deveriam ser aproveitadas por ele para glosar, já com pacíficos motivos, o dito de Cícero, quando, no fim dos seus discursos, viesse ou não a propósito, exigia a destruição de Cartago. As Cartagos de hoje chamam-se Intolerância, Xenofobia, Racismo, e nunca serão vencidas se não empenharmos no combate, escritores e não escritores, aqueles mesmos ingredientes com que se faz a obra literária – a paciência, o talento e o tempo, por esta ordem ou outra qualquer. (Saramago, 1996)

Parece, pois, que este ponto de vista pode aplicar-se a A.A. e a esta obra num registo pós-modernista. Convém, contudo, seguir as pisadas quase de aviso de Carlos Ceia que no *E-Dicionário de Termos Literários* refere assim pós-modernismo (Ceia, 2009a):

espaço ou dominante cultural, não datado necessariamente, que pretende identificar um conjunto de tendências, paradigmas e teorias de diversos domínios do conhecimento, em particular como possível explicação estética, ideológica, literária e/ou crítica de todas as manifestações artísticas após a 2^a Guerra Mundial.

Podemos retirar deste romance que o autor, através do protagonista Afonso, assume um compromisso ético com a sociedade aludindo a várias “sombras” que encontrou ao longo do seu percurso de vida social, profissional e político-partidária. Subjaz nesta obra datada, neste romance RS de forma “audível”, em memorioso exercício, um discurso de denúncia social, política e cultural de Portugal e dos portugueses no tempo (ou antes: em alguns tempos, antes, durante e pós-Revolução do 25 de abril) da história narrada. E, como se estivesse a responder ao teor do ponto de vista de Saramago, o narrador diz quem é e realça o seu ser social e ético dizendo ainda o que deve ser o Outro. Segundo Carlos Reis alguns romances de Saramago aparecem conexcionados “com um contexto – o do Portugal dos anos 70 e 80 – que estimula, ativa e acolhe uma criação romanesca interessada nos movimentos da História e nos seus agentes” (Reis, 2008, p. 199). Poder-se-á perspetivar que também A.A. terá seguido esta linha neste romance RS. O que acontece, nas décadas seguintes em Portugal, é

um surto de corrupções, desconfiança na política e nos políticos, subfinanciamento no Serviço Nacional de Saúde que é maltratado apesar da sua inquestionável valia fortemente comprovada no combate à propagação mundial do coronavírus (covid-19) que eclodiu na China em finais de 2019 repercutindo-se de forma rápida na Itália e noutros países da Europa passando em seguida para o continente americano e acabando por entrar em todos os países. Portugal, ao dispor do SNS, conseguiu responder à pandemia sem que as estruturas de saúde colapsassem quer na primeira quer na segunda onda pandémica como aconteceu em nações aparentemente mais desenvolvidas, o caso da Suécia ou dos Estados Unidos da América. Na terceira onda pandémica que surge no início de 2021, o SNS já teve de solicitar, no primeiro mês do ano, e embora de forma parcimoniosa, a colaboração de serviços de saúde privados e até sociais. Se Portugal não dispusesse de um Serviço Nacional de Saúde qual seria o resultado da pandemia entre nós? - pode perguntar-se quando se verificaram ocupações máximas dos hospitais em enfermarias gerais e aumento de camas especialmente para doentes em cuidados intensivos e a precisarem de ser ventilados. E foi de tal monta a terceira onda pandémica em Portugal que foi preciso equacionar deslocar doentes em risco do Continente para a Madeira que ainda tinha camas vagas e foi pedido apoio a outros países como Alemanha, Luxemburgo e Holanda. Ex-Alto Comissário para a Saúde Global até final de 2019, antigo Secretário de Estado da Saúde do XII Governo Constitucional, médico e gestor, José Martins Nunes, feito Comendador da Ordem de Mérito e agraciado também pelos seus pares da Ordem dos Médicos, referiu à agência Lusa citada no jornal Campeão das Províncias (2020) que "na atual pandemia, o SNS superou uma das suas provas mais difíceis desde a sua criação, em Setembro de 1979, pela mão do advogado António Arnaut, de Coimbra, então ministro dos Assuntos Sociais (...) Hoje, mais do que nunca, temos que dar muito valor e valorizar o que foi a sua iniciativa de criar este grande patamar social, económico e sanitário que foi o SNS", disse o médico à agência Lusa.(...) foi a teimosia e rebeldia, por vezes, mas também a enorme capacidade de vencer alguns obstáculos, que permitiram que António Arnaut conseguisse pôr de pé um dos pilares mais importantes do 25 de Abril de 1974".

3.4. Os anos 1960

Comparando a história narrada com alguns factos relevantes divulgados por quem esteve presente ou relatados pelos *média* com a diegese de RS analisemos algumas ocorrências:

- O Fim do Império em dezembro de 1961 (p. 85)

Reporta Afonso, em evocação, que os anos sessenta oscilaram entre comoção, raiva e esperança. Aborda, qual historiador, o crónico atraso do país, a guerra colonial e as vítimas desta beligerância e de forma assertiva diz que o fim do Império começou em dezembro de 1961 com a ocupação de Goa, Damão e Diu. Consideram os historiadores Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2014) que esta ocupação *foi uma* “humilhação das forças portuguesas constituídas por 4500 homens mal-armados [e mal] equipados, que foram feitos prisioneiros, deixados por Salazar vários meses nos campos onde os ocupantes os mantiveram por falta de acordo com o Governo português para a sua expatriação”.

O tratamento então dado aos militares por parte de Salazar, que além do mais vieram a ser acusados de serem cobardes, criou uma forte cisão e desconfiança entre Política e Militares. Talvez possamos encontrar aqui uma singela primeira contrariedade que leva os militares do Quadro Permanente a questionar a política salazarista. Nesse ano de 61 foi imposto a Portugal deixar a sua pequena possessão do Forte de São João de Ajuá no agora Benim. Salazar terá dado indicação para incendiar o forte e assim os invasores nada encontrariam.

Foi nesse início de 1961 que houve acontecimentos violentos em Angola: do 4 fevereiro em Luanda com ataques à cadeia e no Norte, nos Dembos e zona do Congo. Salazar consegue captar, nessa ocasião, a adesão do povo português e envia os militares para Angola rapidamente e em força. No verão já Nambuangongo é recapturada e os guerrilheiros são também expulsos da Pedra Verde. Pensava-se que a partir da referida recaptura seria retomada a normalidade, mas não foi o que aconteceu. A guerra havia de ser longa, impopular e reprovada pelos portugueses em geral que começam a observar que a sua juventude sangrava nas paragens africanas. R.S. retrata como princípio do fim do império esta época face às ocorrências no plano militar. Em simultâneo abre-se uma crise académica em 61 e 62 com forte incidência nas Universidades de Lisboa e de Coimbra que levou os estudantes de ambas as Universidades a encetarem uma luta que extravasou os domínios dos interesses puramente académicos para se repercutir na vida social e política do país. Portugal

acordou, experimentou a raiva por situações anacrónicas que estavam a acontecer e, em ambiente de comoção, começou também a desenhar uma esperança que teve raízes, embora ténues, nas eleições presidenciais de 1959. No plano meramente académico recuamos a 1951 quando decorre em Lisboa uma reunião das Academias de Lisboa, Porto e Coimbra donde sai a proposta de criação do Dia do Estudante tendo sido marcada a data de 25 novembro porque já era então comemorada em Coimbra, nesse dia, a Tomada da Bastilha³³. É uma festa que assinala a tomada do Clube dos Lentes por parte dos estudantes que transformaram o espaço com boas dimensões e confortável então pertença dos professores em sede da Associação Académica, pois já vinham a reivindicar, há muito, e sem êxito, instalações próprias, enquanto os docentes dispunham de ótimas instalações muito amplas em relação às suas necessidades.

Saliente-se ainda que o Governo quis ter intervenção nas atividades dos estudantes e veio a promulgar o Decreto-Lei nº 40 900 de 12 de dezembro de 1956³⁴. As Associações procuraram reagir a esse decreto que lhes retirava liberdade, autonomia e até inscrevia que podiam ser constituídas comissões administrativas para tutelar a Academia. Houve comemorações do Dia do Estudante em 1957 de 17 a 19 de abril e em março de 1961, de 16 a 19, ambas em Lisboa. Em Coimbra, a Tomada da Bastilha é assinalada em 1961 com a presença de estudantes oriundos de várias zonas do país e durante o jantar em que se reúnem, é proclamado “queremos a paz” numa óbvia alusão aos acontecimentos recentes ocorridos em Angola. A seguir decorre o cortejo noturno com archotes empunhados pelos estudantes a comemorarem o que apelidam de Tomada da Bastilha. Entretanto são feitas várias prisões. Ambiente escaldante a partir de então; em 1962 realiza-se em Coimbra o Encontro Nacional de Estudantes, sem autorização do Governo, o qual antecede a comemoração do Dia do Estudante, marcado para Lisboa a 24 de março. Do referido encontro saem as seguintes reivindicações que sintetizamos: democratização do Ensino; acabar com a discriminação económica atrofiadora da inteligência nacional e ensino universitário para todos. Em RS é feita alusão a estas reivindicações que são a base das revoltas estudantis a atravessarem esta

³³ A Tomada da Bastilha é uma realização da Academia de Coimbra caricaturando pelo valor simbólico a Tomada da Bastilha de França.

³⁴ O Decreto-Lei 40 900 de 12 de dezembro de 1956 esvaziou funções das Associações de Estudantes que passaram a ser controladas pelo Regime. Cf 2 de dezembro 1956 – 16 de janeiro de 1957 por Armando Myre Dores em URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses (*Um mês que abalou a Universidade. A luta contra o decreto-lei 40900*).

época. Houve repressão governativa, processos disciplinares aos dirigentes da Associação Académica de Coimbra (AAC) os quais, como resposta, encetam uma greve às aulas e decretam o luto académico deixando de usar capa e batina. O panorama é de quase guerra civil com a polícia de choque a invadir a cantina e a sede da AAC o que até aí nunca tinha acontecido já que era considerado um espaço autónomo e pertença dos estudantes. Na cantina decorriam convívios com música de intervenção e discursos de ordem política: o incidente ajudou a cimentar a revolta da Academia de Coimbra. Algumas passagens de RS estão relacionadas com estes ambientes que propiciam ao protagonista Afonso uma determinada forma de ser e de estar, conduzem-no ao serviço militar obrigatório e a lutar pela Democracia e pela Liberdade.

Em Lisboa realiza-se o Dia do Estudante sem autorização ministerial: a polícia de choque invade também a cantina e faz várias prisões. Lisboa proclama, igualmente, greve às aulas e luto académico. Os estudantes conseguem falar com o Reitor, Professor Marcelo Caetano, que recebe uma delegação académica na sua residência e fica marcado um encontro com o Ministro da Educação. O Ministro falta ao encontro e os estudantes voltam a manifestar-se. A polícia volta a carregar nos estudantes. Em RS (RS:188) o personagem Prof Leite de Perúsia mostrou admiração por Marcelo Caetano, mas o dono da casa, o salazarista pai de Afonso, não gostou do elogio pois “não simpatizava com Marcelo desde que ele, enquanto reitor da Universidade de Lisboa impedira a polícia de lá entrar para cumprir o seu dever de por na ordem todos os estudantes sediciosos” (A. Arnaut, 2007, p. 188). O enquadramento que elaboramos também nos ajuda a perceber algumas das passagens de RS. A 26 de março, numa reunião interassociações, o luto académico é decretado bem como a greve às aulas para Lisboa e Coimbra de forma definitiva. Em Coimbra cerca de dois mil estudantes, em assembleia magna, deliberam formas de luta. Em RS a personagem Cláudia desce pelos degraus dos Palácios Confusos que encaminham para a baixa:

degraus gastos delidos pela passagem do tempo e das gerações, são estas, verdadeiramente, que marcam a medida do tempo. Por isso se fala na geração do Zenha, como se há de falar das gerações de 1962, 1965 e 1969, datas que assinalam as últimas revoltas estudantis contra o regime e o sistema de ensino. (A. Arnaut, 2007, p. 78)

A narrativa aglutina os grandes movimentos e gerações do associativismo académico coimbrão. O romance não dá pormenores do que foram estes movimentos embora daqui tenham saído grandes idealistas e ideais que vieram a contribuir para a renovação de Portugal. E a integrar a diegese de RS.

- Comissões Administrativas na AAC (p. 86)

Em Coimbra os estudantes universitários inquietam-se e mostram uma inequívoca intenção para por cobro às Comissões Administrativas impostas por obra legislativa do Governo às Academias face ao decreto 40900 que acabou por implicar o encerramento da Associação Académica e expulsão dos seus dirigentes desde 1965 (A. Arnaut, 2007, p. 86). Na realidade, naquela época, em Coimbra houve Comissões Administrativas a gerirem as instalações académicas por indicação do Ministro da tutela, mas os universitários não acataram as deliberações governamentais e várias marchas de protesto foram realizadas pelos estudantes que proclamavam: “Fora a C.A! Queremos a D.G!” ou seja, pretendiam a saída da Comissão Administrativa e o regresso de uma direção-geral democrática por eles escolhida, obviamente, e a presidir aos destinos da Associação. A luta foi intensa como quando em RS. um estudante vai falar numa manifestação pelo megafone, ainda diz “caros colegas a luta da academia de Coimbra (...)” e é logo interrompido por um brado espontâneo” (A. Arnaut, 2007, p. 100). Estas queixas, estes brados terão sido – admitimos – rastilho para um clima de efervescência revolucionária que pelo menos marca a primeira parte de RS.

- 17 de abril de 1969: “A Primavera Chegou” (p. 97)

Já fizemos referência a este episódio, o qual, como narra o protagonista no início do capítulo X, originou, no seu entender, “a maior crise estudantil do século” (A. Arnaut, 2007, p. 97) com incidência na vida política nacional. O episódio que ocorreu na inauguração do edifício das Matemáticas, na sala que veio posteriormente a ser designada “sala 17 de abril”, o Presidente da República e os Ministros da Educação e das Obras Públicas, contrariando o prometido, não deram a palavra, nessa sessão, ao Presidente da Direção Geral da Associação

Académica de Coimbra, Alberto Martins. “Peço a palavra”³⁵ foi o pedido que se escutou na sala recém-inaugurada por parte do presidente da estrutura estudantil. A reação de contestação foi forte logo dentro da sala com as entidades oficiais a serem apupadas e a saírem rapidamente do cenário; ouviram-se palavras de ordem a favor de uma universidade livre e de ensino para todos. O Chefe de Estado era mimoseado com o grito de “palhaço” e “fascista”. O narrador traz-nos este episódio com larguíssimos aspetos de pormenor em que o romanceado se compagina com o real concreto que chegou até nós. Destacamos uma narrativa encaixada, talvez esta ficção total do narrador, em que um estudante sarcástico a olhar para um general cheio de medalhas pergunta-lhe: “isso foi ganho no tiro aos pratos ou no tiro aos pretos?”³⁶ (A. Arnaut, 2007, p. 98). À noite, Alberto Martins, presidente da Direção Geral da AAC era preso. A Academia entrou em polvorosa com as mais diversas e aguerridas manifestações às quais o Governo procurou opor-se ao enviar forças militarizadas para fazer soçobrar a luta dos estudantes de Coimbra.

O aproximar das eleições legislativas de 69 a que concorreu a Oposição Democrática e a que pertenceu A.A. e o sentimento de revolta da Academia lançaram uma onda de contestação no país “ondas sísmicas” (A. Arnaut, 2007, p. 98). que se propagaram. E é interessante observar como A.A. coloca outras personagens da sua narrativa, aparentemente ficcionadas, no meio dos acontecimentos que então ocorreram dando-nos a conhecer esses acontecimentos ou a recordá-los na sua veracidade em detalhado relato com uma inclusão natural e fluída dos protagonistas na diegese. Destaque ainda para o reencontro de Elvira com Daniel a reencarnar o maio de 68 em França. O par tem uma noite de amor e Daniel abre-se um pouco, mas voltam a desencontrar-se e só se juntam, mais tarde, em Paris, para onde Elvira fugiu fustigada pelo assédio político e sexual da PIDE. É numa reunião de emigrantes portugueses que Elvira é conduzida até junto de Daniel que continuou a querer ser chamado apenas de Daniel. Os exilados portugueses reuniam-se com relativa assiduidade em Paris. Esta referência e a junção do protagonista Daniel que “circulava pelas repúblicas” (A. Arnaut, 2007, p. 86) é um indício da influência que a cultura francesa e com maior incidência o “maio francês” teve, efetivamente, nos jovens portugueses daquela época. E

³⁵ PEÇO A PALAVRA é uma frase hoje simbolicamente colocada em azulejo na entrada do edifício da Associação Académica de Coimbra na Rua Padre António Vieira.

³⁶ R.S. apresenta inequívocos exemplos de racismo e humilhação dos africanos, como exploração do trabalho escravo “e o negócio das mulheres-é virgem? Tem cabaço? (...) “pois que nome se há de dar senão escravatura” (A. Arnaut, 2007, p. 104).

Daniel também podia ser chamado por Cohn-Bendit, “o chefe mais destacado da insurreição de Paris” (A. Arnaut, 2007, p. 87), mas dizia que também lhe podiam chamar Che Guevara ou Martin Luther King. E este personagem recordava o Daniel impulsor da revolta na Universidade em França “nas escadarias da Sorbonne entre as grandes colunas ostentando os retratos de Marx, Lenine e Mao, a chamar “é proibido proibir”, “faz amor, não faças a guerra”, enquanto esperava por Aragon e Jean-Paul Sartre” (A. Arnaut, 2007, p. 88). E remata dizendo que o maio francês não foi um movimento político, foi uma revolução cultural” (A. Arnaut, 2007, p. 89). “E tudo começou quando Daniel interpelou o ministro que lá foi inaugurar uma piscina” (A. Arnaut, 2007, p. 89). Similitude com a inauguração do Edifício das Matemáticas em Coimbra.

- “Morreu Salazar” (p. 114)

Qual poeta do olhar, como foi Cesário Verde, o protagonista Afonso descreve com pormenores como foi recebida pelas pessoas, em Coimbra, a notícia da morte de Salazar a 4 junho de 1970. Quase em versão fílmica a narrativa retrata movimentos, faces, e dissecar, quase a bisturi, os ambientes: “uma ironia exuberante: Não me diga! Não me diga!” “alguns situacionistas respiravam de alívio”, a Universidade já tinha mandado colocar a bandeira a meia haste e tocar a finados” (...) “o luto institucional contrastava com a alegria mal disfarçada da população” (...)” e o comerciante Gaspar trocou o rotineiro bagaço por conhaque” e, no café, “os empregados tinham a voz arredondada e sonora dos acontecimentos festivos” (...)“no café (A Brasileira) um rumor mais vivo e envolvente do que era vulgar, e o distinguia do ramerrão dos dias sem história” (...)“caras agora abertas e prazenteiras (...) “e até a máquina registadora tilintava de alegria” (A. Arnaut, 2007, pp. 114-115). Estes são alguns traços definidores de um certo prazer e de uma subtil onda de alegria que a morte de Salazar provocou julgando-se que o seu substituto, Marcelo Caetano, pudesse por em prática uma abertura do regime: não foi isso que aconteceu.

Em RS identificamos o protagonista (Afonso Mendonça) a evocar, através da narrativa, em três dias, de forma direta no plano narrativo (narrador autodiegético) ou através de narrador recrutado e que se assume como narrador heterodiegético (e também podemos considerá-lo homodiegético porque apesar de ser uma personagem secundária e é nessa condição que está presente na ação e narra uma parte substancial dos acontecimentos), o seu percurso de duas

décadas. Reflete no que foi a sua vida universitária e o serviço militar obrigatório que prestou e o levou a Angola e dá-nos conta de que forma vivia a juventude universitária e o que pensava. Afonso reflete nos problemas e dificuldades originados pela Ditadura do Estado Novo. A profusão de acontecimentos a que está sujeito permitem revelar o estado de espírito do narrador e do autor e compreender a agitação dos jovens dessa época onde subjaz a esperança numa nova sociedade, novos e modernos métodos de ensino, justiça e liberdade.

Aliás, os anos 60 foram considerados anos marcantes para a juventude. Com a eclosão da Guerra nas antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique muitos dos universitários eram convocados para prestarem o serviço militar obrigatório. A incorporação destes universitários nas fileiras do Exército e como combatentes na Guerra Colonial contribuiu para politizarem os profissionais militares e até os capitães oriundos da Academia Militar. Desalinhados do Governo, de imediato chamados para a guerra, viram-se privados de concluir os seus cursos e de acompanhar um movimento internacional quase revolucionário que marcou a década de 60 como uma explosão de juventude, influenciados por origens diversas e de várias latitudes: Num plano positivo foi a adesão a ideias novas surgidas do exterior desde ideias de liberdade a mudanças comportamentais, pacifismo e contracultura.

Na opinião do Professor Doutor Orlando de Carvalho expressa num texto inserido na contracapa do LP (disco Long-Play) *Flores para Coimbra*, a juventude académica de Coimbra, “lúcida e inconformista, a servir de agulhão a uma rotina nacional, dividida e decrépita”, desassossejou o sistema autista do país. Depois da crise de 62, após anos de instabilidade na relação entre a tutela e os estudantes, veio a crise de 69 com alguma influência do maio de 68 em França. A voz dos estudantes tornou-se cada vez mais ativa e foi então projetada para além dos muros da universidade. Ainda, segundo Rui Bebiano, Bebiano (2003, p. 22), na Revista Crítica de Ciências Sociais, refere:

A intensa politização do meio estudantil coimbrão ocorrida principalmente a partir de 1971, sob a onda de choque do maio de 68 e a influência de um novo tipo de ativismo, apontando já para o aniquilamento do regime, a completa destruição do sistema económico dominante e o fim da guerra colonial, mas contestando também com uma grande radicalidade, tanto ao nível das opções políticas como na área das vivências quotidianas, a “cultura de regime”, tem a marca dessa influência.

Os sixties em Coimbra assinalavam-se, através da forma de vestir e de socializar dos estudantes que estavam em luto académico e não usavam capa e batina, mas vestiam calças à boca de sino, participavam em bailes de garagem, ouviam os Rolling Stones e os Beatles enquanto elas usavam minissaia. Era a emancipação da mulher universitária em contraponto com o que acontecia com as suas mães subjugadas ao marido todo poderoso e chefe de família. Ouvia-se o *make love not war* e *é proibido proibir*. Havia uma cultura de provocação e *teatro de guerrilha*, além de *happenings*. O Círculo de Artes Plásticas marcava uma nova cultura do olhar e as diversas secções da AAC inovavam ou transgrediam. Em RS, o narrador, através de Afonso, relata essa vivência, mas, de forma mais incisiva, através das personagens Cláudia e Elvira.

3.5. A Revolução do 25 de abril

Há vários estudos acerca do movimento estudantil durante os anos *sessenta - setenta* até à Revolução do 25 de abril de 1974 e sobre o que fizeram os jovens dessa época em favor da sociedade portuguesa após a ação vitoriosa dos “capitães de abril” – muitos dos quais eram ex-universitários.

Perante estudos atinentes à compreensão detalhada das crises académicas de Coimbra e de Lisboa, do “luto académico” em Coimbra, da defesa das instalações da Associação Académica da *Lusa-Atenas*, e das consequências que sofreram aqueles que se opuseram à Ditadura, os romances históricos, de época ou autobiográficos que narram esse período podem ajudar a compreender a referida época. Esse terá sido um dos objetivos preconizado por A.A. neste seu romance. No entanto é a partir de então que RS ganha mais detalhes e a intriga se entrelaça.

Nesse período, para além do movimento associativo estudantil no combate ao fascismo, destacam-se algumas emanações do movimento operário, figuras de resistência de que Álvaro Cunhal e Alberto Martins (presidente da Direção Geral da Académica em 69) são paradigmas, bem como a ação contestatária de alguns cantautores como Zeca Afonso, Luís Góis, António Bernardino e Adriano Correia de Oliveira, que integraram o Movimento das Trovas e Baladas.

Contribuíram, ainda, para fazer frente à Ditadura, alguns organismos culturais, grupos cívicos e tertúlias; e também registamos a influência de factos significativos ocorridos no plano internacional de acusação ao regime português de então; certas correntes literárias nacionais e internacionais e meios de comunicação, alguns de circulação específica como *Les Temps Modernes* e a revista portuguesa *Seara Nova, o Jornal do Fundão e o Notícias da Amadora, a Revista Vértice* acolhendo os neorrealistas e a *Revista Capa e Batina* que acolheu sob pseudónimo alguns articulados de A.A. e de Torga.

Poucos universitários ficaram indiferentes à Ditadura em Portugal que marcou o Estado Novo e o tipo de ensino então ministrado. As reacções nos meios estudantis foram ascensionalmente fortes. Marcelo Caetano, que sucedeu a Salazar na presidência do Conselho de Ministros em 1969, tinha sido reitor da Universidade de Lisboa e no início do movimento académico dos estudantes da capital esteve ao lado destes. O pai do protagonista de RS, Comendador Alípio, não simpatizava com Marcelo. Jorge Sampaio³⁷ faz o prefácio da obra *O Dia do Estudante – A crise que abalou o regime de Salazar* (Braz, 2010). Na sua qualidade de antigo secretário geral da R.I.A. (Reunião Interassociações) cargo para o qual no-lo diz que foi eleito pelas estruturas que eram as legítimas representantes dos estudantes da academia de Lisboa salienta: “esta comemoração anunciada para 24 de março de 1962, que, ao ser arbitrariamente proibida pelo Ministério da Educação Nacional, acendeu o rastilho de uma fogueira nunca vista durante os cinquenta anos de ditadura” (Braz, 2010, p. I).

Jorge Sampaio indica-nos, sumariamente, que a linha central deste livro são os diversos comunicados feitos pelas estruturas associativas em contraponto ao que era publicado na Imprensa da época em notas oficiosas de publicação obrigatória.

As novas “ideias” e o espírito de revolta e combate esbarraram muitas vezes, fora dos muros académicos, em familiares conservadores, oponentes a ideologias progressistas e arejadas. É o que se deteta em RS, no qual, o pai do protagonista, ocupa a posição do salazarista confesso que inclusivamente não concebia uma ténue abertura que Marcelo Caetano terá ensaiado no regime. O narrador consegue, quase em permanência, reproduzir de forma mais

³⁷ Jorge Sampaio “participou ativamente na crise académica de 1962 ao ser presidente da RIA (Reunião Interassociações). Foi defensor de alguns acusados no processo de assalto ao quartel de Beja. Ajudou à criação do MES Movimento da Esquerda Socialista (...) fez parte do Grupo do ex-Secretariado que dividiu o P.S. entrando em 1983 para a Comissão Nacional” (Centro de Documentação 25 de Abril, s.d.).

ou menos completa os principais factos ocorridos no meio académico de Lisboa e de Coimbra. Um leitor de futuro, e que não conheça a história desta época retratada em RS, fica municiado com ampla informação. Também o livro *O Dia do Estudante – A Crise que abalou o regime de Salazar* dá conta de como as Associações de Estudantes evoluíram a partir do Dia do Estudante de 1962 e do seu papel relevante na sociedade portuguesa. A esse propósito, as inundações registadas em novembro de 1967 nos arredores de Lisboa, com maior incidência para a zona de Vila Franca de Xira, mereceram o apoio dos estudantes que socorreram a população a viver em condições de grande fragilidade – condições que os universitários quiseram transmitir ao povo português. Foi-lhes proibida a realização de uma conferência de imprensa para divulgarem a sua ação solidária em favor dos prejudicados pelas cheias. Assim optaram por elaborar um comunicado reproduzindo a sua posição e deram conta dos apoios prestados à população vitimada. Na comunicação lamentaram a impreparação e desorganização dos organismos sanitários e sociais do estado português e referiram que:

a existência num extensíssimo setor do território de condições de vida de tal modo miseráveis que por elas em grande parte se explica a amplitude da perda de vidas e haveres das populações atingidas; e a participação dominante de Organizações Democráticas e Livres, como as Associações de Estudantes, num trabalho que em primeira linha competia às instâncias. (Braz, 2010, p. 238)

Os estudantes passaram a ser um novo farol no arejamento social e político. Preocuparam-se com o país real e com os graves problemas existentes. Foram muitas vezes travados pela Censura e pela polícia política ao serviço do Estado Novo. Houve diversos graus e formas de empenhamento no ativismo político destes jovens estudantes os quais quebrarem influências anquilosadas de familiares, de um modo geral dos seus pais, que eram os responsáveis pelo seu sustento, e isto gerava conflitos na família. Situações replicantes que levaram a choques familiares em ambientes fechados, mas que desenharam novas sociabilidades políticas, sociais e culturais e implicaram algum forçado desenraizamento familiar.

O empenhamento e a militância política ativa e frontal de luta contra a Ditadura, e o pedido de melhores condições no Ensino e na Sociedade Portuguesa, como exemplifica a citação feita de *O Dia do Estudante*, resultaram, em especial para os homens, em represálias, já

referidas, sendo a mais flagrante a incorporação forçada no serviço militar obrigatório e a mobilização para o combate em defesa das Colónias portuguesas em África. Tudo isto constitui pano de fundo para a diegese.

As estudantes em 60-61, matriculadas no ensino superior público e particular (e até aí os “géneros” estavam muito delimitados com a preponderância do masculino) eram 7038 e, nesse ano letivo, acabaram cursos 534. Estas, romperam um certo amorfismo comportamental e adotaram novas posturas como, por exemplo, passaram a sociabilizar nas secções académicas e nos cafés, espaços até aí quase reservados ao género masculino.

Vejam, uma vez mais, o pensamento de um antigo Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Orlando de Carvalho, expresso na contracapa de um disco fonográfico de 33 rpm intitulado *Flores para Coimbra*. São fados/baladas que têm poemas de Manuel Alegre. Este disco surge como uma *crónica* do panorama estudantil de Coimbra, ainda nos anos sessenta. Uma passagem que o historiador Jorge Cravo também cita num trabalho dedicado à importância do canto de Coimbra nesta época e intitulado *A Canção de Coimbra em Tempo de Lutas Estudantis (1961-1969)*:

Quando se fizer a história dos anos 60 portugueses, há de sentir-se a presença da juventude de Coimbra (...) Rebeldia inteligente e atuante, sem esquecer as raízes do passado, no que possuem de autêntico, e sem se perder nas águas de uma adolescência estranhamente senil, como é timbre de certa burguesia que, desconhecendo-se a si mesma, compra, a troco de uma violência gestual, a paz de espírito que não busca na ação. Também na música e na poesia a mensagem de Coimbra se repercute com força como o provam as criações de José Afonso e as interpretações de Adriano e do último Luís Góis. (Carvalho citado por Cravo, 2009, pp. 121-122)

Orlando de Carvalho evocou o “papel pioneiro” da guitarra de António Portugal e do poeta Manuel Alegre neste caso por causa dos livros *Praça da Canção* e *O Canto e as Armas*. Manuel Alegre era aluno da Faculdade de Direito e teve de se exilar no Norte de África mesmo depois de fazer o serviço militar obrigatório em Angola tendo sido naquelas paragens um dinamizador na Rádio Argel do programa radiofónico de oposição ao regime vigente em Portugal, *Voz da Liberdade* (A. Arnaut, 2007, p. 206). Em 2008, Alegre visitou, oficialmente, a Argélia, esteve nos estúdios da Rádio Argel e emocionou-se. Disse que

trabalhou naquela rádio durante dez anos, de uma forma inteiramente livre, e deu conta de que “não podemos separar a história da revolução portuguesa do papel desempenhado pela Argélia, que ajudou Portugal a instaurar a democracia, sem pedir nada em troca” (Diário de Notícias, 2008).

Aliás, Alegre, fez também da sua poética, emoldurada pela sonoridade do dedilhar da guitarra de António Portugal, um processo fundamental na construção de canções contra o regime. Estes protagonistas deram, pela guitarra e música interventiva, e pelos discursos poéticos vertidos nessas músicas, um importante contributo para uma melhor consciencialização política naquela época, favorecendo diversas ações de reivindicação no sentido de ser obtida uma *mudança* para melhorar as condições sociais e políticas do país. A importância deste disco foi renovada e consagrada numa Exposição realizada em outubro de 2019 no Convento de São Francisco, em Coimbra, por ocasião dos 50 anos do lançamento da referida obra discográfica. Em RS, o Professor de Direito, comunista e católico, Orlando de Carvalho, aparece retratado com especial deferência pelo protagonista Afonso seu aluno.

Miguel Cardina em “*A Tradição da Contestação*” (Cardina, 2008, p. 103) faz uma síntese e identifica alguns aspetos comuns ao ideário que então proliferava. Aponta o combate à alienação de ordem económica, psicológica, sexual, cultural ou ideológica, a autoridade tradicional da época e nota que eram reclamadas uma mudança radical de costumes e de mentalidades bem como a valorização da juventude ao lado do proletariado.

O inconformismo e ativismo dos anos sessenta/setenta foram *sementes* que germinaram para favorecer o florido abril de 1974 (A. Arnaut, 2007, p. 252). Contudo, devemos perguntar o seguinte: será que os jovens da *Revolução* que foram preparados, politicamente, nos anos anteriores, nas universidades, foram efetivos contribuintes e criadores, em Portugal, de um novo tempo? E que tempo terá sido esse e quais as consequências de ações desenvolvidas nesse período?

Além dos movimentos internacionais de emancipação e pacifismo no período em observação, a *Guerra Fria* alimentava páginas de jornais e originava uma repartição mundial em dois blocos: o Leste, ancorado em Moscovo, e o Ocidente comandado por Washington.

Fora dos meios académicos que fervilhavam de entusiasmo e angústia, como acontecia em Coimbra, estavam as grandes urbes de Lisboa e Porto, mas os universitários nestas grandes cidades também já se tinham manifestado, e continuavam a manifestar, contra um ensino

desadequado e um Portugal amordaçado embora as suas ações fossem minorizadas quanto a nós porque a grandeza demográfica das cidades quase engolia o que ficava dentro dos muros universitários o que não sucedia em Coimbra onde a cidade e a Universidade se interpenetravam com Coimbra na ocasião a encetar uma ação promocional para ter 100.000 habitantes. De um modo geral, o resto do país, fora dos três grandes centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra estava iletrado e ruralizado; o Ultramar com defesa acicatada por Salazar e suas políticas, mobilizava recursos financeiros e humanos grandiosos. Portugal era contestado nas Nações Unidas e ficou “*orgulhosamente só*”³⁸ no concerto das nações expressão proferida por Salazar ante as portas fechadas das Nações Unidas.

Estes aspetos são igualmente integrados no universo diegético de RS de tal forma que muitas vezes não sabemos onde se separam o romance histórico, o romance de denúncia e o romance autobiográfico ou de autoficção. A maioria dos universitários grevistas e que contestava o regime foram incorporados no serviço militar obrigatório. Estes milicianos politizaram o Exército e a partir de 1970 entram em gestação as reivindicações do fim da guerra colonial e de uma efetiva mudança de regime. E é no seio do Exército que se geram estas manifestações que culminam a 25 de abril de 1974. Em RS, capítulo XXII, o narrador dá-nos conta de que já no período marcelista havia “*rugos de inquietação*” (A. Arnaut, 2007, p. 255) observando-se mal-estar entre os ultras adeptos da manutenção da política colonial e da manutenção do estado das coisas e os moderados. O Exército estava dividido e cético. Dez anos de guerra em três frentes abalaram profundamente a mentalidade dos seus profissionais, tornando-os mais instruídos ideologicamente pelo contacto com as sucessivas levadas de milicianos, jovens universitários e alguns já licenciados, de mentalidade arejada que desequilibraram o *status quo*.

No casamento do irmão do protagonista (Artur) o narrador a propósito de um tenente-coronel que tinha feito uma comissão de serviço na Guiné diz:

as coisas lá estão complicadas desde que o PAIGC declarou a independência, e foi reconhecida por oitenta países, e tudo se agravou quando o general Spínola publicou *Portugal e o Futuro*, confirmando a falência da nossa política africana, a

³⁸ Referência à frase dita por Salazar quando as Nações Unidas expulsaram Portugal do seu seio e criticaram a política colonial do país.

autodeterminação e o federalismo. Escândalo! Vindo de um chefe militar e de um prócere do regime. (A. Arnaut, 2007, p. 225)

Afonso refere que está iminente um golpe e isto porque 136 oficiais já tinham reunido no Alentejo. É o Movimento dos Capitães, depois foi apelidado de Movimento das Forças Armadas (MFA) e que delineou uma ação militar para derrubar o regime³⁹.

A 25 de abril de 1974 acontece a “Revolução dos Cravos” e Portugal procurou democratizar-se. Houve necessidade de uma missão de pedagogia política em concreto junto do povo português ruralizado. Os partidos instalaram-se na cena política que passou a multipartidária. Houve um PREC (Processo Revolucionário em Curso), a independência das Colónias e seguiram-se várias flutuações no caminho para uma sociedade idealizada como fraterna e próspera com mais liberdade e igualdade de oportunidades como vinha a ser preconizada pelos portugueses mais esclarecidos.

No pós-25 de abril começaram a emergir na sociedade portuguesa vários protagonistas (em concreto, anteriores jovens universitários) que se tinham envolvido no objetivo de democratizar o Ensino em Portugal e de modernizar o país lançando sementes de *Abril* nas Faculdades. Algumas metas esboçadas pelo espírito da Revolução dos Cravos foram cumpridas, mas outras ficaram por cumprir. Êxitos e também fracassos. Novas sociabilidades. Novos desenhos culturais, económicos e sociais em Portugal.

O inconformismo e ativismo dos anos sessenta/setenta foram *sementes* que germinaram para favorecer o florido abril de 1974. Contudo, devemos perguntar o seguinte: como as ações desenvolvidas neste período se espelham no romance? Será que os jovens da *Revolução* que foram politizados, nos anos anteriores, nas universidades, foram efetivos contribuintes e criadores, em Portugal, de um novo tempo? E que tempo terá sido esse e quais as consequências de ações desenvolvidas nesse período? O romance RS aborda um coletivo, o dos estudantes da Academia de Coimbra e as suas aspirações, mas, de certo modo, Afonso

³⁹ Em Bissau, a 21 agosto 73, reúnem militares descontentes com o Decreto-Lei 353/73. Este decreto facilitava aos oficiais milicianos, após breve curso, subirem ao posto de capitão, enquanto os militares que seguiam a Academia Militar precisavam de vários anos para o mesmo. O decreto procurava suprir a falta de capitães para a guerra colonial. Os militares descontentes reúnem, em Évora, a 9 setembro 73; em 1 dezembro desse ano, em Óbidos, nova reunião aponta para atitudes de força e agora já de base política e é constituída uma comissão coordenadora de 19 membros sob a coordenação de Vasco Lourenço, Vítor Alves e Otelo Saraiva de Carvalho. A 16 de março de 74 há o primeiro levantamento, gorado, com origem nas Caldas da Rainha e, posteriormente, a ação de êxito a 25 de abril de 1974.

surge como uma emanção individualizada desse coletivo. O protagonista foi um universitário que viveu a revolução e foi um idealista, mas é o próprio a sentir uma enorme frustração face a acontecimentos posteriores que fugiram da órbita de valores e virtudes preconizados com os movimentos associativos de 60/70 e com a Revolução do 25 de abril. Declarou Medeiros Ferreira num documentário de Diana Andringa⁴⁰, que os universitários do seu tempo não pensavam em cargos públicos ou benesses, apenas cumprir o ideal da Democracia e do Progresso. É o que acontece com Afonso o protagonista de RS. Poucos anos após a Revolução de abril mostra o seu desencanto e frustração embora não total porque houve algumas conquistas para o povo, mas ficou-se além do desejado como no-lo diz Afonso. O protagonista não baixa os braços por completo e ainda acredita na possibilidade de lançar sementes de mais democracia e solidariedade e também de combate aos flagelos observáveis.

Esta geração quando se emancipou e passou de juventude inconformista a comunidade adulta e madura teve e tem responsabilidade pelo novo Portugal saído de abril. Não devemos esquecer que esta comunidade ficou marcada pela sua proveniência de inquietude de Geração de Sessenta, período em que o acesso ao ensino superior ainda não estava democratizado. A “pergunta” continua em aberto e são populosos os contributos para a resposta. Tal observação indicia ser oportuno estudar este tema e procurar respostas e informação histórica na imprensa contendo relatos da época e em obras romanceadas - romances que podemos considerar históricos, autobiográficos com a trama a desenvolver-se na época referida.

Do final dos anos sessenta até aos anos oitenta o nosso país transfigurou-se por ações multifacetadas – foi um alimento quase constante da imprensa e observação dos políticos internacionais face aos meandros e “casos” do dia-a-dia e aos fluxos imprevisíveis que os acontecimentos pós-revolução iam proporcionando.

Ocorre abrir RS a uma função catártica “que transcende uma mera dimensão lúdica para visar questões de ordem moral, ética, social, ideológica, etc.” (Reis, 2008, p. 92). Mesmo que diminuída por ocupar uma época localizada e pequena esta função catártica aborda uma mudança substancial numa sociedade: a portuguesa.

⁴⁰ Entrevista e reportagem de Diana Andringa, Sol a Sol, RTP (Andringa & Caldeira, 1978).

Procuramos no romance de A.A. encontrar elementos de compreensão do antes e do depois do 25 de abril de 1974 e verificar a validade de alguns avisos do narrador para a falta de ética na política portuguesa, situação que terá começado a observar-se no pós-25 de abril. Antes, como se detetará, o facto de existir Censura e polícia política não permitia que fossem divulgados eventuais atos de denúncia pelo menos de forma objetiva e a nível interno.

Procuramos encontrar no romance RS, para além de elementos de compreensão do antes e do depois da Revolução dos Cravos, as transgressões de ordem económica, social e política que se foram observando.

Através da personagem principal e do narrador são expostos os avanços e recuos na vida social e política portuguesa é-nos explicado como se chegou ao 25 de abril cimentando no romance um cunho histórico. Procura também descrever através do seu “foco de observação e de interpretação” alguns aspetos negativos da política portuguesa pós-25 de abril para os quais alerta. O protagonista na sua qualidade de jovem médico e ideólogo aborda a importância dos cuidados médicos para a população portuguesa e regozija-se com a criação do Serviço Nacional de Saúde, um serviço do qual o autor, A.A. é, recorda-se, considerado o “pai”, tendo elaborado o projeto de lei para a criação deste Serviço. Ao mesmo tempo o autor formula avisos acerca do que pode acontecer se não forem tomadas as medidas adequadas, quer na atividade política quer nos cuidados de saúde, quer na atenção que deve ser dada ao interior do país. As componentes histórica, de denúncia e autobiográfica, atravessam a obra. O narrador fornece-nos aspetos negativos que testemunha e exemplifica preocupando-se em lançar sementes para que um novo futuro que tenha aspetos mais puros e para que as ideias da revolução do 25 de abril ressurgam. Também encontramos no livro *Salvar o SNS*. a palavra semente⁴¹, que tem uma função regeneradora para A.A. Para A.A., o SNS é do povo, é uma exigência ética da civilização e A.A. pede a todos os partidos que apoiem aquele serviço.

A.A. através deste romance RS deixa-nos a ideia de que ainda acredita no povo e nos governos caso cumpram com exigências éticas.

⁴¹ Maria Luísa Lepecki no prefácio de *Recolha Poética* aborda a densidade da presença das metáforas em A.A. e refere que “*semente* é metáfora recorrente em toda a escrita do Autor”.

Recentemente, o sociólogo Boaventura Sousa Santos (Tavares, 2021b)⁴² surge como um dos protagonistas da vida pública portuguesa a defender a revalorização do SNS e exemplifica:

Penso que o Serviço Nacional de Saúde tem de ser revalorizado. Este governo tem tentado alimentar o SNS, mas apenas para responder à pandemia, não está a fortalecê-lo em termos de carreiras, de exclusividade, de aumento de salários, porque tem muito medo da conta daqui a uns anos, mas isto é que seria fundamental. Como seria fundamental alterar a nossa política urbana de imediato. Veja, está a falar comigo e eu estou numa aldeia, Quintela, a 30 quilómetros de Coimbra, onde nunca uso máscara, praticamente não sei o que isso é, só quando vou a algum lado. (...) Mas tínhamos de voltar a criar um equilíbrio entre a cidade e o campo, criar incentivos para que os professores e médicos voltem aos lugares menos povoados, não se concentrem, como está tudo concentrado em Portugal, numa faixa de terra de 50 quilómetros entre o mar e o interior. É completamente errado. O que é que isso exigiria? Exigia o que tínhamos depois da Revolução do 25 de Abril, que não o destruíssem. A revolução teve esse aspeto fundamental de levar um pouco de democracia para o país do interior, que em Lisboa se chama a província, e que são os direitos sociais, os equipamentos, as escolas, os CTT, os centros de saúde, a renovação urbana. Quem viaja pelo interior vê um país bonito, cidades pequenas, mil habitantes, todos têm o seu jardim, têm equipamentos, só não têm é gente. Os mais jovens já não tinham o liceu, a certa altura, tiraram-lhes os CTT, passaram a concentrar tudo em lógica de rentabilidade do capital. E não pode ser. Era preciso ter uma política de descentralização muito mais forte.

Verificamos que o sociólogo citado foca, nesta entrevista, dois aspetos que A.A. aborda no seu romance: um SNS que merece ser cada vez mais valorizado e alerta para a diferença entre a capital e a província e nesta há cada vez menos serviços públicos A assimetria do país continua.

A.A. faz eco da sua postura na vida em sociedade provavelmente para que o seu exemplo possa dar-lhe óbvio crédito para evocar e comentar, amiúde, questões de ordem ética, moral e deontológica.

⁴² Entrevista na íntegra está no anexo II desta dissertação.

Veja-se que também a literatura pode ser entendida como instrumento de intervenção social (Reis, 2008, pp. 41-43) que alude a várias épocas e refere que nos anos 30 a 50 do século passado a estética e cultura marxistas através de práticas literárias desenvolveram uma literatura de compromisso social. Este académico anota igualmente o texto de Sartre “*Qu’est-ce que la littérature?*”, ensaio publicado entre os números 17 e 22 da revista *Les Temps Modernes*, proponente de “práticas literárias empenhadas” em que “a função do escritor é proceder de modo que ninguém possa ignorar o mundo nem alhear-se dele”, aliás, este ponto de vista é idêntico ao que já citámos atrás de autoria de José Saramago, O escritor comprometido, ainda segundo Carlos Reis, adota, habitualmente, um discurso em prosa narrativa, o que se vê em RS.

RS em nosso entender, estabelece um diálogo entre a ética e a literatura. Arnaut anda, neste particular, muito perto do que preconiza José Saramago.

Mattia cita Saramago a evocar a preocupação que os escritores devem ter com a ética e a afirmar o compromisso do “prémio Nobel” de nos seus textos, nos seus livros, manifestar um sentido ético e escreve:

A preocupação do escritor com as questões em torno da ética marca sobremaneira seu pensamento político e social. Uma preocupação especialmente com o que afirmou ser, e que se pode ler no Último caderno de Lanzarote: “a questão central do nosso tempo [...], a perda de um sentido ético da existência” (2018 [1998], p. 207). Mas esse desassossego não esteve apartado de sua literatura, ao contrário, imbricou-se a ela: a necessidade de pensar sobre uma existência ética por meio da expressão literária (...) quero exprimir, através dos meus livros, um sentimento ético da existência, e quero exprimi-lo literariamente. (Saramago 2010 citado por Mattia, 2021, pp. 123-124)

A ética é um ramo da filosofia e está na base da discussão acerca de valores. No entanto, António Arnaut, através do protagonista Afonso, evoca amiúde a ética republicana. Vejamos o blogue *Causa Nossa: Praça da República* (15) *Ética Republicana* (blogue fundado em 23 novembro de 2003 por Ana Gomes, Jorge Wemmans, Luís Filipe Borges, Luís Nazaré, Luís Osório, Maria Manuel Leitão Marques, Vicente Jorge Silva e Vital Moreira). Importa atentar no que escreve Vital Moreira (2019) no blogue *Causa Nossa*, ao definir os quatro pilares que considera essenciais na ética republicana:

São conhecidos os quatro pilares essenciais da ética republicana (ou simplesmente ética política) no exercício de cargos públicos: (i) escrupuloso cumprimento das obrigações legais inerentes ao cargo; (ii) primazia absoluta do interesse público sobre os interesses particulares, em geral, e os interesses pessoais, em especial; (iii) integridade e recusa de vantagens ou favores especiais; (iv) rejeição das relações familiares (nepotismo) ou de amizade (amiguismo) como critérios de decisão no governo da coisa pública. A ética republicana vai muito para além do respeito da lei, regulando também a margem de livre decisão deixada pela lei. Sem constrições éticas a *res publica* corre riscos desnecessários.

Reservando o conceito de autoficcionalidade que atravessa *RS.*, Afonso, o protagonista, é perentório na denúncia das falhas nas práticas políticas que observa depois do 25 de abril de 74, nos pilares enunciados por Vital Moreira. “A *res publica* corre riscos desnecessários” pode inferir-se com alguma ousadia da leitura de *RS.*, pois – repetimos –, não queremos esquecer a componente de autoficção que se vislumbra neste romance.

4. O UNIVERSO DIEGÉTICO DE RIO DE SOMBRAS

4.1. Autor – Narrador – Protagonista

O autor empírico é A.A. cuja vida e obra sintetizámos no início desta dissertação. De António Arnaut abordam-se de forma mais detalhada, porque representa uma ligação direta ao universo diegético, a sua profissão de advogado, a faceta política de cofundador do Partido Socialista, de deputado na Assembleia da República e criador do Serviço Nacional de Saúde com a colaboração do professor de medicina, Mário Mendes. O narrador que é uma invenção do autor, uma entidade fictícia, desdobra-se no próprio protagonista e também num narrador contratado (Luís Moutinho de Sá e Couto) o que é mais um motivo ficcional da narrativa. O protagonista é Afonso Mendonça omnipresente, sobrepondo-se e controlando a narrativa mesmo aquando da existência de um “narrador contratado”. Uma obra que nos transporta para caminhos da História recente de Portugal com a marca da ficção imposta até pelo autor em esclarecimento ao seu público, aos narratários.

Considera Carlos Reis:

duas serão as atitudes, possíveis do romancista que escolheu para a sua ficção, os caminhos da História: uma, discreta e respeitosa, consistirá em reproduzir, por ponto os factos conhecidos, sendo a ficção mera servidora duma fidelidade que se quer inatacável; a outra, ousada, levá-lo-á a entretecer dados históricos não mais do que suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante. (Reis, 2008, p. 502)

A.A. terá apontado em nosso entender para a primeira. Os factos conhecidos são reproduzidos por um protagonista, a personagem principal, que de um modo geral evolui entre dados históricos e com muitas “verdades ficcionais”, harmonizando-se na instância narradora. Mesmo numa clara tendência de objetividade dominante há traços de índole subjetiva. Os eventos vão surgindo ao longo da história de forma encadeada e não linear, mas encontramos um desenlace para o enredo determinado pelo protagonista Afonso. Ao longo do romance Afonso direta ou indiretamente elabora um discurso onde a história-base é a de um jovem médico que hesita entre regressar à capital e ter intervenção direta nas políticas do seu país ou manter-se numa localidade no interior nas Terras do Demo e dar o seu contributo ao serviço da população local além de cimentar a relação afetiva com a namorada, Sara, ali residente com quem vem a casar. Em vez de falarmos de ação podemos

falar de ações em RS. E de certo modo acabam por se desenvolver numa intriga com vários universos diegéticos se nos é permitido considerá-los até sub-diegeses ou diegeses encaixadas. Abordam várias teses sociais contribuindo para um “desenlace-clímax”.

Os espaços mais retratados na essência do tema central (Afonso entre Tomar, Coimbra e a Bouça, o seu quarto na pensão, o consultório, a aldeia ou vila onde se fixa como médico, a sua estada como militar em Angola). Tal como enuncia nas primeiras linhas de R.S. o protagonista fala de um “Portugal antigo e casto, em contraponto com o país fátuo e hipócrita de que queria fugir (e também uma razão sentimental)” que determinaram Afonso ficar naquela “vila perdida nas serranias beirãs”. Outros espaços diferentes catalogados pelo narrador, mas em *flash-back* como Angola com Luanda, Ambrizete e Nanbuangongo referenciadas, mas sem detalhes; a casa dos pais e a quinta; Tomar, O Convento de Cristo e Janela manuelina, a mata dos Sete Montes onde colhe a virgindade de Cláudia; Coimbra: da Praça da República e da Alta à baixa, o Largo da Portagem onde alcança pelo olhar o consultório do médico Adolfo Rocha que era o escritor Miguel Torga, a Rua Ferreira Borges, as escadas de São Bartolomeu, o Palácio dos Confusos, Repúblicas de estudantes de Coimbra, cafés e nisto há quase um olhar cinéfilo ou um descrever à cineasta. E temos (RS:51) um conjunto de imagens, de signos, que efetivamente ganham densidade em espaço, tempo e movimento, sucedem-se e, encontramos, por exemplo, este retrato avulso: o quotidiano de uma zona da Baixa de Coimbra frente à românica Igreja de Santa Cruz um dos panteões nacionais na atualidade ou o escritório de Ademar Lopes que era na Rua da Sofia, também na baixa e é mais detalhado. Acompanhamos o protagonista no seu movimento após sair do escritório do seu amigo Ademar:

Afonso desceu o Quebra-Costas em passadas largas e urgentes, transpôs o Arco de Almedina e encontrou-se em plena Calçada, agora o centro cívico e comercial da cidade, mas outrora o começo do arrabalde, por ficar extramuros. Na Praça 8 de maio havia um alarido em frente ao café Santa Cruz. Um cauteleiro gesticulava em legítima defesa, recuando diante de um cavalheiro obeso, com uma corrente de ouro a apertar-lhe a barriga. O polícia de giro parou a certificar-se se o incidente mereceria intervenção policial tanto mais que ocorria próximo da Igreja. (A. Arnaut, 2007, p. 61)

Na alta universitária os espaços não são relatados de um modo geral com detalhe, mas há no romance relatos de espaços que em pequenas frases nos dão uma visão peculiar como sucede com “terras bravias da Beira” (...) “imensidão de cumes e encostas, bordejadas por aldeias e casais” (...) “o roteiro aquiliano desde a pequena aldeia do Carregal onde o escritor nasceu, até Soutosa” (A. Arnaut, 2007, p. 155).

A vila de Bouça com habitação diferenciada correspondendo a vários extratos sociais: o povo sempre sofrido, a burguesia nos seus vários escalões, uma certa aristocracia e a beleza das serranias morenas da Lapa vistas do quarto da pensão da Senhora Adélia.

De forma metonímica Afonso revela cidades e locais que são centrais na diegese como Tomar, Coimbra e Lisboa e ainda a vila da Bouça. No seu conjunto representam, metonimicamente, Portugal. Tomar como cidade natal de Afonso onde está a casa de seus pais e onde também colheu a virgindade de Cláudia num espaço simbólico na mata ou jardim do Mouchão; Coimbra constitui um espaço de vivência académica e política entrando o narrador pela rama em várias áreas citadinas, e, por exemplo, em relação às Repúblicas de Estudantes, estas apenas são nomeadas não havendo quaisquer descrições de pormenor. O protagonista relata, no entanto, alguns espaços que não são fundamentais na trama.

No plano sociológico aborda o carácter retrógrado de Coimbra por se parecer com “Roma” num catolicismo desatualizado quando, por exemplo, a mãe de Cláudia impõe o casamento à filha por ter sido, aparentemente, apanhada a ter relações sexuais antes do casamento.

Lisboa surge como o centro do poder, mas malévola. Nepotismo. Corrupção. Amiguismo florescem segundo Afonso na capital; já a vila da Bouça é uma imagem em contraste, quase bucólica, como o país moderado, tradicionalista e conservador.

Nas suas viagens o narrador retrata um Portugal afastado do desenvolvimento antes da Revolução dos Cravos e também não evidencia grandes progressos pós-revolução. O povo continuava “faminto, humilhado e analfabeto, de burel e tamancos” (A. Arnaut, 2007, p. 250).

4.2. O universo feminino das personagens

RS é uma obra onde está relatada uma sociedade dos anos de 1960 pequeno burguesa, católica e conservadora, “nas aldeias as mulheres tapam as cabeças com lenços” (A. Arnaut,

2007, p. 166) e uma sociedade acadêmica, tendencialmente vanguardista⁴³. Observa-se no romance RS. Uma quase assimetria comportamental no universo feminino.

CLÁUDIA: Universitária e política, partidariamente ativa. Apaixonada por Afonso perde a virgindade com este em Tomar e promete ficar noiva à sua espera enquanto ele combate na Guerra Colonial. Apesar da promessa, Cláudia, sob efeito depressivo, vai com Gonçalo para a loja da mãe e aí têm relações íntimas e Cláudia é surpreendida pela mãe no ato sexual. Para a progenitora só o casamento podia ultrapassar a situação observada que a horrorizou. Para Maria Filomena Mónica “quando nas caves de Paris a escuridão era tal que o reconhecimento do parceiro era difícil, as mães portuguesas vigiavam a aproximação entre os corpos dos jovens com atenção maníaca” (Mónica, 1996, p. 215).

Cláudia segue a indicação da mãe, mas nunca esquece Afonso e está, sempre, na sua sombra. Vem a divorciar-se e procura reconquistar Afonso, este hesita e vem a optar por Sara.

Cláudia divorcia-se pós-25 de abril o que permite lembrar que Salgado Zenha negociou a Concordata com o Vaticano o que veio a permitir o divórcio. Atualmente os dados estatísticos revelam uma forte existência de divórcios: em cada cem casamentos realizados setenta acabam em divórcio e cada vez há menos casamentos. É uma situação quase diametral em oposição ao que se verificava antes do 25 de abril em que o divórcio não era autorizado a não ser em situações excepcionais. A mulher do Estado Novo estava numa situação de subalternidade em relação ao homem e nalgumas Faculdades da Universidade de Coimbra até o vestuário das mulheres obedecia a normas rígidas tendo as alunas na Faculdade de Direito como se lê em RS de se vestirem com saia e meias compridas. No entanto, dirigentes do PC, partido em que estava filiada, criticaram-na por usar calças e não desempenhar bem o papel atribuído de “controlar o Conselho das Repúblicas” (A. Arnaut,

⁴³ A escritora e poetisa Natália Correia chocou a conservadora sociedade portuguesa dos anos 60, com as suas ideias, obras e atitudes ousadas” (...) “Natália advogava um feminismo muito próprio, que identificava a mulher como o modelo ideal da liberdade erótica e passional e fonte da humanidade. A sua influência e a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, encontraram eco entre os estudantes. Em 1961 a revista *Via Latina* da Associação Académica de Coimbra, publicava *Cartas de Uma Jovem Portuguesa*, crítica feroz às convenções que impediam as jovens de conhecer o sexo e escolher livremente os seus parceiros”. Este documento gerou forte contestação no regime incluindo na Igreja Católica “e até de muitos estudantes”. Isto prova como existia conservadorismo em certas zonas da Academia (Cabral, 2010, p. 79). As personagens femininas que RS nos traz permitem perceber esta assimetria comportamental e ideológica da mulher portuguesa na época.

2007, p. 77) e foi este “Conselho das Repúblicas” que no plano real foi o dinamizador da atividade reivindicativa dos estudantes de Coimbra.

ELVIRA: Pertencia ao CITAC grupo de teatro progressista da Academia de Coimbra onde Elvira se enquadra, uma “*escola de perversão*” e comportamento ofensivo dos “*bons costumes*”. (A. Arnaut, 2007, p. 149) **Quase a concluir o curso universitário** apaixonou-se por Daniel, o francês, de quem não sabe nada, mas em quem assumir-se um farol mimético da revolução política e socio-académica francesa do maio de 68. Elvira é uma mulher ativa que procura desesperadamente saber quem é Daniel e vai a Paris à sua procura (e também para fugir à perseguição da PIDE) no ambiente dos exilados políticos. Tem o apoio de um tio, Libertário, dono da Tipografia Estrela Vermelha, constou que tinha sido da Carbonária, “homem honrado e solidário, um grande patriota”. Faleceu de enfarte por a Pide lhe invadir, num domingo da manhã, a oficina onde estava a embalar propaganda política. O seu funeral trouxe a Coimbra importantes individualidades e lá estava toda a Oposição da cidade. Elvira, tal como Cláudia, é também uma mulher ativa e sem preconceitos, uma vanguardista.

SARA: Professora primária. Mulher do interior, complacente, a irradiar beleza, suavidade e pureza na ótica do protagonista. É uma mulher passiva, tranquila, defensora da sua terra, apaixonada por Afonso a quem sugere que vá trabalhar para a vila onde Sara reside para ficar ao serviço daquela comunidade. Vestia sobriamente com elegância e como tal não estava enquadrada “na insensatez de certas professoras trajando luxuosamente indo algumas delas, vestidas de seda, ensinar meninos” (Mónica, 1996, p. 219).

Sara é, provavelmente, a única personagem plana ou quase plana. Sara representa as pessoas bairristas com uma atitude de meio termo entre o passado e o presente pois só agora as professoras de ensino básico começavam a ganhar autonomia pessoal o que não aconteceu durante a Ditadura em que estavam muito espartilhadas ao nível geral e dependentes dos maridos⁴⁴ os quais tinham de ter um nível profissional igual ou superior às esposas.

⁴⁴ “Enquanto nos EUA as mulheres queimavam soutiens e se manifestavam pelos seus direitos e contra a desigualdade entre ambos os sexos em Portugal (nos anos 60) a maioria nem podia trabalhar fora” (Cabral, 2010, p. 25). Note-se que segundo Mónica (1996): “Em 1936 o Ministério proibiu as professoras de usar maquilhagem e indumentária que não se adequasse à majestade do ministério exercido”. Em novembro, o ministro Carneiro Pacheco decidiu que as professoras só podiam casar com a sua autorização, concedida apenas desde que o noivo demonstrasse ter «bom comportamento moral e civil» e meios de subsistência consentâneos com o vencimento de uma professora. Para o Estado Novo, a mestra não devia exprimir ideias, evidenciar encantos físicos ou perder a virgindade (Mónica, 1996, p. 219). Compreende-se que o narrador nos descreva uma Sara professora modesta e passiva apesar de já estarmos nos anos 70/80. Na

Cláudia, Elvira e Sara serão proeminentes para observar um discurso de género. Ainda personagens a reter:

“Dona” Leocádia – A mãe do protagonista. Um casamento errado. Subjugada a um marido salazarista. Na juventude Ademar e o atual marido cortejaram em simultâneo Leocádia que veio a ter um filho de Ademar o que é do conhecimento do marido de Leocádia e da empregada Hermengarda. O pai de Leocádia não admitia que a filha namorasse com um legionário e fascista como então já se revelava Alípio de Mendonça mais tarde feito Corregedor.

Hermengarda – A criada, um estrato social baixo, mas com uma postura moral elevada. Subjugada aos instintos do patrão, usada como fruto da situação libidinosa, tem um filho do patrão que é criado à margem de outros dois filhos do Comendador – título que antes do 25 de abril era por norma atribuído a apaniguados do regime e lhes permitia quase um salvo-conduto comportamental para a amoralidade e hipocrisia. O Outro era desvalorizado e explorado por estes grandes senhores-patrões. Afonso “...ainda não sabe que ele (o pai) fez um filho com Hermengarda, é assim a organização social, séculos e séculos de injustiça, arbítrio, prepotência, o que urge é alterar as coisas, construir a sociedade nova sem exploradores nem explorados” (A. Arnaut, 2007, p. 105)

A **“Senhora” Adélia** – O protagonista vê-a como uma *“mãe emprestada”*. É a dona da pensão onde Afonso se hospeda e é tratado com muita deferência e em tom maternal. Por que razão? Porque a “senhora” Adélia teve um filho que lhe morreu na Guerra Colonial com idade semelhante à do protagonista. Adélia revisita em Afonso o filho morto. Saliente-se o tratamento por “senhora” sem “Dom” enquanto a Mãe de Afonso, a burguesa, era **“Dona” Leocádia** e a empregada que nem “título” de senhora merecia e muito menos de “dona” reservado a mulheres de classe alta;

Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976 a Assembleia Constituinte reunida a 2 abril de 1976 e após a Revolução do 25 de abril no Artigo 9º refere que é tarefa fundamental do Estado, entre outras, “promover a igualdade entre homens e mulheres”. Entretanto, só após o 25 de abril, foram absolvidas as Três Marias (Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno) que escreveram as *Novas Cartas Portuguesas* em 1972, revelando situações discriminatórias para as mulheres portuguesas a todos os níveis, uma obra que foi um marco fundacional no combate pela igualdade de género no nosso país.

Aurora – a revolucionária romântica, pintora, poeta, política, evita o resvalamento do Partido Socialista para a direita, procurando que esteja “na senda do socialismo democrático ou do socialismo ético” (A. Arnaut, 2007, p. 316). *Há* indícios desta personagem refletir a vida de Florbela Espanca.

Dona Leonilde é dona da pensão de Coimbra na qual Afonso esteve hospedado. Reservada, revela-se opositora de Salazar quando este morre porque causou prejuízo ao marido. Comportamento semelhante ao de muitos portugueses que estavam amordaçados e não se manifestavam com receio de represálias. O marido teria sido da Maçonaria porque reunia em casa fechando a porta para “levantar colunas”⁴⁵.

4.3. Os cafés da Baixa de Coimbra

Portugal e os portugueses constituíram até ao início dos anos 60 um país e uma sociedade fechada. Em 1958, escrevia Sybille Bedford sobre os portugueses modernos após entrar pela fronteira de Chaves e, tal como cita Mónica (1996, p. 224), “São de facto um mistério. Durante séculos os viajantes queixaram-se amargamente deles como bandidos, ladrões, zaragateiros, porcos, preguiçosos. A mim, pareceram-me sobretudo vagarosos, plácidos, amáveis, pacientes e lentos”⁴⁶.

Romance polifónico e poliedro em faces de espaços com diferentes modalidades de configuração; e de sociedades várias com observações ao longo de vinte anos. Os cafés em Coimbra e em concreto os da Baixa da cidade apresentam uma frequência e sociabilidades contrastantes com as que se observavam no interior do país. Há referências a diversos cafés como o da Sé Velha, o de Santa Cruz, agora inserido na Rota dos Cafés portugueses Com

⁴⁵ No ritual da Maçonaria “levantar colunas” significa que uma loja está a trabalhar. Vidé *Introdução à Maçonaria* de A.A.

⁴⁶ Sedas Nunes preconizava nessa época uma tese do “*dualismo*” em que para além da divisão entre ricos e pobres se observava um país dividido entre o litoral e o interior estando este a “viver a ritmos ancestrais” e a perder população. Afonso retrata esta situação quando narra as pobres Terras do Demo em contraste com o cosmopolitismo lisboeta. No entanto, a partir de 1960 a emigração começou a mudar o panorama do país com o interior cada vez mais deserto, mas com os emigrantes a regressarem de França para construir “*maisons*”, anulando as antigas casas de xisto, hoje, aliás, muitas delas recuperadas para fins turísticos e depois voltavam a França porque desesperavam com a frágil situação económica do país.

História, o do Feliciano, os da Praça da República, mas dois cafés da Baixa de Coimbra estão em destaque: Arcádia e A Brasileira:

Café A Brasileira (A. Arnaut, 2007, p. 114): frequentado pelo reitor do liceu e universitários residentes em casas da Mocidade Portuguesa; também por políticos progressistas. Aqui os professores Paulo Quintela e Guerra, às vezes o Orlando de Carvalho, tinham montado escola e comentavam a situação política – é o que nos reporta o narrador.

Café Arcádia (A. Arnaut, 2007, p. 116) com uma parte dos clientes afetos ao regime e outra ao futebol. O narrador relata uma intervenção, à boca pequena, de um estudante, neste café, a referir que na Final da Taça de Portugal entre a Académica e o Benfica ia haver surpresas (A. Arnaut, 2007, p. 117) o que o levou a ser interpelado pela Pide sem, contudo, ter revelado o que ia acontecer. E foi nesse jogo de Final de Taça de Portugal de Futebol no Estádio do Jamor, em Lisboa, em 1969, que terá ocorrido o maior comício da oposição alguma vez visto em Portugal até essa data. Os Estudantes de Coimbra, adeptos da equipa de futebol da sua Associação Académica, encheram as bancadas com as suas capas e batinas e exibiram cartazes reclamando um Melhor Ensino, Liberdade para Estudantes Presos, Melhor Universidade. Nessa época a maioria dos jogadores da Secção de Futebol da Académica, provenientes alguns das Colónias e de várias etnias, eram estudantes universitários, politicamente ativos e a subscreverem as exigências dos seus colegas universitários. A polícia política nada conseguiu fazer para deter esta histórica manifestação. E até os jogadores da Académica entraram em campo no Estádio do Jamor perante milhares de espetadores com a capa sobre os ombros denunciando, pela Praxe, o luto académico. Afonso, a dada altura, evoca o uso da capa e batina como símbolo de democracia e igualdade no vestir.

Depreende-se, pelo que é relatado na ambiência dos cafés, que Coimbra pratica a tolerância em especial a níveis sociais mais elevados (entre professores) e igualmente entre os estudantes. A Academia de Coimbra sempre foi pródiga em interculturalidade, a procurar a paz e a dar inabalável cumprimento ao vivermos juntos com as nossas diferenças de género, religião, etnia, cultura e no mais apurado sentido de defender os Direitos Fundamentais de cada cidadão em observância plena da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4.4. Metáforas: rio, sombra, incêndio, castanheiro, semente.

Proliferam as metáforas em RS. Já abordámos, anteriormente, o que nos diz Paulo Quintela acerca da metáfora. Retome-se a ideia de que do título do romance a detalhes da narrativa há um enorme fluxo de metáforas. A metáfora contribui na linha de Paul Ricoeur de forma nobre para o embelezamento da linguagem vulgar. (Ricoeur, 2000) afirma que a visão aristotélica remete para três conceitos principais inerentes à metáfora: o desvio, o empréstimo e a substituição. E há, pelo menos, um ponto de interseção entre dois conceitos. Para construir uma metáfora precisamos de ter um ou alguns pontos comuns. Ainda, segundo Ricoeur, a semelhança é o fundamento desta substituição. E isto envolve funções estética, expressiva e pode funcionar como catalisador da compreensão. Por conviver com a denúncia o narrador de RS parece conseguir dar um conjunto de imagens e, com alguma bondade em termos de expressão, leva a comparações muito objetivas e simples que estão ao acesso de todos. Denúncias com enorme subtileza subjugadas a uma forma verbal com elevação estética. É o caso do próprio título *Rio de Sombras* que permite – imaginamos –, de imediato um fluir de situações escuras, medonhas, às quais falta brilho, sentido luzidio. **Sombras**. Não é um eufemismo. São metáforas. Este **rio** é um fluxo de atos negativos, escuros, sombrios que o Autor revela, através do narrador: sucessivas situações negras que vão fluindo e metaforicamente apelida de *sombras* nesta história, discurso e narração “espaço da narração”⁴⁷.

O **incêndio** do Chiado metaforicamente é forte porque está aliado ao clímax quando Afonso toma a decisão de ficar a viver e a trabalhar em definitivo na Bouça como se reduzissem a cinzas as más impressões que Afonso tem da política e de um quase insucesso da Revolução que “foi-se reduzindo até restar apenas uma fresta por entre os escombros” (A. Arnaut, 2007, p. 320).

Afonso plantou com Sara, no quintal, um castanheiro que trouxe de Tomar, árvore que é um marco da sua infância. O **castanheiro** foi enxertado por um doente seu que lhe disse que “pegou a valer” (A. Arnaut, 2007, p. 374) e Afonso regozija-se porque as suas raízes nabantinas estão também na Bouça onde agora fixou morada e “por ter aprendido que todo o fruto é vontade da semente” (A. Arnaut, 2007, p. 374). Vislumbra-se, uma vez mais,

⁴⁷ Conceito admitido por Carlos Reis em entrevista a Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários, “Sobre Narratologia” (Campato Jr., 2004).

metaforicamente com este “pegou a valer”, um futuro que é desejado pela determinação de Afonso em mudar da poluída vida política na capital para ficar como médico no Centro de Saúde numa afável e sã terra recôndita do interior ao serviço do povo. A **semente**, neste romance, é uma metáfora recorrente no autor e que extravasa a obra em apreço ampliando-se a outras suas produções.

Daniel fala pelas Repúblicas (são as casas dos estudantes que ali coabitam e vivem em regime democrático) sobre a “Primavera de Paris” e refere-se, metaforicamente, ao maio francês de 68 em que floriu a esperança nos gauleses. Noutra metáfora o narrador evoca que o “feminino frágil e o masculino sequioso se encontram” (A. Arnaut, 2007, p. 79) no sentido de relatar uma intimidade mais sexuada do que amorosa no encontro entre Cláudia e Gonçalo.

5. CONCLUSÕES

“Toda a retrospectiva sentida é uma *protensão*, podendo mesmo defender-se que, em certa medida, o futuro não é uma criação *ex nihilo*, pois o passado também participa no seu parto” (Catroga, 2001, p. 30). Este ponto de vista pode servir para um primeiro nível conclusivo de RS. No prólogo, A.A. fala-nos de um tempo que foi promissor, pergunta se ainda há lugar para a ética na política e que depôs em RS “nacos de memória”: ou seja, o autor terá desejado com a *anamnese*⁴⁸ produzida, lançar desafios ao futuro e, na linha de Catroga, as memórias que encontramos em RS partejam futuros próprios de um espírito aberto e livre, à frente do seu tempo, marcadamente vanguardista – o do autor através do protagonista.

Afonso Mendonça bordeja uma trama amorosa entrelaçada de relatos de episódios do seu passado recente; e narra-os também numa perspetiva de quem escreve a história cruzando a esperança que o acompanha com algumas situações desagradáveis como a intolerância paternal, a guerra colonial, um torpedeamento pontual na política partidária, uma traição amorosa.

Pessimista em relação à vida pública portuguesa em contraste com as esperanças desenhadas antes do 25 de abril, Afonso em diálogo com Augusto, (A. Arnaut, 2007, p. 265) diz que ainda acredita ser possível mudar o que está mal: mentalidades, práticas políticas, o destino e futuro de Portugal.

Na vida real, o autor de RS, regressou a sua casa, a Coimbra, desencantado com a política da capital em 1984 já muito depois de ter criado o Serviço Nacional de Saúde e ter ocupado cadeiras no Governo e no Parlamento. Afasta-se intencionalmente dos grandes palcos políticos. Regressa a Lisboa, apenas, durante os anos em que foi Grão-Mestre do Oriente Lusitano em nada ligado à ação político-partidária.

Há pontos comuns na vida do autor e no trajeto de Afonso em RS. Já a considerámos uma obra autobiográfica, ou melhor, de autoficção, com cunho historiográfico e tendencialmente de denúncia.

⁴⁸ Ato discursivo que recupera dados do passado, segundo Carlos Ceia (2009b). AA desenvolve em analepses diversas memórias ao longo do romance.

RS é, assim, também, um *romance histórico* porque inventaria os principais factos sociais e históricos ocorridos em Coimbra, no país e no mundo, entre meados dos anos 60 e 80 do século XX. É uma história contrastante entre o período difícil de Portugal em guerra nas colónias e afastado dos areópagos internacionais, “orgulhosamente só”, ditatorial, pobre e subdesenvolvido, quase irremediavelmente convertido à aceitação do infortúnio até 1974. Segue-se um Portugal esperançoso e pacífico a nascer com os ideais da Revolução dos Cravos em que muito mudou, ávida e esperançosamente, para melhor, mas nem sempre esse objetivo foi alcançado de forma linear e fácil, antes houve percursos sinuosos, alguns inesperadamente difíceis, comentados pelo narrador. É o pulsar de um país a querer libertar-se dos espartilhos ditatoriais, a metamorfosear-se num Portugal a correr no vivenciar de novos tempos do Ensino à Saúde, aliás, em todos os setores da vida pública. E é, posteriormente, um país que começa a ter índices de corrupção inesperados e a gerar frustrações indiciando perdas de vários valores e virtudes (de ética e de moral) nascidos ou sonhados sob o signo da Revolução de Abril. Um Portugal, contudo, incapaz de grandes rasgos de progresso.

RS é igualmente, como já se escreveu, um *romance de denúncia*. A qualidade da nossa democracia é posta em causa por factos negativos que são narrados. Há entraves, complicações, incapacidades aparentes e problemas diversos que impediram de sermos hoje um país tal como foi desejado a 25 de abril de 1974 e a apresentar resultados económicos, sociais e financeiros que nos coloquem positivamente em lugares de destaque e não numa posição tão periclitante como aquela em que Portugal se encontra.

Se pretendermos enquadrar esta obra, este romance RS, na vertente de *romance autobiográfico* ou *autoficção* observe-se, por comparação, a biografia do autor com o enredo. Em RS perpassam épocas da vida de A.A. e podemos colar em muitos aspetos a vida do autor ao protagonista Afonso pelo que podemos estar perante um romance tendencialmente autobiográfico sob o disfarce da ficção ou um romance de autoficção. Há uma tensão quase permanente entre a veracidade e a ficcionalidade o que lhe confere, como fizemos ampla referênciã atrás, um lugar de destaque no panorama da autoficção.

A.A. em entrevistas e em vários escritos seus, também defendeu, ideologicamente, o que considerou virtudes do socialismo democrático pelo que não parece descabido conceber uma projeção da sua vida e forma de estar nas páginas de RS.

Para além do cidadão impoluto e nessa linha assim desenhado pelos amigos e por muitas pessoas com quem privou que o consideram uma personalidade fascinante, A.A. tinha uma sensibilidade finíssima para com a Humanidade e para com os seus Amigos. Numa entrevista que gravou na RTP/RDP/Antena 1 (Arquivo Sonoro da RDP/Centro) para evocar o social democrata Emídio Guerreiro, entretanto falecido, após fazer o depoimento, A.A. não conseguiu conter abundantes lágrimas de saudade e homenagem.

Em prospetiva, o protagonista de RS regozija-se com a criação do SNS de que A.A. foi “pai”, serviço que está defendido neste romance nalguns casos de forma objetiva e noutros num distanciamento metafórico e que nos permite compreender a sua posição. Mostra, claramente, que pretende uma eficaz cobertura médico-sanitária do país e a melhoria do SNS. Não se colocam, porém, em RS, questões de financiamento do SNS, mas não lhe foram indiferentes esses aspetos, os da Economia Social em públicas intervenções.

Apela para que Portugal deixe de ser apenas Lisboa e Porto, densamente povoadas, perante um Interior sem condições e sem gente. Em Portugal foi criado pelo governo central um programa intitulado *Emprego Interior Mais* que apoia financeiramente quem se quiser fixar no interior do país. A.A. não assistiu nem ao lançamento nem à execução deste programa o qual confirma e justifica as reivindicações feitas em RS em favor do interior despovoado – e já passaram vários anos sobre a edição deste romance. Longe parece estar também a efetiva regionalização. Era benquista para A.A.; foi desejada por Afonso de Mendonça o protagonista de RS.

Uma outra âncora da obra é a defesa de valores e virtudes, da ética republicana e da importância da Maçonaria como escola de cidadãos esclarecidos e que contribuem para o aperfeiçoamento da sociedade e para o bem comum, procurando evidenciar que esta Ordem tem um desempenho importante para a consolidação da referida ética republicana.

E se A.A. é autor deste livro para que se oiça uma voz que se calou – afinal a voz é a de António Arnaut -, terá encontrado com esta narrativa a melhor forma de se explicar desmultiplicando-se em várias facetas. Aglutina factos, sentimentos, pontos de vista e argumentos.

É A.A. quem revela em articulado (Arnaut, 2014) no *Jornal de Letras, Arte e Culturas*: “Não escrevi as minhas Memórias como queria Torga, mas segui o seu conselho de contar, sob a

forma de ficção, a minha experiência político-partidária”. Assim nasceu *Rio de Sombras* (2007) que abarca o período de 1968/1988 (...).

“A posteridade precisa de conhecer o seu testemunho” – é um ponto de vista expresso pelo “narrador contratado”, Luiz Moutinho de Sá e Couto (A. Arnaut, 2007, p. 32) quando diz ao protagonista Afonso ser necessário concluir o romance. Neste jogo quase lúdico de narrador e narrador contratado é salientada a necessidade de ser contado e fixado em romance o que o protagonista viveu para, no futuro, haver disso conhecimento e o seu testemunho ser útil para os vindouros.

Ao lermos RS podemos concluir que a corrupção implica menos democracia. E a “luta” subjacente nas páginas de RS é igualmente o combate do protagonista Afonso contra a corrupção exigindo, igualmente, a existência de uma melhor democracia.

A.A. terá desejado alertar para a necessidade de combater a corrupção, ensinamento a ser ministrado logo nos bancos da escola básica, aprendendo-se a identificar os valores essenciais para a condição humana. O que são as normas morais, valores éticos, virtudes e criar uma cultura para a integridade. E a citada “ética republicana”.

Alguns casos altamente mediatizados nos últimos anos têm mostrado que a corrupção ainda não deixou de existir em Portugal. Vários casos foram também relatados ao longo das últimas décadas ao nível do Poder Local. No âmbito nacional e com repercussões internacionais há, por exemplo, o caso da Operação Marquês envolvendo protagonistas proeminentes da vida política e económica portuguesa e o que de negativo aconteceu com alguns bancos. Vários casos que dão razão aos alertas de A.A. neste seu romance⁴⁹.

Em Portugal, recentemente, o Governo aprovou uma Estratégia de Combate à Corrupção. A nível do Poder Local, a Associação Nacional de Municípios com sede em Coimbra em comunicado de 5 de fevereiro 2022 (Expresso, 2022), garantiu que vai aplicar “todos os mecanismos anticorrupção” e reflete que os serviços públicos estão sujeitos a riscos de gestão e que cada município deve ter o seu próprio Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Continuará a ser importante que os escritores, como fez A.A., tomem

⁴⁹ A 26 de março de 2022 uma notícia do Diário de Coimbra, *Economia portuguesa em queda no Governo de António Costa* (Diário de Coimbra, 2022, p. 24) revela que o PIB português passou da 15ª posição em 2002 para a 21ª em 2021 e que houve sete países europeus cujas economias ultrapassaram Portugal em termos de PIB.

a palavra contra males que corroem a sociedade portuguesa. A criação da referida Estratégia aprovada pelo Governo e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção da Associação Nacional de Municípios permite reforçar a conclusão de que a razão assistia ao autor de RS quando fez várias críticas e alertas ao nepotismo, ao amiguismo e à corrupção em Portugal. A vida e obra prestigiadas de A.A. concedem-lhe estatuto elevado para ser, como foi, um crítico impetuoso, ativo e combativo na sua vida pessoal e pública, tal como o foi como autor deste romance, talvez seu *alter-ego*, o qual diz respeito a valores essenciais da condição humana que terão de ser sempre defendidos.

(...) a retrospectiva não se pode esgotar na curiosidade “antiquária” ou ser ato frio, análogo ao do anatomista a dissecar um cadáver anónimo. A *indiferença* do historiador em relação ao seu objeto será tanto menor quanto mais os problemas levantados disserem respeito aos valores essenciais da condição humana. (Catroga, 2001, pp. 48-49)

A.A. escreveu contra a indiferença e o silêncio não ignorando nem se alheando dos graves problemas de Portugal.

Os tempos atuais são difíceis e somos encorajados pela leitura do romance RS a tornar positivos os nossos comportamentos.

Na tomada de posse como presidente da Transparência e Integridade, Susana Coroado refere:

Portugal enfrenta desafios enormes no combate à corrupção, tornados mais agudos e urgentes com a crise pandémica e com o programa de recuperação económica que se prepara. Os tempos que atravessamos exigem uma intervenção cívica atenta e empenhada e a Transparência e Integridade continuará a desempenhar esse papel. A corrupção política e os mecanismos de corrupção transnacional, que incluem *offshores* e esquemas como os *Vistos Gold*, estarão no centro das prioridades do nosso trabalho no futuro próximo. (Transparência Internacional Portugal, 2020)

RS alerta também para o facto de que “a alma lusa é, por natureza, magoada e triste (...) sempre que lhe prometeram uma nova aurora deram-lhe mais do mesmo inverno e frustraram-lhe as expetativas” (A. Arnaut, 2007, p. 251).

A.A. não ignorou o seu e nosso mundo e, pelo contrário, produziu uma prática literária empenhada que é, quanto a nós, um forte exemplo, este romance em apreço.

E A.A., após escrever este romance, *RIO DE SOMBRAS*, explica-se:

(...) Aqui fica, pois, escrito com a tinta exata da sinceridade, um esboço autobiográfico, ou melhor, a parábola da minha vida: uma caminhada em linha reta, com alguns incidentes de percurso, que nunca perdeu o rumo dos grandes valores ético-humanistas, e que pôde alcançar alguns cumes de onde se avista o céu mais azul (...). (Arnaut, 2014)

Ou ainda, e como escreveu Manuel Alegre, no *Jornal de Letras* de 10 a 23 outubro de 2018: “A História acelerou outra vez, mas em sentido contrário. O esquecimento está outra vez a vencer a memória. É num tempo assim que os poetas, escritores e filósofos são mais precisos” (Alegre, 2018).

Para construir, de uma vez por todas, um futuro melhor. Para evitar a desmemória – concluímos.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Ativa

Arnaut, A. (2007). *Rio de Sombras*. Coimbra Editora.

Bibliografia Passiva

- Accornero, G. (2007). *Recensão ao livro Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. *Análise Social*, 42 (184), 919-923. <https://scielo.pt/pdf/aso/n184/n184a11.pdf>
- Alegre, M. (2015). *Praça da Canção*. Dom Quixote.
- Araújo, K. M. (2016). *Autobiografia e Autoficção: Um Panorama Teórico-Estético-Literário*. *Revista Philolugus, Supl.: Anais do VIII SINEFIL*, (64), 357-368.
- Arnaut, A. (1954). *Versos da Mocidade*. Coimbra Editora.
- Arnaut, A. (1996). *Introdução à Maçonaria*. Minerva.
- Arnaut, A. (2004). *Recolha Poética, 1954-2004*. Coimbra Editora.
- Arnaut, A. (2014, julho 23 – agosto 5). *A parábola de uma vida*. *Jornal de Letras*, 28. <https://sns-arnaut.pt/arnaut/a-parabola-de-uma-vida/>
- Arnaut, A. P. (2007, novembro 15). *Apresentação do livro Rio de Sombras*. Casa da Cultura, Coimbra.
- Arnaut, A., & Semedo, J. (2017). *Salvar o SNS Uma nova lei de bases da saúde para defender a Democracia*. Porto Editora.
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses [ANMP] (2004). *Relatório e Projecto de Resoluções referentes ao tema “Organização do Estado e do Poder Local”*. <https://www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel01.pdf>
- Barreto, A. (Org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Baute, H. J. S. (2014, fevereiro 19). *Ética, Moral e Deontologia*. Webartigos. <https://www.webartigos.com/artigos/etica-moral-e-deontologia/118770>
- Bebiano, R. (2003). A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 151-163. <https://doi.org/10.4000/rccs.1152>
- Booth, W. (1983). *The Retic of Fiction*. University of Chicago Press.
- Braz, M. P. (2010). *O Dia do Estudante – A crise que abalou o regime de Salazar*. Livraria Petrony.
- Cabral, A. (2010). *Anos 60. A Era em que o mundo mudou anos 1960-1969*. PlanetaDeAgostini.
- Callinicos, A. (1990). *Against postmodernism: a Marxist critique*. St. Martin's Press.
- Campato Jr., J. A. (2004). Sobre Narratologia: Entrevista com Carlos Reis. *Revista Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*, 4, 3-8. http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol4/vol4_sn.pdf
- Cardina, M. (2008) *A Tradição da Contestação*. Angelus Novus.
- Catoga, F. (2001). *Memória, História e Historiografia*. Quarteto.

- Ceia, C. (2009a, dezembro 29). *Pós-modernismo*. E-Dicionário de Termos Literários. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/prefix:p%C3%B3s>
- Ceia, C. (2009b, dezembro 29). *Anamnesis*. E-Dicionário Termos Literários. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/prefix:an/page/4>
- Centro de Documentação 25 de Abril (s.d.). *Jorge Sampaio*. <http://cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1870>
- Colonna, V. (1989) *L'autofiction (essai sur la fictionalisation de soi en Littérature)* [Tese de Doutoramento]. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Marselha, França.
- Cravo, J. (2009). *A Canção de Coimbra em tempo de Lutas Estudantis (1961-1969)*. Minerva.
- Cruzeiro, C. (1989), *Coimbra, 1969: a crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*. Edições Afrontamento.
- Cruzeiro, M. M., & Bebianno, R. (2007). *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Edições Afrontamento.
- Ferreira, C. (2013) *Os Media na Guerra Colonial. A Manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Minerva.
- Fonseca, A. M. (2012). O Apoio da Social-Democracia Alemã à Democratização Portuguesa (1974-1975). *Ler História*, 63, 93-107. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.377>
- Forte, I. (2000). *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*. Minerva.
- Garcia, I. (2017). *António Arnaut, Fotobiografia*. Minerva.
- Genette, G. (1979) *Discurso da Narrativa* (F. C. Martins, trad.). Porto Editora.
- Godinho, L., & Delgado, A. L. (2017). *António Arnaut, Biografia*. Edição Ana Luísa Delgado.
- Infopédia (s.d. - a). *Pós-modernismo*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$pos-modernismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$pos-modernismo)
- Infopédia (s.d. - b). *Autoficção*. Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/autoficção>.
- Infopédia (s.d. - c). *Estalinismo*. Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/estalinismo>
- Infopédia (s.d. - d). *Bonifácio (gato)*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/\\$bonifacio-\(gato\)](https://www.infopedia.pt/$bonifacio-(gato))
- Kayser, W. (1976). *Análise e Interpretação da Obra Literária* (P. Quintela, trad.). Editora Arménio Amado.
- Lauret, P. (Coord.) (2014). *Os Anos de Abril*. Grupo Cofina/Verso da História.
- Le Goff, J. (1984). *Documento/memória*. In *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 1). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lejeune, P. (2008) *O Pacto Autobiográfico. De Rousseau à Internet*. Editora UMFG.
- Marinho, M. de F. (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Campo das Letras.
- Martins, C. M. J. (2013). *COIMBRA 1969-1970/80: Luto Académico, Tradição Coimbrã e Mudança Política* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Mattia, R. B. (2021). A Expressão Literária de um sentido ético da existência no último romance de José Saramago. *Metamorfoses*, 17(2), 121-130. <https://revistas.ufjf.br/index.php/metamorfoses/article/view/47290/25469#>
- Mónica, M. F. (1996). A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995. In A. Barreto, (Org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995* (pp. 215-231). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Moreira, V. (2019, março 26). Praça da República (15): Ética Republicana. *Blogue Causa Nossa*. <https://causa-nossa.blogspot.com/2019/03/praca-da-republica-15-etica-republicana.html>
- Mucci, L. I. (2009, dezembro 27). *Semiótica*. E-Dicionário de Termos Literários. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/prefix:sem/page/2>
- Nabais, J. M. (2007). A Arte do retrato n´As Meninas de Velasquez. *Revista da Faculdade de Letras Ciência e Técnicas do Património*, V-VI, 377-378.
- Nosela, P. (2008). Ética e Pesquisa. *Educação & Sociedade*, 29(102), 255-273. <https://www.scielo.br/j/es/a/9HTpY96qdgMhfhYsWsnBQh/?format=pdf&lang=pt>
- Nunes, R. (2007). *Miguel Torga e a Pide -A Repressão e os Escritores no Estado Novo*. Minerva.
- Rebello, L. F. (1968). *História do Teatro Português*. Europa-América.
- Reis, C. (1976). *Técnicas de Análise Textual*. Almedina.
- Reis, C. (2008). *O Conhecimento da Literatura – introdução aos estudos literários*. Edições Almedina.
- Reis, C. (2019). A exagerada notícia de uma morte anunciada: da Teoria da Literatura aos estudos narrativos. In O. M. Silvestre, & R. Patrício (Coords.), *Atas da Conferência do Cinquentenário da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva* (pp. 31-48). UMinho Editora. <https://1library.org/document/yr8kg0pz-conferencias-do-cinquentenario-teoria-literatura-vitor-aguiar-silva.html>
- Reis, C., & Lopes, A. C. M. (2007). *Dicionário de Narratologia*. Almedina.
- Ricouer, P. (1985). *Temps et Récit III, Le temps raconté*. Éditions du Seuil.
- Rodrigues, M. R. (2010a). A situação do teatro português na década de 1960. In M. R. Rodrigues, *Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar!, de Sttau Monteiro* (pp. 17-41). Editora UNESP. <https://books.scielo.org/id/dmxrg/pdf/rodrigues-9788579831140-02.pdf>
- Rodrigues, M. R. (2010b). *Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar! de Sttau Monteiro*. Editora UNESP.
- Santos, B. S. (2002). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Edições Afrontamento.
- Saramago, J. (1996). *Os Escritores Perante o Racismo*. www.josesaramago.org/conferencia/os-escritores-perante-o-racismo
- Segre, C. (1999). *Introdução à Análise do Texto Literário* (I. T. Santos, trad.). Estampa.
- Silva, V. M. de A. (2009). *Teoria da Literatura*. Livraria Almedina.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Atualidade*. Editorial Presença.
- Transparência Internacional Portugal (2020). *Susana Coroado é a nova presidente da Transparência e Integridade*. <https://transparencia.pt/susana-coroado-nova-presidente/>
- Transparência Internacional Portugal (2021). *Índice de Perceção da Corrupção de 2021*. <https://transparencia.pt/corruption-perception-index/#:~:text=Portugal%20%C3%A9%20um%20dos%2026%20pa%C3%ADses%20da%20Europa,corrupto%29%20a%20100%20%28pa%C3%ADs%20visto%20como%20muito%20transparente%29>.

Jornais/Rádio/TV

- Alegre, M. (2018, outubro 10-23). António Arnaut. *Jornal de Letras*.
- Andringa, D., & Caldeira, A. (Produtores) (1978). *Programas Sol a Sol* [Documentários]. RTP Play (Retransmissão RTP Memória).
- Caballé, A. (2017, janeiro 10). *Cansados do eu? A Autoficção mostra sinais de fadiga*. El País. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/cultura/1483708694_145058.html
- Campeão das Províncias (2020, maio 21). *Martins Nunes elogia SNS no combate à pandemia e recorda António Arnaut*. <https://www.campeaoprovincias.pt/noticia/martins-nunes-elogia-sns-no-combate-a-pandemia-e-recorda-antonio-arnaut>
- Contat, M. (2011). *Serge Doubrovsky no tempo final da Autoficção*. Le Monde. https://www.lemonde.fr/livres/article/2011/02/03/serge-doubrovsky-au-stade-ultime-de-l-autofiction_1474358_3260.html
- Diário de Coimbra (2022, março 26). *Economia portuguesa em queda no Governo de António Costa*. <https://www.diariocoimbra.pt/noticia/80898>
- Diário de Notícias (2008, abril 28). *Alegre emocionado no regresso à Voz da Liberdade na Argélia*. <https://www.dn.pt/arquivo/2008/alegre-emocionado-no-regresso-a-voz-da-liberdade-na-argelia-998567.html>
- Diez, B. (2019, novembro 19). *5 enigmas d 'As Meninas', de Velázquez, o mais icónico quadro do Museu do Prado*. BBC News, edição Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50472322>
- Expresso (2022, fevereiro 5). *Associação de Municípios garante que vai aplicar “todos os mecanismos anticorrupção”*. <https://expresso.pt/economia/2022-02-05-associacao-de-municipios-garante-que-vai-aplicar-todos-os-mecanismos-anticorrupcao>
- Ferreira, F. C. (2021, março 29). *Primeira Pessoa. Maria José Morgado | Ep. 1129 Mar. 2021 | temporada 1*. RTP. <https://www.rtp.pt/play/p7801/e534052/primeira-pessoa>
- Henriques, J. P. (2021, outubro 7). *Portas giratórias. “A Entidade da Transparência não passa de areia para os olhos”*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/sociedade/portas-giratorias-a-entidade-da-transparencia-nao-passa-de-areia-para-os-olhos-14194585.html>
- Jornal de Negócios (2020, junho 10). *Lusa, Nove em cada dez portugueses dizem que a corrupção está disseminada no país*. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/nove-em-cada-dez-portugueses-dizem-que-corrupcao-esta-disseminada-no-pais>
- Jornal de Notícias (2022, março 2). *Covid-19. Marcelo condecorou SNS com Ordem Honorífica pelo “heroísmo” no combate à pandemia*. JN/Agência Lusa <https://www.jn.pt/nacional/marcelo-condecorou-sns-com-ordem-honorifica-pelo-heroismo-no-combate-a-pandemia--14642545.html>
- Jornal Público (2022, março 11). *Covid-19: Número de mortes no mundo será três vezes superior ao registado e o dobro em Portugal*. <https://www.publico.pt/2022/03/11/ciencia/noticia/covid19-numero-mortes-mundo-sera-tres-vezes-superior-registado-dobro-portugal-1998391>
- Pina, P. F. (2020, novembro 15). *O que é verdade e o que é ficção em “The Crown”? A série da Netflix está de volta*. NiT. <https://www.nit.pt/cultura/o-que-e-verdade-e-o-que-e-ficcao-em-the-crown-a-serie-da-netflix-esta-de-volta>
- Tavares, I. (2021a, fevereiro 2). *André Correia Almeida: sobre corrupção: Enquanto São Bento continuar a ser uma réplica das cortes, a realidade não mudará*. SAPO.

- <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/andre-correa-dalmeida-sobre-corrupcao-enquanto-sao-bento-continuar-a-ser-uma-replica-das-cortes-a-realidade-nao-mudara>
- Tavares, I. (2021b, março 21). *Boaventura de Sousa Santos: “A Pandemia foi o primeiro grande ensaio a nível global de como se pode controlar populações”*. SAPO. <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/boaventura-de-sousa-santos-a-pandemia-foi-o-primeiro-grande-ensaio-a-nivel-global-de-como-se-pode-controlar-populacoes>
- Ribeiro, C. A. (2022, abril 26). *Agricultura perdeu quase um milhão de trabalhadores em três décadas*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/dinheiro/agricultura-perdeu-quase-um-milhao-de-trabalhadores-em-tres-decadas-14799670.html>
- RTP Notícias (2016, setembro 30). *Governo quer dar incentivos aos médicos que queiram exercer no interior – ministro*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/governo-quer-dar-incentivos-aos-medicos-que-queiram-exercer-no-interior-ministro_n950832
- Veinstein, A. (2011, abril 27). *Serge Doubrovsky* [podcast de áudio]. *Radio France/ France Culture*. www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/du-jour-au-lendemain/serge-doubrovsky

ANEXOS

Anexo I - Entrevista de Isabel Tavares a André Corrêa D’Almeida

ANDRÉ CORRÊA D'ALMEIDA SOBRE CORRUPÇÃO: "ENQUANTO SÃO BENTO CONTINUAR A SER UMA RÉPLICA DAS CORTES, A REALIDADE NÃO MUDARÁ"



Entrevista de Isabel Tavares

2 fev 2021

A corrupção em Portugal equivale a 10% do PIB. André Corrêa d'Almeida, professor da Columbia University, quer combater o fenómeno e aponta um caminho, a começar pela criação de uma nova entidade de fiscalização independente que reporte diretamente ao presidente da República.



Paulo Rascão | MadreMedia

É português, professor na Universidade de Columbia, e iniciou em outubro do ano passado um protesto pacífico em Nova Iorque, onde vive: #freemycountryfromcorruption [#libertemomeupaísdacorrupção]. André Corrêa d'Almeida quer sensibilizar e promover soluções para o problema da corrupção em Portugal.

Está nos Estados Unidos desde 2005, os primeiros dois anos em Denver, os últimos 13 em Nova Iorque, para onde foi fazer um doutoramento num misto de Ciência Política e Administração Pública, que concluiu há dez anos. A tese é sobre questões de desenvolvimento, especificamente a inovação no setor público: cidades, parlamentos, estruturas públicas urbanas.

Viveu em Moçambique os dois primeiros anos de vida, entre 1970 e 1972, enquanto o pai serviu o exército português como médico na frente moçambicana da Guerra do Ultramar.

Em 2018 publicou "Smarter New York City: How City Agencies Innovate", um livro sobre inovação nas cidades, concretamente sobre a administração das câmaras municipais e vereações, tendo como exemplo o caso de Nova Iorque. Um ano depois, para fechar o ciclo, passou do nível local para o nacional e coordenou o livro "Reforma do Sistema Parlamentar em Portugal".

A experiência multicultural e multi-institucional comparada tem sido fonte de discernimento sobre o que significa ser português e também uma fonte de inspiração para ideias sobre Portugal e o seu futuro.

"Há uma afetividade própria relacionada com Portugal, mas a um nível mais racional o que me interessa é estudar as questões da inovação a partir de um espaço onde poucos acreditam que haja inovação, que é o setor público", explica:

Inovação e corrupção parecem assuntos distintos, mas inovação pode ser uma ferramenta no combate à corrupção. É nisto que acredita André Corrêa d'Almeida e foi por aí que começámos a conversa, num dia soalheiro e com as praias da linha do Estoril como cenário de fundo.

"PENSO QUE A OPINIÃO PÚBLICA ESTÁ MUITO ENVIESADA, E UM DOS DESAFIOS À INOVAÇÃO MUNICIPAL É O DA IMAGEM E DO PRESTÍGIO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS".

Há espaço para a inovação no setor público ou estamos condenados a fazer assim porque sempre foi assim?

Absolutamente. Calcula-se que em 2050 cerca de 80% das pessoas viverão em cidades. As cidades têm de certeza, por isso, algo que nos faz vir para elas, e isso está muito relacionado com a capacidade de as autoridades locais tornarem as cidades espaços mais ou menos habitáveis. Não é certamente por causa do setor privado que temos as praias limpas; nasci em 1970 e, nessa década e metade dos anos 1980, todas as praias da linha do Estoril eram um esgoto. Foi devido ao dinheiro que veio da União Europeia - e esse dinheiro é também um elemento público -, mas também às opções tomadas pelas câmaras de Cascais, de Oeiras e de Lisboa que se recuperaram as praias. Penso que a opinião pública está muito enviesada, e um dos desafios à inovação municipal é o da imagem e do prestígio das instituições públicas.

Por que motivo diz que a perceção que existe é enviesada?

O que se passa no setor público não é muito diferente do que se passa no setor privado. No entanto, as histórias de inovação que se ouve contar são de bancos, de *startups*, de empresas como a Samsung ou a Apple. Não digo que o setor público é perfeito, o que digo é que há um grande enviesamento das perceções a desfavor do funcionamento dos organismos públicos, precisamente porque a persistente falta de integridade e transparência em alguns casos mais sonantes, e muitos deles a nível nacional, encobre e mina a prestação mais íntegra e inovadora de muitas autarquias. No entanto, veja a quem se recorre, por exemplo, para a saúde. A luta americana para ter um serviço de saúde público - eles chamam-lhe universal, mas é público - é imensa. O gosto e o orgulho que os portugueses têm, apesar de todos os defeitos, no seu Serviço Nacional de Saúde, prova isso. Michael Moore, realizador do documentário "Fahrenheit 9/11", de 2004, realizou e dirigiu um novo documentário em 2015, "Where to Invade Next" [O Invasor Americano], uma recomendação ao governo americano, numa sátira à tradição que os EUA têm de invadir países por tudo e por nada, sobre países a invadir. E um dos países que devia ser invadido é Portugal. Michael Moore diz que os americanos deviam invadir Portugal por causa da experiência positiva na despenalização do consumo de drogas; somos um *case study*, enquanto a experiência americana é a oposta - e Obama contribuiu muito para a massiva penalização do consumo de drogas.

"AS SMART CITIES APONTAM PARA UMA FICÇÃO CIENTÍFICA, APENAS POSSÍVEL SE AS CIDADES TIVEREM RIOS DE DINHEIRO PARA INVESTIR"

Entre público e privado existem diferenças, desde logo o "acionista", a origem do capital e a prestação de contas.

O público tem questões específicas, isso é inegável. A minha investigação não vai no sentido de negar esses problemas, vai no sentido de trazer à superfície as dinâmicas específicas de inovação que já existem - em termos de transporte público, do papel dos serviços de saúde, dos serviços de proximidade...

O que descobriu com a sua investigação?

A minha investigação procura criar diálogo. No caso de Nova Iorque, o regime local que mais estudei, o livro aponta para o potencial de parcerias público-privadas, que podem ser desenhadas a partir do que já existe, e mostra como se podem criar agendas de inovação em cidades tão falidas. O livro é uma crítica à lógica das *smart cities*, porque apontam para um futuro, uma ficção científica, apenas possível de alcançar se as cidades tiverem rios de dinheiro para investir em tecnologia e em sistemas de dados. O discurso das cidades inteligentes ajuda muito vinte ou trinta cidades em todo o mundo - e deixa as indústrias todas contentes porque tem ali belíssimos clientes - mas, numa perspetiva de desenvolvimento global, é uma coisa que não interessa. Tive essa experiência: *mayors* de pequenas e médias cidades que não querem participar neste tipo de conversa porque não têm um ou dois milhões de dólares ou sequer 15 mil euros para embarcar nisto. O livro acaba por ser uma identificação, até muito na lógica de Michael Porter, do talento que já existe. Há uma quantidade imensa de talento nas nossas vereações e municípios que não é utilizada, redes informais que podem ser potenciadas.

Como se passa da inovação no setor público para o combate à corrupção?

Uma primeira resposta é que nos cinco anos anteriores à Columbia University foquei-me nas questões de desenvolvimento em Moçambique, a partir do papel da diáspora moçambicana na melhoria das instituições africanas. Estávamos ainda no período dos oito objetivos do milénio, muito focados em matérias relacionadas com a pobreza extrema. Foi essa a razão que me levou a fixar-me no hemisfério sul, principalmente em África. Depois há um hiato de tempo de adaptação à universidade - fui convidado para criar um mestrado na área do desenvolvimento e tive muito pouco tempo para a investigação. Estávamos no primeiro ano da troika quando eu, já mais organizado profissionalmente, pude voltar a dedicar-me à investigação. E, como cidadão, como apaixonado por Portugal, comecei a pensar num Portugal pós-troika: falei com pessoas que estiveram ligadas à primeira intervenção do FMI [Fundo Monetário Internacional], em 1977, e fui formulando esta ideia de que uma área

específica de intervenção para melhorar as condições socioeconómicas e políticas em Portugal é a Assembleia da República, o órgão de excelência de gestão do país.

Que deu origem ao livro "Reforma do Sistema Parlamentar em Portugal".

Repare que a ideia da inovação está sempre lá: em Moçambique era a questão da inovação das instituições, que pudesse favorecer o desenvolvimento de um país em situação de pobreza extrema, depois a inovação no Parlamento, de forma a melhorar as condições económicas, sociais e políticas em Portugal. Pela investigação casei dois amores, o que descreve um pouco o meu trajeto de vida; apaixono-me pelas coisas e mergulho profundamente nelas, por isso utilizo muito a investigação aplicada e não apenas a investigação.

Gostava que contasse um pouco o processo de investigação...

Criei um grupo, formado por 13 deputados, representantes dos então sete partidos com assento parlamentar, que, ao longo de três anos, trabalhou de uma forma muito *low profile*. Era um espaço de diálogo, reuníamos de quatro em quatro meses, que acompanhava os trabalhos dos investigadores. Correu de tal maneira bem que foi fácil ter os deputados dos partidos a escreverem o prefácio do livro, com exceção d'Os Verdes.

Quer trazer o debate para a sociedade civil. Acredita que por ter tido a colaboração de deputados, da Assembleia da República, o livro terá um efeito prático?

Depende do uso que lhe for dado na academia e no Parlamento. Por coincidência ou não, tenho ouvido falar no código de ética dos deputados, na questão do regime de exclusividade, na Comissão Eventual para a Transparência [Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas]... Não sei se há uma relação causa-efeito, mas quero acreditar que o livro ajudou pelo menos um bocadinho. Porque a investigação, embora independente e autónoma, foi feita em conjunto com as lideranças parlamentares, através de deputados com peso em cada bancada - André Silva, do PAN, António Filipe, do PCP, também muito ativo, Ricardo Baptista Leite, do PSD, na altura júnior e agora mais importante no partido, Sandra Cunha, do BE, muito próximo da liderança, Porfírio Silva, do PS, juntamente com Carlos Zorrinho. Além disso, houve muitas conversas com a Presidência da Assembleia da República, várias reuniões com o Jorge Lacão.

"NÃO É PRECISO MUITA CIÊNCIA PARA SE ACHAR INCONCEBÍVEL QUE UM DEPUTADO QUE ESTÁ NA COMISSÃO PARLAMENTAR QUE TRATA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDP SEJA AO MESMO TEMPO QUADRO SUPERIOR DO BANCO QUE FAZ A ASSESSORIA AOS CHINESES QUE ESTÃO A COMPRAR A EMPRESA"

O que virá a seguir?

Há projetos que estão a ser desenvolvidos. Por exemplo, criei uma equipa que integra engenheiros informáticos da Universidade de Braga, da Universidade do Porto, da Universidade Católica, do Instituto Superior Técnico e da Universidade de São Paulo, e estamos a produzir uma ferramenta com base em inteligência artificial para estudar os conteúdos produzidos na Assembleia da República. São conteúdos públicos, disponíveis online no site do parlamento, mas que não são utilizados por quase ninguém. Começámos este projeto há quatro meses e a ideia é, resumidamente, carregar os algoritmos que estamos a desenvolver com uma quantidade imensa de dados em torno de iniciativas legislativas, atas dos votos eleitorais, atas das comissões parlamentares e das resoluções plenárias e, depois, criar um conjunto de métricas que permitam dar vida ao discurso político ou ao comportamento histórico dos políticos. Isto é: o que é que o deputado x, y, z - não vamos começar com os 230, estamos a testar com um número mais reduzido - defendia há cinco anos? Quem são os campeões anticorrupção? Como é que o discurso se descaracterizou em relação a cada pessoa? Esta ferramenta vai permitir analisar certos temas e a coerência e evolução dos partidos e dos políticos em determinadas matérias. Esperemos que sirva de incentivo e crie uma concorrência positiva, porque o discurso político atual é negativo, quem disser mais mal ganha porque faz o outro sofrer mais. Ao mesmo tempo isto permitirá conhecer melhor dos nossos representantes.

"HÁ COISAS QUE NÃO SÃO ILEGAIS APENAS PORQUE NÃO ESTÃO REGULAMENTADAS E MUITOS CASOS TÊM IMPLICAÇÕES DIRETAS NO ERÁRIO PÚBLICO"

Uma das críticas que faz é que, em matéria de boas práticas, já quase tudo foi escrito.

Claro, porque não é preciso muita ciência para se achar inconcebível que um deputado que está na comissão parlamentar que trata da privatização da EDP seja ao mesmo tempo quadro superior do banco que faz a assessoria aos chineses que estão a comprar a empresa. Ou que um conselheiro do Banco de Portugal seja, imagine-se, gestor de um fundo de investimento.

E, no entanto, esses casos aconteceram e continuam a acontecer.

Banalizou-se, claro. Se o PS faz, diz que o PSD também fez. Quando o PSD fizer, diz que o PS fez antes. E andamos assim, felizes e contentes. Há duas questões em particular que me interessam: a das portas giratórias e a dos conflitos de interesses. Mesmo que se diga que a questão da corrupção existe em todo o lado, mesmo que se diga que, apesar de tudo, nos últimos cinco anos os tribunais e os procuradores têm sido mais ativos, há coisas que não

são ilegais apenas porque não estão regulamentadas e muitos casos têm implicações diretas no erário público.

Habitualmente acontece o contrário, legaliza-se comportamentos duvidosos. Foi assim com o caso "Family Gate" ou com a escolha de Mário Centeno para o Banco de Portugal.

A questão é essa. Qual é o incentivo que existe para fazer diferente? Por isso tenho muitas dúvidas, para não dizer que tenho a certeza, que esta mudança alguma vez venha do Parlamento ou do governo. Qual o incentivo que têm para se autorregular?

De onde pode, então, vir a mudança?

Gorbachov auto-regulou-se; representava uma máquina e disse que queria que aquilo que representava deixasse de representar o que quer que fosse. Nelson Mandela também se autorregulou: disse não continuaria a alimentar o regime e a primeira coisa que fez foi pedir ao *staff* branco que ficasse no governo. A mudança tem de vir da Presidência da República, dos tribunais e da sociedade civil, caso contrário é difícil que venha.

O presidente da República tem tido esse papel?

Não penso que seja um problema deste presidente da República, creio que é uma tradição das presidências, que se foram demitindo do sistema semi-presidencialista consubstanciado na Constituição. Acredito que o único verdadeiro presidente que tivemos no que se refere ao que a Constituição prevê que seja um presidente da República foi o general Ramalho Eanes.

"PORTUGAL ADOPTOU APENAS UMA DE 15 MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO PROPOSTAS PELA COMISSÃO EUROPEIA"

Que ferramentas tem a sociedade civil, além das eleições?

Tem de ser mais do que as eleições. Temos o ativismo, mas a última grande mobilização foi na altura da troika, em 2011, porque nos foram diretamente ao bolso.



Iniciou em outubro uma série de ações de rua em Nova Iorque: hashtag libertem o meu país da corrupção. Porquê em Nova Iorque e qual o objetivo?

O objetivo principal é sensibilizar e promover soluções, que já são conhecidas, para o problema insidioso da corrupção em Portugal. Em Nova Iorque porque é lá que eu vivo. Protesto contra duas coisas: o imobilismo do legislador, que se recusa a legislar sobre as coisas mais básicas já recomendadas por autores internacionais e nacionais. Portugal adotou apenas uma de 15 medidas contra a corrupção propostas pela Comissão Europeia. Não surpreendentemente descemos do 23.º para o 30.º lugar em termos de perceção da corrupção. Este é o meu contributo para que o legislador mude de atitude, mas também a obrigação que sinto de não me ficar pelos papéis, pelos livros e pelos bitaites nos *social media* e entre amigos e família. Acima de tudo, é uma coisa que devo a mim mesmo, é uma questão de coerência. Mas sou uma voz entre outras - Medina Carreira, Paulo Morais, José Gomes Ferreira, Luís de Sousa, Susana Coroadó, Nuno Garoupa. Se o facto de ser emigrante e a simbologia de estar em Nova Iorque ajudar, melhor ainda.

"QUANDO A CORRUPÇÃO COMEÇAR A SER O ASSUNTO, QUANDO TODOS PRESSIONARMOS PARA QUE SEJA UM ASSUNTO, A COISA VAI LÁ"

Falou em dois motivos, qual é o segundo?

É lutar contra um certo imobilismo das pessoas, da sociedade civil. Sou o mais velho de nove irmãos, se mobilizar a minha família, já é um número simpático. Se a isto juntar amigos

e o meu círculo de social media, já é um número considerável. Fui criado numa tradição em que a família, de forma geral, acreditava que a política era para os políticos: "Deixa lá os políticos", "não te metas, que eles lá se entendem". É uma família de classe média-alta, muito ligada à Igreja, aos escuteiros, à comunidade local, que era Carnide. Meter-me na política era igual a arranjar chatices. Agora, o que quis fazer foi dar um contributo, o testemunho de que isto não é uma coisa para deixar para São Bento, porque não se vai alterar por dentro.

Há pelo menos uma geração inteira que nunca viu Portugal numa rota ascendente, viu o país sempre em crise.

Temos muita urgência na transformação durante a nossa geração, temos muita urgência de as coisas terem de mudar enquanto ainda somos vivos. Mas ao nível da história e da ciência política 44 anos é pouco. Há dez anos falar de sustentabilidade era uma coisa tonta, que se deixava para a responsabilidade social. Quando a corrupção começar a ser o assunto, quando todos pressionarmos para que seja um assunto, a coisa vai lá. Mas são processos lentos. Há pontos positivos, sinais de esperança. O alargamento do número de partidos com assento parlamentar de seis para dez mostra que o eleitorado está mais disperso por ideias diferentes. Mesmo se considerarmos que os níveis de abstenção estão a aumentar, vejo isso como um sinal de que já não é só PS e PSD. Depois, os casos mais mediáticos da justiça, sobretudo desde Sócrates, e apesar de todas as deficiências e confusão, mostram que esta área se democratizou. Até o facto de estarmos a ter esta conversa mostra isso: eu não previa ser embaixador do tema corrupção até há pouco tempo, mas chegou-se a um nível que não é comportável.

Gostava que definisse corrupção.

A Transparency International Portugal define-a como “abuso do poder confiado para obtenção de benefícios privados. A corrupção pode ser classificada como grande, pequena e política, dependendo do volume de dinheiro perdido e do setor em que ocorre”. O meu trabalho de investigação e foco como cidadão centra-se na corrupção política a nível central - órgãos do Estado - e local - municípios e freguesias. A definição de corrupção política da Transparency International Portugal é: “Manipulação de políticas, instituições e regras de procedimento na distribuição de recursos e no financiamento, por parte de decisores políticos, que abusam da sua posição para manter o seu poder, estatuto e riqueza”.

"SE NÃO SE ALTERAR O SISTEMA ELEITORAL, O CANDIDATO A DEPUTADO NÃO SERÁ ESCOLHIDO PELA COMPETÊNCIA TÉCNICA, MAS POR VARIÁVEIS COMO A LEALDADE À LIDERANÇA DO PARTIDO"

Qual a extensão e o impacto da corrupção em Portugal?

O Corruption Perception Index [Índice de Percepção de Corrupção] de 2019 indica que nos últimos 19 anos Portugal regrediu do 23.º para o 30.º lugar em termos de corrupção no setor público. A GRECO, entidade do Conselho da Europa que monitoriza o combate a este fenómeno, indica que apenas 6,7% das medidas anticorrupção recomendadas por este organismo europeu foram implementadas em Portugal (2019). O Flash Eurobarómetro (2019) sobre empresas e corrupção indica que mais do que o pagamento de subornos (34% das respostas), são o favorecimento de amigos e/ou familiares em negócios (55% dos inquiridos) e em instituições públicas (59%) as práticas mais comuns em Portugal. A Transparência e Integridade Portugal (2020) considera a estratégia nacional de combate à corrupção 2020-2024 apresentada pelo governo “vaga, insegura e acanhada, excessivamente legalista e muito pouco ambiciosa”. Dois estudos levados a cabo no âmbito do Parlamento Europeu, em 2016 e 2019, apontam para que a corrupção em Portugal tenha um custo entre os 8% e os 10% do PIB.

"EXISTEM MUITAS FORMAS DE CORRUPÇÃO, INCOMPATIBILIDADES, CONFLITOS DE INTERESSE E ABUSO DE PODER QUE NÃO ESTÃO ILEGALIZADAS EM PORTUGAL, O QUE É INACEITÁVEL"

Qual seria um fator decisivo no combate à corrupção ou por onde começaria a mudança?

Começa pela separação de poderes: se autoridade é competência, é ela que confere legitimidade útil ao poder. A escolha aleatória confere uma legitimidade que pode ser perigosa. A primeira coisa a fazer é deixar de permitir que o candidato a deputado nos seja imposto. Se o sistema eleitoral fosse diferente, eu eleitor teria mais responsabilidade e mais autonomia na escolha específica da pessoa. Isso pode ser feito de diversas formas: listas abertas, voto preferencial... Mas se não se alterar o sistema eleitoral, o candidato a deputado não será escolhido esmagadoramente pelo mérito, pela competência técnica, mas por variáveis como o partidarismo, a lealdade à liderança do partido. A experiência positiva ao nível das eleições locais, com a possibilidade das candidaturas independentes, é algo que poderia acontecer a nível nacional [das eleições legislativas]. Mas não, tenho de vender a minha alma ao diabo se me quiser candidatar. Se não quisermos mexer no sistema eleitoral, em última análise a questão está toda no recrutamento. Mas até isto não é *rocket science*. Numa análise de medidas anticorrupção está-se a falar de medidas que promovam uma igual distribuição de riqueza, uma igual distribuição de oportunidades, e tudo o que possa promover essa igualdade é benéfico.

O caso do Procurador Europeu, José Guerra, é corrupção?

Se é ou não corrupção, só uma investigação imparcial o poderá determinar. Mas claramente que a falta de transparência que persiste sobre o caso após todas estas semanas (ninguém conseguiu ainda explicar cabalmente quais foram os critérios utilizados pelo governo na escolha do Procurador Guerra) é, por si só, indiciador não só de eventual corrupção, mas também, talvez, de abuso de poder, clientelismo, falta de ética, falha no código de conduta, conluio, fraude, falta de integridade e nepotismo. Voltamos à história do ilegal: temos de perceber que não ser ilegal não significa ser eticamente aceitável. Existem muitas formas de corrupção, incompatibilidades, conflitos de interesse e abuso de poder que não estão ilegalizadas em Portugal, o que é inaceitável. O Estado português nunca promoveu uma elevação e avaliação integral e multi-institucional dos seus alicerces de transparência e integridade. O que temos de avaliação integrada foi um trabalho muito inovador da Transparency International Portugal em 2012. Diversos organismos europeus desenvolvem relatórios setoriais periódicos.

Como poderia ter sido prevenido e como se podem evitar casos futuros?

É importante que se investigue este caso, mas, acima de tudo, que sirva de exemplo para tornar os processos de recrutamento público mais transparentes. Aprenda-se com os erros e inove-se; evolua-se. Temo, no entanto, que por não haver quem fiscalize seriamente (ou, havendo, não tem capacidade para investigar tudo o que deveria ser investigado sobre o funcionamento do Estado) nada se altere e modernize no sistema, tornando-o mais robusto e menos vulnerável a interesses particulares. Este caso poderia ter sido evitado se existisse um sistema nacional de integridade coordenado por um organismo nacional robusto, não dependente do Parlamento nem do governo, que avaliasse, fiscalizasse, investigasse, julgasse, penalizasse e recomendasse novas formas de combate à corrupção. Uma nova autoridade administrativa independente que resultasse da fusão de todas as atuais instituições, tais como o Conselho de Prevenção da Corrupção, a Entidade de Contas e Financiamentos Políticos, a nova Entidade da Transparência que ainda não saiu do papel, entre outras que ou são redundantes ou são ineficazes ou não têm os recursos necessários ou estão capturadas por interesses instalados.

A CRESAP - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública foi um ato falhado?

Isso é tudo cosmética. Tudo o que não permita às pessoas mais capazes e talentosas desempenhar uma determinada função, discordo. Estou a terminar um manifesto com 13 pontos, um deles é que os reguladores sejam selecionados no mercado laboral internacional, por concurso público internacional. Podem candidatar-se todos, portugueses incluídos, e

depois a seleção é feita por um painel independente. Não há nenhuma justificação para que essas pessoas sejam nomeadas, nenhuma.

Acresce que vamos ter cerca de 6 mil milhões por ano a chegar a Portugal até 2027.

E rejeitaram o portal proposto pela Iniciativa Liberal. Aqui está um belíssimo exemplo do motivo por que não acredito, mesmo com o meu otimismo racional, que a haver mudança ela possa vir da Assembleia da República. Possivelmente poderia vir de um presidente da Assembleia da República especialmente carismático, que não temos. Defendo que o plano de recuperação da União Europeia deve ser acompanhado por peritos independentes, pela sociedade civil e por uma UTAO [Unidade Técnica de Apoio Orçamental] com um orçamento três a cinco vezes maior que o atual, a criação de uma nova entidade de fiscalização da luta contra a corrupção independente, que reporte diretamente ao Presidente da República, e o recrutamento no mercado de trabalho internacional de presidentes e *staff* sénior das entidades reguladoras e de supervisão.

Como é que a inovação pode ajudar no combate à corrupção?

Primeiro, Bill Gates fazia parte do sistema da IBM, que não o apoiou. Saiu e fez a Microsoft. Jeff Bezos trabalhava num fundo de investimento ao qual pediu 10 ou 20 mil dólares para criar uma livraria online. Não teve esse apoio, saiu e fez a Amazon. Ou seja, a inovação causa estes momentos de rutura. Há dez anos, quando foi criada a Transparência e Integridade de Portugal, foi a primeira vez que foram feitas avaliações na área da corrupção, uma inovação brutal. O empreendedorismo de deputados como André Silva ou André Ventura, goste-se ou não, criou momentos de rutura com o sistema. Em todos estes exemplos há algo em comum, a redistribuição de poder. Por exemplo, os municípios cobram impostos, taxas e, no caso português, isso é menos de metade da média europeia. Isto é, o grau de dependência das autoridades locais do nível nacional é muito maior do que a média europeia. Uma vez mais, tudo o que se puder fazer descentralizar poder, distribuir poder é positivo. Mas enquanto São Bento continuar a ser uma réplica das cortes - tínhamos o rei e todo o séquito que andava pelos corredores - porque, querendo ou não, premeditadamente ou não, fazem todos parte de uma família, de um cartel, a realidade não mudará.

Anexo II - Entrevista de Isabel Tavares a Boaventura de Sousa Santos

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: "A PANDEMIA FOI O PRIMEIRO GRANDE ENSAIO A NÍVEL GLOBAL DE COMO SE PODE CONTROLAR POPULAÇÕES"



Entrevista de Isabel Tavares

10 mar 2021

Os problemas que marcam este século, o que nos espera e o que podemos mudar. Boaventura de Sousa Santos, sociólogo, conversa com o SAPO24 sobre os temas que dominam a atualidade. E o futuro também.

Doutorou-se na reputada Universidade de Yale e até à pandemia dividia o seu tempo entre Portugal e os Estados Unidos, há já 35 anos. Tempo suficiente para muitas aulas, mas incapaz de trair o sotaque de Coimbra, onde por estes dias se refugia.

E foi lá, em Quintela, que Boaventura de Sousa Santos, diretor emérito do Centro de Estudos Sociais e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça, escreveu o seu mais recente livro, “O Futuro Começa Agora – Da Pandemia à Utopia”. E já tem outros na calha.

Foi também a partir da sua casa de família na aldeia que nos encontramos, via Skype, para uma conversa que deu a volta ao mundo. Aos 80 anos, o sociólogo faz um breve retrato da sociedade portuguesa e dos políticos que a guiam: "A sociedade civil portuguesa é fraca. Temos falta de cultura democrática e os 48 anos de ditadura habituaram-nos a confiar no poder". "Com Marcelo [Rebelo de Sousa] não haverá nenhuma transformação estrutural, porque ele é um homem que pensa que a sociedade está estruturalmente bem".

Mas é preciso contextualizar, não basta ler "as gordas". "Em Portugal, se uma pessoa tem uma posição discordante, ou se insulta ou se ignora, raramente se discute com argumentos", diz. E foi a desfilar sobre eles, do ambiente à mulher, da velhice à regionalização, das vacinas à justiça, da fé às desigualdades sociais, que foi conduzida a entrevista com Boaventura de

Sousa Santos, que receia que o dinheiro do Plano de Recuperação e Resiliência destinado à ciência vá todo para a inovação e "acabe nas mãos dos bancos". Mas essa terá de ser outra conversa.

"O Futuro Começa Agora". É uma espécie de mantra ou é mais fatalismo?

Se analisarmos historicamente, há certo tipo de acontecimentos que vão repercutir-se nos anos seguintes, ou no século seguinte, e que são particularmente importantes, por isso assumem um estatuto diferente. Foi o caso da Revolução Industrial, que veio determinar toda a vida do século XIX, ou da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917, os dois acontecimentos que marcaram o século XX. Para o século XXI já houve vários candidatos, como o ataque às Torres Gémeas ou a crise financeira de 2008. Atribuo a esta pandemia um significado particular e condicionador de muito do que vai acontecer, fundamentalmente porque veio para ficar, não vamos ver-nos livres dela nos próximos tempos.

Será condicionadora em que aspeto?

Em muitas partes do mundo - cá também, mas noutras partes do mundo de maneira mais forte - esta pandemia foi também um grande pretexto para se introduzirem medidas de intromissão e de vigilância na vida privada das pessoas, controlo da população, controlo de movimentos, que não vão desaparecer de maneira nenhuma. A pandemia foi o primeiro grande ensaio a nível global de como se pode controlar populações. Sempre defendi e apoiei o confinamento. Quando comparo internacionalmente, vi na forma como o Estado português conduziu o processo, no domínio dos estados de emergência, a procura de proteger a privacidade, a intimidade e a autonomia dos cidadãos, basta ver o que sucedeu com a aplicação Stayaway Covid, que é voluntária. Não foi assim noutros lugares, na China, Taiwan, Singapura, Coreia do Sul houve muito mais vigilância do que em Portugal. Por outro lado, a pandemia está muito ligada ao modelo de desenvolvimento que temos hoje, de consumo e de produção, e à degradação da natureza e iminente catástrofe ecológica, cada vez mais notória.

"É NESTA DICOTOMIA ENTRE A ALTA ARROGÂNCIA TECNOLÓGICA E A IMENSA FRAGILIDADE HUMANA QUE ESTE SÉCULO SE VAI CHARACTERIZAR"

É isso que vai produzir a recorrência de pandemias?

Sim. Vamos ter de viver com outra dimensão da fragilidade. A fragilidade que surgiu das Torres Gémeas é a fragilidade do império, do país mais forte, mais desenvolvido, que pode invadir os outros e que, de repente, não consegue proteger o seu espaço aéreo. Agora, os

Estados Unidos é o país com maior incidência de mortes por Covid, mas o mundo inteiro está na mesma situação. É um fenómeno que vai ficar connosco durante este século e que vai condicionar muitas políticas, inclusivamente as políticas públicas. Sabemos agora, pela pressão das vacinas, por exemplo, o que isto significa a nível mundial, a dependência que cria e a insegurança que se instala a cada momento quando aparece uma variante. Neste momento nem sabemos se terá de haver uma vacina sazonal, como acontece para a gripe. Há um elemento de incerteza que vai continuar a condicionar o século, articulado com outros de sinal contrário, como a ideia de domínio total, da inteligência artificial, o anúncio de uma quase utopia tecnológica que mostrava o poder do ser humano sobre a vida.

"A BIG PHARMA INVESTE POR ANO ENTRE 15 E 17 MILHÕES DE EUROS PARA PRESSIONAR DECISÕES DA UNIÃO EUROPEIA"

Até que a pandemia nos separe...

De repente, temos a pandemia a mostrar exatamente o contrário. É nesta dicotomia entre a alta arrogância tecnológica e a imensa fragilidade humana que este século se vai caracterizar.

Sobre a dependência das vacinas, como reage à declaração do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, que disse na Assembleia da República que comprar vacinas a outros países é "traição" à Agência Europeia do Medicamento?

Começa na péssima negociação que a União Europeia fez com as farmacêuticas. Não sabemos o mais importante dos contratos, mas as farmacêuticas têm a faca e o queijo na mão. Os tribunais arbitrais são amigos das grandes empresas e decidem normalmente a favor delas, porque estes contratos têm cláusulas usurárias de confidencialidade. Há uma certa chantagem, os contratos não deviam ser tornados públicos, houve até o caso da governante belga [secretária de Estado do Orçamento, Eva De Bleeker] que publicou os preços das vacinas no Twitter, o que gerou receio de punições. Muito do que se tem vindo a saber é por pressão do Parlamento Europeu. Repare que pela primeira vez certos países do sul podem ficar mais bem protegidos contra o vírus do que os do norte, que estão presos a multinacionais e não aceitam o que está a ser criado fora. A União Europeia só quer favorecer as suas grandes empresas, por isso não abriu às vacinas de Cuba, da Rússia ou da China. Porque não faltam vacinas. Este é um negócio muito sujo: a Big Pharma investe por ano entre 15 e 17 milhões de euros para pressionar decisões da União Europeia e o conjunto da indústria farmacêutica tem 175 lobistas em Bruxelas, de acordo com o Corporate Europe Observatory. O ministro Santos Silva assume a tradição do bom aluno, é produto de um europeísmo mais ou menos conservador.

A questão é que as farmacêuticas estão a falhar nas quantidades e nos prazos de entrega, haverá sempre países beneficiados e prejudicados.

E há a suspeita de que as empresas podem estar a fazer reserva, porque os preços só estão garantidos até final de junho, depois podem explodir. Por outro lado, há o COVAX, da Organização Mundial de Saúde [mecanismo que tem como objetivo acelerar o desenvolvimento e fabrico de vacinas e garantir o acesso justo e equitativo a todos os países do mundo]. Mas, para funcionar, é preciso que as farmacêuticas abdicuem dos direitos de patente. Traição ou crime contra a humanidade é o que estamos a fazer ao congelar reservas financeiras da Venezuela, por ordem dos Estados Unidos, fundamentais para o país fazer face às suas despesas sanitárias. O embargo é cruel e impede o país de comprar material com o dinheiro que está depositado nos nossos bancos, em Portugal e em Inglaterra. E há outras questões, como a Pfizer estar a testar a sua vacina nas grávidas de Manhica. Podia estar a fazê-lo em mulheres europeias, mas não, fá-lo em Moçambique.

Voltando um pouco atrás: nasceu durante a Segunda Guerra Mundial...

Nasci em 1940. Lembro-me muito bem de ir com a minha mãe, era pequenino, para a fila do racionamento, porque não havia arroz, manteiga - um dos produtos que faltou mais depois da guerra. Para mim, o que marcou o século XX foi a Primeira Guerra Mundial, e a Segunda Guerra é a continuação disso: morreram 78 milhões de pessoas, das quais cerca de 25 milhões eram soldados russos - foi o país que mais mortos teve de sofrer para vencer Hitler. Vivemos num continente extremamente violento, nunca se matou tanta gente como na Europa no século XX. A Europa hoje apresenta-se como o continente dos direitos humanos, da paz e da democracia, mas isso é uma coisa muito recente.

"ESTE MODELO DE DESENVOLVIMENTO, COM A ECONOMIA ASSENTE NO PETRÓLEO, NO GÁS, NA MINERAÇÃO A CÉU ABERTO, NA DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS, NA CONTAMINAÇÃO DOS RIOS, NO CONSUMO OBSOLEScente, TEM DE TERMINAR"

Ja perguntar-lhe, porque passou por diversas guerras e várias crises, se as compara com a pandemia e como?

Em Portugal tivemos até populações ligadas a nós, que não eram portuguesas, que sofreram condições extremamente difíceis, impostas pelo colonialismo. Houve uma Guerra Colonial, que em África se chama Guerra de Libertação, desde 1961 até 1974. São anos de guerra com muitos mortos de parte a parte, mas sobretudo de populações africanas, onde houve muita violência. Só que essa foi uma guerra que exportámos, digamos assim. No continente, o que tivemos neste período foi a ditadura salazarista. Para os portugueses em particular, o século

passado tem o facto de em 1974 termos posto fim a meio século de ditadura. Na Europa não tiveram isso, tiveram guerra. E tiveram as democracias mais ou menos consolidadas, com exceção do bloco soviético, até 1989. Acredito que para muita gente da Europa oriental a transformação mais profunda tenha ocorrido com o colapso do sistema soviético. A nível regional as coisas têm sempre uma leitura muito específica: se formos para a América Latina as datas são outras, muito diferentes de país para país: ditadura no Chile, guerra na Guatemala, 50 anos em guerra (até 2016) na Colômbia - sou membro do conselho assessor da Comissão de Verdade e de Reconciliação. Cada país tem os seus traumas. A pandemia, no entanto, condiciona há um ano a abertura de noticiários e a vida pública em todo o mundo, o que não aconteceu com os outros fenómenos.

"ENTRE 2030 E 2050 METADE DA POPULAÇÃO NÃO TERÁ ÁGUA POTÁVEL"

Falou nas guerras, nas questões do ambiente, nos diversos traumas. Em tantos séculos ainda não aprendemos a viver. O que nos trava?

Há uma coisa que não gostamos muito de enfrentar: este modelo de desenvolvimento, com a economia assente no petróleo, no gás, na mineração a céu aberto, na destruição das florestas, na contaminação dos rios, no consumo obsoleto, tem de terminar. Lembro-me de os meus pais me darem um relógio quando fiz dez anos, e foi o relógio que usei praticamente durante 50 anos. Agora os relógios mudam-se consoante o vestuário. A moda Outono/Inverno e Primavera/Verão são formas de obsolescência programada, como os telefones ou as lâmpadas. Um carro que devia durar 20 anos, agora dura dois. Tudo isto está programado para não durar e para alimentar o consumo e isso é extremamente desgastante. É evidente que não temos aprendido - só aprendemos na desgraça, digamos assim. Há notícias assustadoras e, no entanto, sentimo-las como despercebidas. António Guterres, como secretário-geral da ONU, tem vindo a alertar para a crise climática iminente: corremos o risco de neste século a temperatura aumentar três graus. E se a temperatura aumentar três graus, a vida vai ficar impossível para muitas populações do mundo; os oceanos vão subir, países vão desaparecer. Além de que vamos ter, como previsto pelas Nações Unidas, uma leva de refugiados ambientais, outra característica deste novo século, porque vivemos numa amplitude térmica relativamente limitada, mesmo com ares condicionados e aquecimentos.

Portugal será um dos países afetados, é considerado de risco elevado.

Portugal está ameaçado de desertificação em toda a zona sub-Lisboa. Mas estas notícias emergem e não acontece absolutamente nada. Os cientistas da ONU estão a dizer-nos que entre 2030 e 2050 metade da população não terá água potável. Quem está a acreditar nisto são as grandes empresas multinacionais. A Nestlé está a comprar água por todo o mundo, a comprar aquíferos nos países onde pode. Sabe que vamos precisar desta água. O cidadão

comum não está a acreditar, as políticas não estão orientadas para isso, numa sociedade que é capitalista, onde tudo é negócio. A água já está no mercado de futuros.

No entanto, não está salvaguardada na Constituição da República Portuguesa. Devia?

Penso que, na altura, os constituintes estavam tão preocupados em segurar a democracia e os direitos sociais, dado o tipo de revolução por trás da Constituição, que não tiveram uma preocupação ecológica. O Uruguai e outros países têm na sua constituição que os aquíferos não podem ser vendidos, são património nacional. Portugal não tem garantias deste tipo - podemos lá chegar através de algumas interpretações, se o Tribunal Constitucional estiver a fim, mas não é certo. E as empresas estão a criar não só reservas de água, como reservas agrícolas. Alguns países também consideram que a terra é um bem público, que não pode ser alienado a estrangeiros. Vai a África ou à América Latina e vê os países da Ásia a comprar terra para reserva alimentar - a Coreia do Sul tem comprado muito, a Arábia Saudita tem comprado muito. Para reserva alimentar para os seus, não é para os africanos. Agora, é verdade que vivemos num mundo de miopia programada, isto é, não queremos enfrentar os grandes problemas porque eles extravasam muito os ciclos eleitorais.

"UMA DAS COISAS QUE PODE VIR A CARACTERIZAR AS PRÓXIMAS DÉCADAS É A GUERRA COM A CHINA"

É uma das imperfeições da democracia?

O nosso sistema democrático, que é bom a outros níveis, neste caso é fatalmente deficiente, porque os políticos que estão no poder ou na oposição pensam sempre em termos de ciclos de quatro anos. O que também é bom, porque se for por muito mais tempo pode ser uma ditadura. Mas devia haver pactos democráticos ambientais. Hoje fala-se muito de um pacto ambiental sul-sul, são muitos os países do sul que estão preocupados e a tentar encontrar formas de se proteger, porque são eles que estão a pagar a fatura da degradação ecológica e não foram eles que degradaram o meio ambiente, os Estados Unidos e a China são os grandes responsáveis pela degradação ambiental do mundo. Mas não há maneira, porque o sistema das Nações Unidas nunca esteve tão fraco como hoje, dada a posição dos Estados Unidos, que desde há quatro anos entrou numa vertigem unilateralista. Aliás, uma das coisas que pode vir a caracterizar as próximas décadas é a guerra com a China.

Onde vai normalmente buscar a informação para fazer o tipo de análise e previsões que faz?

Normalmente, para fazer estas previsões leio os documentos das forças militares norte-americanas, da CIA [Central Intelligence Agency], documentos fiáveis, feitos com grande rigor, onde já estão a pensar o que vai ser o futuro. Se ler o documento da CIA de quando Obama chegou ao poder, já lá vão mais de oito anos, está lá que em 2030 a China seria a maior economia do mundo e que os Estados Unidos tinham de começar a defender-se e impedir que isso ocorresse. Acabo de ler na revista "Foreign Affairs" que na próxima década a guerra com a China pode estalar, uma guerra no Pacífico. E não é uma guerra fria, essa já está, é uma guerra a sério. Segundo dizem, a China tem de ser travada na sua arrogância globalista. Obviamente os Estados Unidos veem a China como sua concorrente, estão muito agressivos, de outra maneira não se percebe como é que um embaixador dos Estados Unidos ameaça um país como Portugal, agora na presidência do Conselho da União Europeia, com represálias económicas caso aceite o 5G da Huawei. Mas mostra a que nível está a concorrência.

"O AVANÇO DA CHINA NÃO É APENAS MÉRITO DA CHINA, É DEMÉRITO DO MUNDO OCIDENTAL"

Falam na arrogância globalista da China, mas não da sua, porque os EUA "nunca foram nem voltarão a ser" arrogantes, como dizia o outro.

O trágico é isso. Ao longo do último milénio o país dominante no mundo foi a China. Era responsável por mais de 20% de toda a economia mundial: os nossos reis vestiam-se com têxtil que vinha da China, a loiça para a corte vinha da China, tudo vinha da China, até 1830. A grande mudança foi a Revolução Industrial. Só há pouco mais de um século o ocidente superou a China, que em 2030 poderá ser a maior economia mundial e que neste momento é a fábrica do mundo, como vimos com a pandemia, porque o país mais desenvolvido do mundo não produzia nem máscaras, nem luvas.

Mais de 80% dos medicamentos à venda na Europa e nos Estados Unidos são fabricados na China e na Índia. Mas neste período de um ano, nada foi feito para mudar esta realidade.

O avanço da China não é apenas mérito da China, é demérito do mundo ocidental, capitalista. Como é que a China se desenvolveu? Desenvolveu-se porque as grandes tecnológicas, Google e Apple, decidiram produzir os seus computadores na China, onde o trabalho é mais barato. Por isso, quando há uns tempos houve uma ameaça de "fechar" a China, num daqueles tweets completamente descontrolados de Trump, a China respondeu

imediatamente: são um milhão e meio de trabalhadores da Apple no país. Deixam de trabalhar e no dia seguinte a empresa fecha. A Europa ainda procurou resistir, porque depois da guerra ficou com direitos sociais dos trabalhadores mais avançados do que os Estados Unidos. O capitalismo europeu, a que chamamos social-democracia, procurava maior equilíbrio entre ganhos de capital e do trabalho, e foi assim que surgiu uma classe média na Europa. Simplesmente, depois de 1989 os Estados Unidos impuseram a deslocalização à indústria automóvel e a todas as tecnológicas. O NAFTA [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio] foi assinado com o México [e Canadá] basicamente à procura de mão-de-obra barata. Agora queixam-se de que é a China que está na concorrência, mas, se há um monstro, foram eles que o criaram.

Das 15 maiores empresas do mundo, sete são dos EUA e cinco são já da China.

A China tem duas vantagens enormes em relação ao mundo capitalista ocidental. A primeira é que globalizou toda a sua economia exceto o capital financeiro. O capital é estatal, não tem esta ideia dos bancos centrais independentes que nós aceitámos e por isso deixámos de controlar a política monetária. A China está a defender-se do que prevê ser uma crise do dólar e da economia mundial comprando ouro (a China e a Rússia são os países que mais ouro compraram nos últimos dez anos). A segunda grande vantagem é que são 2 mil milhões de pessoas. Se ler as decisões do comité central do Partido Comunista da China - é chato, mas tem de ser -, são muito claros a este respeito. A China prevê que vai haver no ocidente resistência e, portanto, está a seguir duas estratégias: alimentar o mercado interno, orientando-se para ele, criando uma classe média, mais consumo (sem preocupações ecológicas, não as vejo), e depender tecnologicamente menos do ocidente. Não é por acaso que os grandes inovadores de Silicon Valley têm nomes chineses.

"UMA ECONOMIA DE MERCADO É TOTALMENTE LEGÍTIMA, UMA SOCIEDADE DE MERCADO É REPUGNANTE DO PONTO DE VISTA MORAL"

De que estamos dispostos a abdicar, no meio de tudo isto?

Parece-me que os acordos têm de ser feitos a nível mundial. Os acordos ambientais de Quioto e de Paris não fazem sentido se uns avançarem e outros não. Mas a posição dos Estados Unidos é tão retrógrada que a Europa decidiu descolar-se e está a preparar uma transição energética que, apesar de débil, vai além da dos Estados Unidos. O que talvez também seja novo no milénio, não no século, é que muita coisa vai depender do cidadão e da cidadã individualmente, não pode ser por imposição. No caso da pandemia, como aconteceu noutros contextos, mudanças abruptas por lei criaram muita resistência. Em Portugal, em vez de haver regras e medidas compulsórias está a haver uma divulgação dos riscos que corremos se desrespeitarmos as regras. A comunidade científica tem sido unânime nesta pedagogia.

Há uma responsabilidade que os cidadãos têm de assumir, não podem ser só políticas públicas. Claro, podemos querer um carro elétrico, mas é preciso ter em conta o preço, a autonomia e a forma como o podemos adquirir. E já tivemos políticas públicas muito mais avançadas em Portugal, foi das primeiras coisas que Passos Coelho liquidou com a troika, os incentivos.

Este governo já está no poder há mais de seis anos.

É verdade.

Voltando um pouco atrás: no livro defende que as vacinas devem ser gratuitas para todos.

Muitos como eu estão a propor que a vacina seja um bem público universal, gratuito - uma luta perdida, mas muitas das minhas lutas têm sido perdidas, por isso, não é para admirar. Está a ser gratuita para os países que podem gastar dinheiro a comprar, mas as doses da vacina variam entre 2 e 14 euros, imagine o dinheiro que vai para as empresas, quando isto devia ser vendido a preço de custo, se houvesse uma consciência social de que é preciso salvar a humanidade. No livro mostro como, do ponto de vista capitalista, uma pandemia é um negócio.

"NO PRINCÍPIO DO SÉCULO A DIFERENÇA ENTRE O SALÁRIO MAIS ELEVADO DO DIRIGENTE DE UMA EMPRESA E O TRABALHADOR ERA DE DEZ, AGORA É DE DOIS MIL"

E não é legítimo ou justo que seja também um negócio, pelo que investe, pelo emprego que cria?

Uma economia de mercado é totalmente legítima, uma sociedade de mercado é repugnante do ponto de vista moral. Há bens que não deviam estar no mercado: a educação, a saúde, a água. Há coisas de que precisamos e que, em meu entender, deviam ser realmente pagas pelos impostos. Posso estar em desacordo com o facto de ser muito mais tributado - e como ex-funcionário público, altíssimamente tributado - do que a Amazon, a diferença é entre 40% e 1% ou menos. É repugnante, porque a minha crítica é que o Estado não utiliza o dinheiro da forma que eu gostaria, se utilizasse era muito mais eficiente. Não é imaginável que oito pessoas tenham tanta riqueza quanto a metade mais pobre da humanidade - estamos a falar de 3,5 mil milhões de pessoas. São oito homens (por acaso não há nenhuma mulher nesse grupo). Isto é um estudo da Oxfam [Comissão de Combate à Fome de Oxford, 2018] preparado para Davos.

São eles Bill Gates, Amancio Ortega, Warren Buffett, Carlos Slim, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Larry Ellison e Michael Bloomberg, para quem quiser saber.

É curioso, porque este número costumava ser os 100 mais ricos. Vinte anos depois era os 30 mais ricos, agora os oito mais ricos. Quem publicou estes números mais recentemente foi Thomas Piketty, num artigo de opinião no "Le Monde". Se fossem trinta continuava a ser mau, mas isto mostra o nível de concentração de riqueza que tornou o mundo extremamente injusto. No princípio do século não havia esta discrepância, a diferença entre o salário mais elevado do dirigente de uma empresa e o trabalhador era de dez, agora é de dois mil. Na questão do Estado e do mercado, a pandemia veio mostrar exatamente que o Estado é corrupto e ineficiente, porque vem uma pandemia e ninguém vai para o mercado, isso notou-se muito bem no serviço privado de saúde, até com a recusa em aceitarem doentes Covid, depois é que a coisa se foi modificando. Mas isto não foi só em Portugal, nos Estados Unidos também, o Estado teve de completar os seguros, digamos assim.

"[NOS EUA] PASSAR UMA MANHÃ NAS URGÊNCIAS, FORA TRATAMENTO, PODE CUSTAR ENTRE MIL E TRÊS MIL DÓLARES"

Conhece bem a realidade do Estado Unidos, imagino?

Vivo há 35 anos metade do meu tempo nos Estados Unidos, conheço bem como o sistema funciona. Eu, claro, sou um dos privilegiados, porque tenho seguro da universidade, mas se não tivesse, estava frito. São as contradições. Não pode imaginar o que pode significar para o cidadão comum ir a uma urgência hospitalar - já tive de passar por isso e foi a universidade que pagou, cerca de três mil dólares. Passar uma manhã nas urgências, fora tratamento, pode custar entre mil e três mil dólares. É por isso que vemos na população negra tanta mortalidade nesta pandemia, fundamentalmente porque muitos já estão doentes, têm pouco acesso à saúde, são mais pobres. Não são negros porque são pobres, são pobres porque são negros. Há muita coisa que os governos podiam e deviam fazer e que está ao seu alcance.

O quê, por exemplo?

Penso que o Serviço Nacional de Saúde tem de ser revalorizado. Este governo tem tentado alimentar o SNS, mas apenas para responder à pandemia, não está a fortalecê-lo em termos de carreiras, de exclusividade, de aumento de salários, porque tem muito medo da conta daqui a uns anos, mas isto é que seria fundamental. Como seria fundamental alterar a nossa política urbana de imediato. Veja, está a falar comigo e eu estou numa aldeia, Quintela, a 30 quilómetros de Coimbra, onde nunca uso máscara, praticamente não sei o que isso é, só quando vou a algum lado. É a casa dos meus pais, foi sempre aqui que escrevi parte dos livros - não lhe posso mostrar, mas tenho uma vista maravilhosa para as serras. São umas

doze famílias no total, o que não quer dizer que não haja riscos (Penacova, aqui ao pé, é uma zona de risco). Mas tínhamos de voltar a criar um equilíbrio entre a cidade e o campo, criar incentivos para que os professores e médicos voltem aos lugares menos povoados, não se concentrem, como está tudo concentrado em Portugal, numa faixa de terra de 50 quilómetros entre o mar e o interior. É completamente errado.

O que é que isso exigiria?

Exigia o que tínhamos depois da Revolução do 25 de Abril, que não o destruíssem. A revolução teve esse aspeto fundamental de levar um pouco de democracia para o país do interior, que em Lisboa se chama a província, e que são os direitos sociais, os equipamentos, as escolas, os CTT, os centros de saúde, a renovação urbana. Quem viaja pelo interior vê um país bonito, cidades pequenas, mil habitantes, todos têm o seu jardim, têm equipamentos, só não têm é gente. Os mais jovens já não tinham o liceu, a certa altura tiraram-lhes os CTT, passaram a concentrar tudo em lógica de rentabilidade do capital. E não pode ser. Era preciso ter uma política de descentralização muito mais forte. Ninguém gosta de ir viver - estou a discutir isto todos os dias com os meus colegas da América Latina e também de África e dos Estados Unidos, que me perguntam - para as grandes cidades, que são zonas de risco nas pandemias. Desde o século XIV que os escritores fugiam da cidade: Shakespeare fez grande parte das suas peças em Stratford, precisamente a fugir da pandemia, Ibne Caldune (Ibn Khaldun), intelectual islâmico, foi para uma aldeia fora de Tunis para escapar à pandemia.

No seu caso em particular, quando ou para o que precisa de sair da aldeia?

Preciso de ir a Coimbra para comprar um vinho do Porto especial para a ceia de Natal [ri]. As aulas são por Zoom, nos Estados Unidos a minha universidade está fechada, nem sequer poderia entrar no meu gabinete se quisesse lá ir. Mas, de facto, não preciso muito de sair. Ainda há pouco dizia que o país, apesar disso, tem um nível de equipamentos que me surpreendeu. Em São Pedro de Alva, que é um pequeno povoado, todos os supermercados têm as comidas saudáveis que não encontro nas grandes superfícies, em Coimbra ou em Lisboa. E as grandes superfícies são capazes de ir buscar a Espanha produtos que eu tenho aqui produzidos localmente e que até são exportados, não chegam às nossas grandes superfícies porque são produtos gourmet: queijo da serra e todos os tipos de queijo, framboesas, etc. Praticamente não preciso de ir a Coimbra. Mas sou um privilegiado, muita gente que aqui vive trabalha em Coimbra. As cidades não podem ser tão grandes, os transportes públicos têm de ser redimensionados. Não podemos viver nesta ideia que o capitalismo criou para a sociedade contemporânea em geral - e no mundo socialista foi o mesmo - de zonas para comércio, zonas residenciais, zonas para empresas e escritórios e zonas para habitação muito distantes. Tem de haver outro tipo de ordenamento urbano que

não apenas pela rentabilidade que os terrenos dão aos proprietários, mas aí a terra urbana tinha de ser pública. Em Portugal é muito difícil fazer valer este argumento, mas a gente normalmente tem razão fora do tempo, pode ser que um dia...

"SOMOS PROGRAMADOS PARA PENSAR SÓ O QUE ESTÁ À NOSSA FRENTE, DEIXAMOS PARA A RELIGIÃO O INVISÍVEL"

Fez 80 anos em novembro passado. O que é que a idade nos dá, o que lhe trouxe?

[ri] Obviamente dá muitas coisas negativas; tenho muito mais medo dos riscos. E talvez dê a possibilidade, sobretudo em tempo de pandemia, de fazer coisas que estaria em boas condições de fazer, mas que a minha vida de todos os dias me impedia. Até fevereiro de 2020, devido ao reconhecimento internacional do meu trabalho, estava permanentemente em viagem, em conferências, a abrir congressos. E, devo dizer-lhe, sei que não vai tomar como vaidade estúpida, recuso mais de 90% dos convites que me fazem. Mesmo assim, tinha de fazer pelo menos uma viagem transcontinental por mês, que são viagens de 10 ou 12 horas. Isto significava que estava a escrever os meus livros com muito mais dificuldade. Assim não, já estou a terminar o próximo, que será publicado em breve e que também é uma reflexão sobre a sociedade em que vivemos.

Já tem título?

Sim, "Da Miopia à Utopia". É o meu tema. Por que motivo pensamos sempre em função daquilo que existe e não pensamos as alternativas? Acredito que a pandemia nos vai obrigar a pensar diferente sobre coisas simples: Portugal terá de produzir mais máscaras e gel, não pode estar a importar tudo da China. Os centros comerciais não deviam ter a dimensão que têm, porque são zonas de risco piores do que os aviões. Na América Latina os centros comerciais têm 30 mil pessoas a cada momento a respirar o mesmo ar. São coisas que temos de repensar. Penso que a idade nos dá mais experiência, e eu tenho essa experiência, conheço diversos exemplos, e posso ter um olhar panorâmico, ver as contradições, as possibilidades, o que houve e deixou de haver. E sempre com esta atitude, que é a de um otimismo trágico. Trabalho muito com movimentos sociais, organizações de bairros urbanos, em Portugal e fora, e essas populações são aquelas que não podem viver sem alternativa, porque a vida é horrível para muitos deles. Ainda outro dia estive uma hora por Zoom a falar com povos indígenas do Maranhão, no Brasil, e eles dão-me força; a forma como se organizam, nas suas condições tão precárias, como se protegem, como se defendem, como vão buscar imunidade às suas ervas, às plantas medicinais. O ser humano tem esta capacidade. Mas somos programados para pensar só o que está à nossa frente, deixamos para a religião o invisível.

Esse não é um problema de educação, até de como as escolas formam os seus alunos?

O último capítulo do próximo livro é exatamente dedicado à educação. Chego à conclusão que, no fundo, é sempre na educação que as coisas vão bater.

A forma como tratamos os velhos anima-o ou dececiona-o?

É muito interessante ver a evolução da sociedade em tempo recente. Portugal, dentro da Europa, era até final dos anos 70 o país com mais família extensa: pais, filhos e avós. Isto era a característica de uma família ainda com traços camponeses. A partir dos anos 80 a família nuclear intensifica-se: começa a haver maior pressão sobre as famílias, as casas passam a ser mais caras, torna-se problemático alojar tantas pessoas e começa uma tendência, em muitos países secular, de pôr os idosos em depósitos, porque os lares são depósitos, alguns, cofres de ouro. Conheço bem o caso dos Estados Unidos, onde encontra esta classe mais alta que vai para casas de repouso altamente luxuosas, onde a pessoa quase reconstrói a vida como se estivesse em sua casa. Mas há sempre um elemento de alienação muito forte. A maioria não é desse tipo, são residências onde, com alguma dignidade, se alojam pessoas sem nenhuma preocupação com os seus cuidados de saúde, porque estão todos remetidos para o SNS. É uma área onde as instituições particulares de solidariedade social investiram tremendamente, porque é um serviço social muito importante, mas nalguns casos é também um negócio. Há um setor privado muito forte, muitas vezes a receber pensões inteiras dos idosos.

"A VELHICE PASSOU A SER UM ESTIGMA NA NOSSA SOCIEDADE, E MUITAS MEDIDAS SUPOSTAMENTE PROTETORAS ATACAM A AUTOESTIMA"

E por que motivo se depositam os velhos em lares?

Isto é feito na base de, primeiro, os idosos já não terem nada a dizer à sociedade. São inativos, não têm de ajudar os netos ou passar-lhes um pouco de sabedoria. Ao contrário do que acontece em algumas sociedades, em que os mais velhos são os depositários da sabedoria, porque é neles que está a história do país, a cultura, nós entrámos no culto de juventude. Por isso perdemos tanto tempo a tentar disfarçar a velhice, com gel, com exercícios, com *jogging*, e o melhor disfarce de todos é esconder os velhos, pô-los em lares. Funciona bem para a sociedade, não funciona bem para eles, que têm de perder muita auto-estima para ir para aqueles espaços. E em situações de emergência, como esta ou como no caso das ondas de calor, morrem muitos idosos em toda a Europa. É outra área onde o Estado tem de intervir, porque não acredito que as organizações sociais ou privadas o vão fazer por alta recreação. Fizemos da necessidade uma opção e começámos a pensar que era melhor estar longe dos idosos.

Como é que se conjuga isso a longevidade? Quero dizer, vale a pena envelhecer assim, sem qualidade?

O conceito de velho é totalmente sociológico. A velhice passou a ser um estigma na nossa sociedade, e muitas medidas supostamente protetoras atacam a autoestima das pessoas. E fazem-no de uma maneira mais ou menos leviana, por lógicas de eficácia económica. Criou-se um certo egoísmo social, que em meu entender não é inclusivo, de maneira nenhuma. Isto é um alerta imenso. Há muitas famílias que preferem manter os seus idosos e deviam ter apoio estatal para isso, por exemplo sob a forma isenção de impostos. Não imagina o que há de força a partir dos 65 anos, e muitos podiam contribuir com conhecimento, ideias, mas ninguém os ouve. Os que estão em lares, ao fim de um ano já não têm nada a dizer aos outros, ficam idiotas, em frente a um canal de televisão um dia inteiro. Aí é que eles envelhecem. Os lares não são para velhos, são lares de envelhecimento. É uma solução extremamente injusta que a sociedade encontrou para quem tanto contribuiu.

"EU PENSAVA QUE ERA BRANCO, MAS QUANDO CHEGUEI AOS ESTADOS UNIDOS CHEGUEI À CONCLUSÃO DE QUE NÃO ERA BRANCO, ERA LATINO"

Viajou por outros países, chegou a viver em alguns deles. O que retira de cada um desses lugares?

Tenho as minhas raízes em Quintela, mas as minhas opções voaram pelo mundo inteiro. Talvez a maior aprendizagem, até pelo tempo que aí vivi, entre agosto e dezembro, todo o semestre de Outono/Inverno ao longo de 35 anos, tenha sido nos Estados Unidos. Primeiro a aprendizagem do bom, quando fui fazer o doutoramento, em 1969, e saí de uma ditadura para uma democracia, uma sociedade extremamente ativa em direitos, lutas e protestos contra a Guerra no Vietname. A pouco e pouco fui reconhecendo que era também o cúmulo do racismo, da violência. Que também não conhecia. Eu pensava que era branco, mas quando cheguei aos Estados Unidos cheguei à conclusão de que não era branco, era latino. Era assim que eram vistos os originários de Portugal ou de Espanha, mas nunca fui vítima de racismo. A sociedade ensinou-me muito sobre como podia ser a libertação das mulheres, da educação. Foi nos Estados Unidos que li Marx...

"LEVEI MUITAS VEZES CHOCOLATES E MEIAS DE VIDRO PARA O OUTRO LADO, QUE NÃO TINHA, E TRANSPORTEI CARTAS NOS SAPATOS, NAS MEIAS, CLANDESTINAMENTE"

Foi lá que consolidou as suas ideias à esquerda?

Posso dizer que o primeiro país que me ensinou alguma coisa, talvez o amor à democracia, foi a Alemanha. Antes de ir para os Estados Unidos fui estudar em Berlim Ocidental, e a minha namorada era de Berlim Oriental, de maneira que eu atravessava o muro todos os dias, quando estava mais apaixonado, porque nós estrangeiros podíamos atravessar o muro desde que não pernoitássemos. E via a sociedade do lado de cá e a sociedade do lado de lá e não era aquilo que eu queria. Já estava a alimentar as minhas ideias mais para a esquerda do que para a direita, muito oposto ao sistema colonial, mas aquela sociedade era muito estalinista, muito de concentração... Levei muitas vezes chocolates e meias de vidro para o outro lado, que não tinha, e transportei cartas nos sapatos, nas meias, clandestinamente, para pessoas que queriam criar ligações para depois fugirem para a Alemanha Ocidental. Não era o regime que eu queria, e eu vinha de uma ditadura.

E foi isso que encontrou nos Estados Unidos?

Os Estados Unidos ofereceram-me isso de uma maneira muito avançada. Depois aprendi o mau, porque vivi lá tanto tempo que fui aprendendo como se destrói uma democracia. Para mim Trump não é uma novidade, tenho vindo a assistir à degradação da sociedade americana nos últimos 20 anos, ela é óbvia desde que chegou o neoliberalismo, e depois de ter deixado de haver a concorrência do bloco soviético tornou-se mais violenta. Até então não era possível deslocalizar as boas empresas de automóveis dos Estados Unidos para o México, só depois. Eu, no país mais desenvolvido do mundo, no meu escritório e na minha casa, numa cidade encantadora de classe média, Madison, no Wisconsin, passei a cruzar-me com pessoas a dormir na rua - e são brancos, não são negros -, sobretudo a partir de 2008, por causa dos despejos, pessoas que perderam a casa por não pagarem os empréstimos. E vi quando, há uns dez anos, uma decisão do Supremo Tribunal permitiu às empresas passarem a financiar os partidos, sem limites e sem transparência. A partir daí os super-ricos passaram a controlar a política, não existe política democrática nos Estados Unidos. Dou-lhe um número: Trump, só para montar o escritório de advocacia para mostrar que a eleição foi uma fraude, precisou de 170 milhões de dólares.

E o Brasil?

O Brasil é outro país que me ensinou bastante, porque apesar de estar a fazer o meu doutoramento numa universidade de elite nos Estados Unidos, a Universidade de Yale, o meu trabalho de campo foi numa favela no Rio de Janeiro. Vivi aí uns meses e nunca tinha visto a miséria até alugar uma divisão numa favela, e como a gente era digna, a viver em condições indignas. Não eram bandidos, era gente de uma sabedoria enorme; falavam da

vida, de Deus e da natureza com conhecimento, alguns analfabetos, mas com sabedoria de vida. Comecei a aprender aí que as pessoas não precisam de doutoramentos para serem sábias.

É católico?

Tenho respeito e aprendi muito nas minhas pesquisas sobre o caráter sagrado, e não tenho hoje tanta dificuldade como já tive em entender um líder indígena quando me diz que um rio é sagrado. Para mim o sagrado estava lá em cima, para eles o Deus está no fundo. Fui católico praticante até aos 17 anos, produto de um família operária de Coimbra, a minha mãe era muito religiosa, o meu pai também, e tive aí alguma consciência social, porque pertencia a uma obra, a obra de São Vicente de Paulo, que consistia em darmos pequenos donativos às famílias mais pobres da minha freguesia. E eu aí via condições que eram muito mais pobres do que a minha, apesar de nós não sermos ricos, de maneira nenhuma. Mas aos 17 anos, quando cheguei à universidade, as dúvidas aumentaram — ainda fui do movimento católico estudantil até 1960/62. A Igreja católica era extremamente conservadora aqui em Coimbra, estávamos organizados numa instituição fundada pelo cardeal Cerejeira e por Salazar, o Centro Académico da Democracia Cristã, que estávamos a tentar mudar e que a Igreja boicotava e tinha dificuldades em aceitar. Depois veio a questão colonial e afastei-me completamente.

Escreveu o livro "Se Deus fosse um ativista de Direitos Humanos"...

Não sou um ateu praticante, até escrevi esse livro, uma tentativa de ligar a filosofia dos direitos humanos à teologia da libertação. Trabalhei bastante com D. Hélder Câmara e com bispos progressistas, que João Paulo II fez todo o possível por marginalizar, porque era um anti-comunista ferrenho. Podia contar-lhe histórias tenebrosas, o modo como se aliou a Reagan para liquidar a teologia da libertação na América Latina... Claro que na Europa não vivemos muito isso, mas quem viveu nas favelas, nos bairros onde estavam estes bispos, sentiu. E é por isso que temos agora os evangélicos conservadores a dominar, a Igreja católica perdeu o pé.

"OS MELHORES DESEMPENHOS NA PANDEMIA TÊM COMO PRIMEIROS-MINISTROS MULHERES"

Ao longo desta conversa já se referiu às mulheres três vezes. Se as mulheres tivessem mais poder, o mundo seria melhor, ou nem por isso?

Potencialmente, seria. Tenho uma convicção feminista muito grande. Por observação. Não quer dizer que a mulher seja feminista só por ser mulher - uma das mais famosas até há

pouco era extremamente conservadora, uma mulher com a qual não concordei em nada, Margaret Thatcher. Mas a verdade é que quando as mulheres juntam uma cultura feminista e a sua personalidade de mulher, isso tem efeitos. Por exemplo, os melhores desempenhos na pandemia têm como primeiros-ministros mulheres. A primeira-ministra da Nova Zelândia, que para mim é a política mais extraordinária que temos no mundo, depois do papa Francisco - veja, não sou católico [ri], mas ele é um político progressista. Porque quando as mulheres assumem essa especificidade feminina de uma perspetiva feminista, isto é, não para cuidar delas, mas para cuidar do mundo, têm uma lógica de cuidado que os homens não têm. Porque viveram, foram socializadas na economia do cuidado, da casa, da família. Ela tratou os neozelandeses como se fosse uma família a passar por uma crise; chegava a casa, com transmissões em direto, a explicar como ia mudar de roupa, como ia tratar do filho, que teve durante a pandemia, as medidas que estava a tomar para se proteger.

Tem no livro uma secção sobre a pandemia e as mulheres, aliás.

Conto no livro que quer ela, quer a primeira-ministra da Dinamarca, quer a primeira-ministra da Finlândia tiveram mais êxito no combate à pandemia. As mulheres tiveram mais atenção à proteção da vida, ao cuidado das famílias e ao problema dos pais quando as escolas estão fechadas, porque sabem por experiência quem aguenta com o trabalho quando isto acontece. Portanto, acho que se o mundo entrar num período de maior fragilidade do quotidiano devido à instabilidade que as pandemias podem vir a causar - e outros fenómenos ecológicos que penso que irão suceder, acontecimentos extremos como tsunamis, ondas de calor -, governantes mulheres saberão pôr na política uma economia de cuidado mais eficaz do que os homens. Isto não quer dizer que os homens não possam ser femininos e as mulheres não possam ser masculinas.

Se tivesse de eleger os três principais problemas de Portugal, quais seriam?

Um problema é que não descolonizámos a sociedade depois do 25 de Abril. Não descolonizamos devidamente e não fizemos uma análise histórica e o julgamento do terrorismo de Estado e dos crimes da ditadura. Porque a nossa revolução foi inicialmente um golpe de militares, quando eles próprios foram os grandes sustentáculos do regime, e quando chegaram à conclusão que não podiam aguentá-lo, porque não aguentavam a guerra, viraram-se contra ele. Foi ótimo para a democracia, mas impediu que se fizesse um julgamento sobre o período anterior. E é por isso que temos o André Ventura. Fizemos uma grande ambiguidade. Só um país que não fez um julgamento político do que foi Salazar ao longo de 48 anos pode permitir-se colocar Salazar ao nível de um Álvaro Cunhal ou de um Mário Soares. E nunca fui comunista nem estive de acordo com Álvaro Cunhal, respeitei-o apenas - também nunca fui do

Partido Socialista e fui muito amigo de Mário Soares na fase final da sua vida. Procurei ser independente. Mas não se pode esquecer os crimes da ditadura, o atraso que produziu; fomos o único país que entrou numa Guerra Colonial extremamente mortífera, que atrasou Portugal e que atrasou as ex-colónias. Tudo isso não foi analisado em Portugal por uma razão muito concreta, é que os responsáveis pela parte final do colonialismo foram também os nossos libertadores, digamos assim, do 25 de Abril.

O PCP fez 100 anos. Portugal é, na Europa e com exceção da Grécia, dos poucos países onde o comunismo se mantém. Por que razão sobrevive o comunismo no país?

Penso que uma das razões é porque foi o único partido comunista da Europa que não fez mudanças em função do *aggiornamento*, e que com acontecimentos como a transição para democracia ou a queda do muro de Berlim manteve a linha ortodoxa, ao contrário dos grandes partidos comunistas da Europa, como na Itália, Espanha e França. Todos foram para a solução de eurocomunismo, uma tentativa de o comunismo renunciar a parte do passado, autoritária, ditatorial, e ligar-se ao projeto social-democrata. Praticamente desapareceram, os que se mantiveram são residuais. Depois, afinal, a social-democracia, que era o sonho, começou a entrar em crise na mesma altura: neoliberalismo, salários, luta contra sindicatos, negociação coletiva. Os países da Europa de leste começaram a fazer uma reavaliação de tudo o que se passou, o que se fala do tempo soviético não é o que se passa agora. Depois da liberdade não tinham formação, saúde, educação, habitação gratuita, a desigualdade social passou a ser imensa, com uma estratificação social grande. Aqui, o ter-se mantido fiel a uma ideologia contrária à euforia capitalista dos anos 90 deu-lhe crédito junto das casses populares. Por outro lado, a estrutura da economia portuguesa semi-periférica permitiu o operariado que sustentava as forças tradicionais - acabou a grande metalomecânica e os estaleiros navais, mas ficou o têxtil, o calçado, etc. Ao contrário do que tem sido dito, dada a heterogeneidade da classe operária, há jovens que podem ter aderido ao PCP como opção anti-sistema, alguns pela via ecológica. O PCP manteve a integridade.

Voltamos aos problemas de Portugal, ia para segundo. Qual é?

O segundo problema é que não soubemos até agora encontrar o nosso lugar na Europa de uma maneira que seja condizente com aquilo que somos e que somos capazes de fazer. Neste momento ainda estamos com um problema difícil de estarmos a pautar o nosso caminho na Europa pelo que pensam os países ditos frugais: Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, etc. Não devíamos fazer isso, eles não têm nenhuma autoridade

para isso, têm um sistema público muito mais robusto que o nosso, têm um estado muito mais presente na economia, em alguns desses países até as bebidas são controladas pelo Estado. E nós temos de pedir desculpa se vamos fortalecer o SNS e criar uma carreira de exclusividade com bons salários, que é o que precisávamos de fazer. Portugal assume uma menoridade que não é justificada, pode ousar muito mais. Penso que esse é o grande problema de um país que, sendo europeu, nunca se sentiu como tal. Não é por acaso que o maior projeto de ciências sociais, financiado pelo European Research Council, foi dar a esta humilde pessoa 2,4 milhões para o ALICE, um projeto para a Europa aprender a lidar com o mundo. Portugal teve mais contacto com o mundo durante mais séculos e mais mundo, foi o único país que esteve na América Latina, na África e na Ásia, três impérios, com parte gerida a partir de Goa.

Se é assim, porquê o complexo de inferioridade?

Mediocridade da nossa classe política, mais nada. Não leram história, não apreciaram. A nossa educação tem muita deficiência para dar uma perspetiva histórica sobre Portugal, que não deve ser triunfalista, mas deve valorizar o que tem de ser valorizado e criticar o que tem e ser criticado. O primeiro problema foi que não somos capazes de criticar suficientemente, o segundo é que não somos capazes de valorizar suficientemente.

Terceiro problema?

O terceiro problema é que estivemos 48 anos em ditadura, isto foi extremamente danoso para a sociedade portuguesa, porque não criou culturas democráticas. Isto é, Portugal não só é dos países mais injustos da Europa em termos de desigualdade social, como também não foi capaz de criar, apesar de ser um país pequeno, uma harmonia territorial - agora temos o Ministério da Coesão Territorial, mas é porque não há coesão, senão nem precisávamos de um ministério, um país tão pequeno nem precisava de se pôr esta questão, se precisa é porque não se fez nada nesse sentido. Portanto, foi um país que não aprendeu que a democracia não são apenas as eleições, é a maneira como se tratam as pessoas, nas empresas, nos locais de trabalho, nos lugares onde vivem, nas formas alternativas como querem viver. O facto de termos uma economia camponesa extremamente rica, apesar de tudo, e termos aceitado que a política económica europeia fosse apenas para as grandes empresas agrícolas e deixasse o pequeno camponês de fora, ou que o senhor Cavaco Silva aceitasse que se destruísse parte dos barcos de pesca, quando tínhamos uma pesca artesanal riquíssima, para agora dependermos do peixe pescado pelos espanhóis. Tudo isto é um país que não só não soube estar com a Europa, mas também não soube estar consigo mesmo de modo

democrático. Por isso é que os turistas vêm para aqui, não é só o sol, é uma sociedade que, apesar de toda a desigualdade, tem uma das mais baixas taxas de criminalidade da Europa. Isto não é pouca coisa.

São vários os observatórios em Portugal. É coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça, do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Que trabalho tem apresentado ao longo dos anos e com que resultados?

Temos vários observatórios no CES, talvez o mais conhecido seja o observatório da crise e das alternativas, que funciona em Lisboa. Temos uma sede em Lisboa que foi durante muito tempo liderada por Manuel Carvalho da Silva [ex-secretário-geral da CGTP-IN], e muitas políticas públicas, inclusivamente na área da segurança social, foram estudadas no centro. Não é por acaso que alguns governantes vieram de lá, a Graça Fonseca [ministra da Cultura] foi investigadora do CES. No caso do Observatório da Justiça, temos tido um papel muito relevante desde 1984, fomos muito animados por Laborinho Lúcio [ex-ministro da Justiça], que foi diretor do Centro de Estudos Judiciários, e criámos uma relação com o Ministério da Justiça e com os operadores; trabalhamos muito com o Conselho Superior da Magistratura, com o Ministério Público, e somos muito responsáveis pela formação de milhares e milhares de procuradores e juízes em Portugal e também no Brasil.

Juízes parece que em Portugal só há dois, Carlos Alexandre e Ivo Rosa...

Não, trabalhamos com os 99% que fazem a justiça das pessoas como nós, não são casos para ir para às primeiras páginas dos jornais. Trabalhamos muito no mapa judiciário, temos uma grande competência técnica instalada, e agora há uma reforma a ser pensada, inclusivamente ao nível do sistema judicial nas carreiras, vamos intervir diretamente na reforma no sistema processual, num tema que nos é muito caro, que é uma tentativa de importar do Brasil a delação premiada, obviamente nociva - o livro em que estou a trabalhar com assistentes vai mostrar como é destrutiva para a justiça. É uma inovação norte-americana que foi para o Brasil e que se quer trazer para Portugal, uma forma de os procuradores do Ministério Público terem o direito à preguiça, porque a informação é-lhes fornecida por denúncias e eles não têm de investigar. Pode ser muito perigosa: estamos a ver que no Brasil parte das delações, no caso que levou Lula da Silva à prisão, foram mentirosas. Sei que em Portugal se está a tomar todos os cuidados para que isso não aconteça, mesmo assim tenho algumas dúvidas. Acompanhamos muito o sistema de justiça no concreto, por exemplo, o sistema de Moçambique foi construído muito com o nosso apoio, continuamos a apoiar

o de Angola, apesar de todas as dificuldades, e agora vamos trabalhar mais para o Brasil, porque devido a toda esta deriva autoritária os juizes e os magistrados democráticos estão a virar-se para nós, porque o nosso observatório é muito conhecido entre eles como uma tentativa de mostrar o que pode ser uma justiça cidadã.

Em 2010 foi feito um plano contra a corrupção, em 2015 novo plano e, no final de 2020, mais um. Mas continua tudo igual. É uma condenação?

Não, de maneira nenhuma. Também temos posto essa questão, porque temos muitas reformas planeadas, mas que depois não são executadas. No Observatório da Justiça temos tido esse cuidado, é um trabalho que não sai nas notícias. Quando se promulga uma lei vamos ver se, na prática, foi aplicada. Muitas vezes não foi, e mostramos as deficiências. Temos muitas vezes um país muito mais avançado no papel do que na realidade. É um dos problemas que está em nós: a falta de cultura democrática. Isso repercute-se muito na justiça. Nunca assumimos bem que quem tem poder na sociedade possa ser posto num papel de igual perante a justiça, como qualquer cidadão comum. Temos um respeito por quem tem poder, seja económico, seja político, somos uma sociedade hierárquica.

Uma certa subserviência?

Exato, uma certa subserviência, uma ideia de que o poder é opaco porque as elites é que sabem. Tudo isto é falta de cultura democrática e resultado de 48 anos de ditadura. Criou-se esta ideia de opacidade, e os nossos serviços de investigação criminal têm ainda hoje muita dificuldade, porque os crimes de corrupção são difíceis de investigar, até pela alta tecnologia envolvida, além das leis de sigilo bancário, dos paraísos fiscais. É muitas vezes através de *whistleblowers* como Rui Pinto ou como [Edward] Snowden que vamos sabendo as coisas. Sabemos o que se passou na condenação de Lula da Silva, na operação Lava-Jato, porque a Intercept nos deu à luz as conversas telefónicas, que são de pôr os cabelos em pé. O sistema da opacidade contribuiu para que não se investisse muito na dificuldade enorme que há em investigar estes temas, procurou-se muitas vezes o lado fácil, que é o outro lado da incompetência, de condenar os jornais. Há falta de cultura democrática e reverência pelo poder. Depois, quem é corrupto ou suspeito de corrupção nestes lugares tem dinheiro, tem bons advogados, que sabem explorar as fraquezas do sistema. O sistema de recursos, por exemplo, é demasiado liberal, porque permite prolongar os processos indefinidamente.

Treze anos, 18 propostas para legislar sobre o enriquecimento ilícito e zero leis aprovadas. Porquê?

Tem de ver as ligações de alguns dos nossos deputados à Assembleia da República. Temos na Assembleia deputados que são grandes advogados ou que trabalham com grandes advogados que são os técnicos a escrever aquela letra pequenina nos decretos que deixam lá a cláusula de fuga para as empresas de que amanhã são eles os consultores. Nada é feito por acaso.

O que impede os processos de avançar e ter uma conclusão em tempo útil, por que motivo temos uma justiça tão lenta?

É uma das grandes enfermidades. Segundo todos os inquéritos que fizemos, a justiça portuguesa não é corrupta, é lenta e ineficaz. Tem havido casos de juízes corruptos, vários apareceram na imprensa ultimamente, mas, ao contrário de outros países, não é uma situação comum. Mas justiça demorada é justiça negada e temos um sistema extremamente burocrático que nunca foi trabalhado, mesmo a informatização tem sido lenta e com atropelos, com sistemas informáticos que não são compatíveis uns com os outros, o do Ministério Público com o da Polícia Judiciária, coisas muito concretas que tornam tudo mais difícil. Mas, mais uma vez, falta cultura democrática. A justiça portuguesa tem um conceito de independência mais corporativa (dos seus privilégios, dos seus direitos) do que democrática. Quando são independentes exatamente para servir os interesses dos portugueses, para servir a justiça. Esta pressão vem de uma cultura democrática que não lhes é dada nas faculdades de Direito, que nunca se reformaram depois do 25 de Abril. Os professores, os estudantes não aprendem uma cultura de direitos humanos, que é a coisa mais básica, o acesso à justiça célere. Depois, há uma cultura jurídica que é deficiente, por outro lado uma cultura burocrática que impede, não só em relação aos magistrados, mas também aos funcionários. Esta é uma enfermidade da nossa justiça que raramente tem sido uma prioridade da política portuguesa.

Não deixa de ser irónico, numa altura em que o primeiro-ministro e o presidente da República são da área do Direito.

É estranho, não é? Não digo que a culpa seja deles, mas nunca foi prioridade. Só quando há uma reforma e um conflito entre o sistema judiciário e o poder político.

Anexo III – Autoficção ou Ficção com factos reais na série “The Crown” na Netflix



x
televisão

O que é verdade e o que é ficção em “The Crown”? A série da Netflix está de volta

É a maior produção da plataforma e uma série que já tem estatuto de culto. A NiT dá-lhe uma ajuda para distinguir os factos da fantasia.

15/11/2020 às 02:56



Série é um dos grandes sucessos da Netflix.

texto

Pedro Filipe Pina

Depois de décadas de cerimónias de estado e a animar a imprensa cor-de-rosa, a família real britânica liderada por Isabel II ganhou toda uma nova dimensão no ecrã. O mérito é de “The Crown”, série da Netflix que começa este domingo, 15 de novembro, a sua quarta temporada, e uma que promete, com a chegada de Margaret Thatcher ([Gillian Anderson](#)), e em especial da princesa Diana ([Emma Corrin](#)), à narrativa.

Desde 2016 que a série tem cativado espectadores pela qualidade, mas também pela proximidade de figuras que todos nós conhecemos (e mais umas quantas de que o público britânico é, naturalmente, mais conhecedor). Mas o que é que é facto ou ficção? Mais do que isso, como é que se passam para o ecrã todos estes cenários e complexas relações?

“The Crown” tem construído um ambiente de culto à sua volta. Além de membros da família real, há figuras históricas a surgir que marcaram o século XX. Margaret Thatcher e Winston Churchill ([John Lithgow](#)) são duas das personalidades que ao longo da série merecem aqui um retrato complexo e plantado na realidade. O mais curioso é que várias das personagens são pessoas ainda vivas. E elas também estão atentas à série, a começar pela própria rainha.

Ao longo dos anos, uma fonte do “Daily Express” próxima do palácio de Buckingham tem revelado que a rainha gosta da série e que costuma vê-la. Já teve, também, algumas queixas. Aconteceu, por exemplo, na forma como o seu marido, o Duque de Edimburgo, não se compadeceu com o filho, Carlos, quando este se teve de adaptar à nova realidade num colégio interno.

Ao que parece o duque não terá sido tão frio com o filho. Embora haja livros e artigos a [corroborar](#) esta versão de um miúdo sensível a viver uma nova vida longe dos pais, o próprio príncipe Carlos já admitiu publicamente que não foi assim tão traumático, elogiando a educação que recebeu.

O criador da série, [Peter Morgan](#), tem lembrado ao longo dos anos que, mesmo baseada em factos reais, “The Crown” continua a ser uma série de ficção. É por isso normal que haja momentos históricos que tiveram mais importância no mundo real e que são tratados mais ao de leve ou que passam ao lado da série. Aconteceu com o famoso Bloody Sunday, em 1972, que inspiraria mais tarde a célebre canção dos U2. Os Beatles ou os Sex Pistols, cujo hino punk “God Save The Queen” varreu o país, foram contemporâneos de acontecimentos da série e tiveram um peso cultural que aqui é desvalorizado. Nem a melhor série dá para tudo.

O inverso também se verifica: cenas que não terão sido assim tão importantes mas que tiveram grande destaque na série. Filipe, o marido de Isabel II, na verdade não teve grandes problemas em ajoelhar-se perante a mulher. Era ela a monarca e ele foi educado naquele ambiente. Neste caso a realidade foi bem mais simples e comum do que a ficção.



A princesa Diana é uma das novidades.

Embora inspirada em factos bem reais, “The Crown” não procura ser um documentário ou um retrato exato. É por isso que a dinâmica das relações entre personagens tem maior preponderância do que os factos históricos. Além de trabalhar com consultores, a série faz também um extenso trabalho de pesquisa. Quando falamos da família real britânica ali retratada, falamos de décadas e décadas de protocolos, cerimónias públicas, escândalos,

rumores e declarações públicas. É um gigantesco manancial de informação que serve de base e que é usado com alguma liberdade criativa.

À “Radio Times”, Robert Lacey, historiador da família britânica (e sim, há historiadores dedicados apenas a este tema), explicou essa mesma dinâmica. “O que vemos é inventado e verdadeiro.” Quem o diz é um dos consultores da série. A título de exemplo: as relações próximas entre a princesa Ana e Andrew Parker Bowles, e Carlos e Camilla Parker Bowles, até têm o seu fundo de verdade. Mas a biógrafa de Carlos Sally Bedell Smith está convencida de que são relações que nunca se sobrepuseram no tempo. Como é óbvio, complexas tramas amorosas são sempre um ingrediente útil para uma receita que funcione no ecrã.

O documentário desaparecido

Em certos casos a realidade pode ser até tão ou mais interessante do que a ficção. É o que acontece, por exemplo, quando a família real abre as suas portas para um documentário. Em “The Crown” ficamos com a ideia de que foi um certo fiasco, expondo-os ao ridículo. Na verdade, mesmo tendo havido bastantes críticas, o documentário até recebeu alguns elogios. E foi um sucesso brutal de audiências.

Na altura em que estreou na BBC e na ITV, em junho de 1969, o documentário “Royal Family” foi visto por cerca de 30 milhões de espectadores, isto num país com pouco mais de 55 milhões de habitantes. A rainha teve oportunidade de o ver antes de sair e não exigiu grandes alterações (a margem criativa era, aliás, uma das exigências do realizador Richard Crawston).

O documentário até voltaria a ser exibido mais umas poucas vezes. A última vez que alguém o viu, no entanto, foi a 6 de fevereiro de 1972 na BBC. De então para cá tornou-se uma espécie de obra de culto, escondida e inacessível, que nunca mais foi exibida. Os direitos sobre o filme pertencem ao próprio gabinete de Isabel II, que após aquela data nunca mais permitiu a sua exibição. A razão oficial foi que era “um programa do seu tempo e para o seu tempo” e, como tal, já não precisava de voltar a ser exibido. E a verdade é que hoje em dia já só há relatos de quem o viu então. A exibição não autorizada valeria um processo judicial.

A produção

Embora seja sempre de admirar alguma capacidade de improviso e poupanças, há casos em que o dinheiro e uma preparação exaustiva são sinónimo de qualidade. “The Crown” é mesmo a aposta mais dispendiosa de sempre da Netflix numa série, o que também foi

desde cedo um claro sinal da aposta que a plataforma estava a fazer no projeto. O orçamento para as duas primeiras temporadas terá sido superior a cem milhões de euros.

Todos os atores principais de “The Crown” contaram com treinadores de voz para se preparar para o papel. Emma Corrin, a princesa Diana desta quarta temporada, [contou](#) à “Variety” que cada ator costuma ter uma palavra específica que serve de referência para trabalhar o sotaque da personalidade que estão a interpretar. No seu caso, “alright” foi a palavra repetida de forma exaustiva até dominar o tom de voz e sotaque da princesa do povo.

O trabalho em termos de cenários é também exaustivo. “The Crown” não pode filmar em edifícios históricos como o palácio de Buckingham ou o palácio de Windsor. Mas há soluções, como [explicou](#) à “Fortune” Martin Childs, responsável pelos cenários todos e design de produção.

Ao todo, a série já usou cerca de 400 cenários diferentes. Em certos casos, mesmo não podendo filmar lá dentro, há imagens dos locais. Em cada episódio, Martin Childs desenha onde vai decorrer a maioria da ação. Desenha o cenário que lhe interessa de um palácio numa folha em branco e vai juntando com setas informações sobre a ação a decorrer. O trabalho exaustivo dá lugar a autênticas criações artísticas, com o próprio a admitir que já há quem lhe peça os desenhos como autêntica peça de coleção.

Se por acaso uma cena decorre em aposentos privados (que ninguém sabe ao certo como são) de algum dos membros, a equipa de “The Crown” trabalha com aquilo a que chama “imaginação informada”. A ideia, acima de tudo, é que seja credível ao espectador. Como a série se desenrola ao longo de anos, muitas vezes há trocas de atores em personagens centrais. O facto de os cenários se repetirem pode parecer coisa pequena mas é uma forma útil de ajudar o espectador a adaptar-se ao rosto novo, mais velho, que irá assumir um determinado papel importante daí em diante.

Esta quarta temporada de “The Crown” que estreia agora centra-se nos finais dos anos 70 e em particular na década de 80. Entretanto, já se sabe que a atriz australiana [Elizabeth Debicki](#) vai assumir o papel de Diana já mais adulta, nas futuras quinta e sexta temporadas da série. Os fãs que se preparem porque serão as últimas de “The Crown”. Até lá, têm ainda uns aninhos pela frente para desfrutarem das subtilezas e complexidades do poder britânico, neste retrato duplamente real.

Anexo IV- Apresentação do Romance Rio de Sombras pela Prof. Doutora Ana Paula Arnaut em Coimbra.

Novembro,15 de 2007

Num romance de 2001, intitulado *A maldição do louva-a-deus*, a propósito de um objectivo e de um cenário idênticos a este em que nos encontramos, o romancista Miguel Miranda escreveu:

“Tino reprimiu um arrepio, recordando as horas longas na sala vazia da Livraria Leitura, esperando que chegasse alguém para assistir ao momento mágico, transcendente, em que mais um livro do já célebre escritor Rogério Centieiro via a luz do dia. Esse alguém que nunca chegava, mas esperado com ânsias e pescoço retorcido repetidamente por cima do ombro. Em cada apresentação de livro o pai trouxera um apresentador diferente, uns altos, outros baixos, ainda outros rubicundos e pletóricos, outros escaveirados, mas todos com o rosto fechado, agitando papéis em ruído ensurdecador sobre o tampo da mesa onde se perfilavam cadeiras vazias. Tino odiava o silêncio de velório das apresentações dos livros, aquela espera tensa por gente que nunca viria, Tino sabia que o pai sabia que ninguém chegaria, mas obrigava-se à tortura dolorosa da espera. Os presentes eram figurantes de recurso, como Carmelinda, que obrigara a cabeleireira a comparecer, esta vinha fingir que até gostava de literatura, envolvida em arminho sintético (...) só para não perder a cliente, o mesmo se passava com o contabilista do pai, suspirando de enfado, sentado hirto, de olhos cravados no tecto, alargando com um dedo o colarinho no pescoço. As duas empregadas de limpeza da livraria eram arrebatadas para ajudar a recheiar a plateia, estas sorriam de sorriso verdadeiro, espapaçadas nas cadeiras a descansar o canastro, em vez de estarem de serviço à esfregona. Na mesa, um triunvirato formado pelo editor (...), o apresentador crepitando os papéis da sua intervenção, rosto cerrado e olhos em fenda, como se buscasse a inspiração no controlo da expiração, e o próprio escritor Rogério Centieiro, sorrindo para invisíveis câmaras de televisão que ele imaginava, com os olhos no infinito. (...) Com muita ou pouca gente, cumpria-se com igual rigor a função, um ritual com o seu quê de sagrado. O apresentador era introduzido com um pequeno tossicar,

uma pequena saudação aos presentes, uma justificação pelos ausentes recorrendo-se ao frio, à realização simultânea de qualquer evento, ao impedimento súbito de muitos que tinham confirmado presença, ao jogo de futebol na televisão, alegando apenas um dentre esses pretextos, de forma leve, distendida, sem repisar o argumento. (...)

O apresentador lia o seu longo texto, soando como uma homilia em latim (...). Rogério Centieiro fixando o tecto (...), o contabilista alargando o colarinho com o dedo, a cabeleireira aspirando o vago eflúvio a naftalina exalado do arminho sintético desencantado do fundo da arca, as empregadas de limpeza tirando os pés de dentro dos sapatos para aliviar a demora e os joanetes, o tempo suspenso do novelo de palavras do apresentador, desfalecendo num final anunciado por um “muito obrigado”, uma vibrante salva de palmas estalava, sublinhando a satisfação verdadeira dos presentes pelo fim da tortura. (...)” (pp. 121-123).

Esperemos que não assim para este livro que hoje me cumpre apresentar – *Rio de Sombras* da autoria de António Arnaut... A experiência relativa à apresentação de outros livros do autor diz-me, pelo menos, que o silêncio que antecede, ou que rodeia, algumas apresentações de livros (como essa de que Miguel Miranda nos dá conta) tem sempre sido substituído pela jovialidade e pela boa disposição dos amigos e/ou conhecidos que acederam ao convite. Significa isto que, por aqui, nenhum dos presentes representa o papel de “figurante(s) de recurso”; também não dei conta de que alguém tenha alargado o colarinho com o dedo (gesto, como sabemos de sobejo enfado) e, muito menos, que alguém tenha descalçado os sapatos para aliviar a demora e os joanetes...

Posto isto, nada mais me resta do que tentar impedir que esta minha prosa se transforme numa coisa semelhante à tal aborrecida “homilia em latim”... Confesso, no entanto, que, muito provavelmente, terei necessidade de utilizar o ‘muito obrigada’ final...

Mas voltemos ao que nos interessa, o romance *Rio de Sombras* de António Arnaut, projecto antigo que, agora, é finalmente dado à estampa com a chancela da Coimbra Editora. Deixo, pois, necessariamente, a linha jocosa com que abri esta apresentação, a fim de enveredar por um tom e por uma cor mais sérios, mais propícios a uma narrativa, a esta narrativa, onde o pano de fundo dos acontecimentos respeita a um leque temporal que

abrange 20 importantes anos da vida social e política de um Portugal diferentemente ensombrado por acontecimentos e vicissitudes de variada ordem. Como afirma um dos narradores (o de 1ª pessoa e não o contratado) no início do capítulo final do romance: escavou-se “o chão da dúvida e as angústias adjacentes até encontrar o veio de fogo que alimenta a alma e marca a minha identidade profunda”, acrescentando que, “Muito ficou ainda por escavar, mas os fragmentos trazidos à tona deixaram em brasa o traço fulgurante destes últimos vinte anos” (p. 371).

Feitas as contas através de várias referências, ou tão-somente recordando as palavras que o autor, em jeito de carta, dirige ao leitor nas páginas iniciais, ficar-se-á a saber que estes últimos 20 anos se reportam ao período compreendido entre 1968 e 1988:

“Rio de Sombras nasce em 1968 na guerra colonial, percorre a crise académica de Coimbra e a campanha da Oposição Democrática de 1969, vive os estertores do salazarismo e os alvares da ‘primavera marcelista’, entra na clandestinidade, participa na Revolução de 25 de Abril 1974, atravessa o PREC e o 25 de Novembro de 1976, sofre o cerco da Constituinte, a instabilidade dos sucessivos governos e, tendo conhecido os subterrâneos do poder, onde o sol se faz sombra, reflecte sobre a democracia e o socialismo, até desaguar em 1988, no incêndio de Lisboa, que lhe serve de remate metafórico” (p.7).

Não se torna difícil aceitar, por conseguinte, que o espaço-tempo que emoldura a obra propiciará, de modo indelével e de forma nunca isenta de forte apreciação ideológica (como veremos), a reconstrução de uma H(h)istória recente que, justamente, por o ser, poderia pôr em causa a classificação do romance como histórico. Tal não acontece (e abstendo-me de enveredar por uma justificação teórica que, além de longa, se tornaria maçadora neste contexto), já que quer os acontecimentos (narrados com maior ou menor pormenor) quer os nomes de figuras públicas que escoram a acção do romance são perfeitamente recognoscíveis e passíveis de encontrar certificação na História oficialmente relatada ou em diversos documentos já tornados do domínio público (refiro-me, entre tantos outros, aos episódios acima mencionados ou a nomes como Mário Soares, Alberto Martins, Otelo, Sá-Carneiro etc., etc.). Neste sentido, e recordando as palavras de Alexandre Herculano a propósito de Walter Scott, este é, pois, um dos livros-romances cuja leitura pode ensinar “mais do que um livro de História”:

Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crónicas desenharam esse carácter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa (*apud* Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999, pp. 15-16).

Este é, aliás, o mesmo tipo de posicionamento que leva Tolstoi a observar, no Posfácio a *Guerra e Paz*, que o romancista é o verdadeiro historiador (*ibidem*, p.16). No tempo que é o nosso, não é apenas José Saramago quem afirma, de modo menos radical, todavia, a importância de “toda a ficção literária (e, em sentido mais lato, [de] toda a obra de arte)” que “não só é histórica, como não poderá deixar de o ser”. Ideia à qual acrescenta que:

um romance que quisesse apresentar-se como «leitura» deste preciso momento em que nos encontramos, não teria outro remédio que utilizar materiais históricos de todo o tipo (lexicais, ideológicos, etc.), tanto os imediatamente anteriores quanto os mais longínquos, acaso negados e abominados em nome de um qualquer modernismo, como, com alguma monotonia, temos vindo a assistir (“O tempo e a História”, in *Jornal de Letras, Artes & Ideias*, 27 de Janeiro, 1999, p. 5).

É certo que, misturando-se com os vários indicadores de veridicidade, e mesclando-se também com dados que podem ser inteiramente retirados da imaginação de quem escreve, perpassam o texto de António Arnaut outros nomes-personagens e outros acontecimentos que, em virtude de não serem de conhecimento generalizado (por respeitarem, por exemplo, aos meandros do labirinto da política partidária) podem, aparentemente, remeter, para o domínio da ficção. No entanto, ainda assim, não me parece despicienda a tentativa de estabelecer um abrangente e efectivo enraizamento no real. E esse enraizamento verifica-se não apenas no que se refere aos “acontecimentos que lhe [ao autor] servem de matéria diegética”, mas, acreditamos, e ao contrário do que o autor afirma, no já citado texto em jeito de carta, no facto de ele próprio se ter pintado no quadro que apresenta... Por isso, e contrariando, mais uma vez, as suas palavras, o livro não é apenas “autobiográfico na medida em que todo o escritor se escreve a si próprio e à sua circunstância, depondo esses nacos de memória na toalha branca da sinceridade” (p. 8).

O livro é autobiográfico, portanto, na medida em que o Autor está no texto projectado numa personagem; mesmo que essa personagem seja pintada com cores ficcionais e mesmo que, no palco da narrativa, em diversos momentos, ela seja colocada a interagir em enredos que se afastem do verdadeiro percurso existencial de quem escreve. Não direi o nome da

personagem que me parece especular o Autor mas, para os que o conhecem, para os que sabem das suas convicções, não se tornará difícil, como veremos, estabelecer o paralelismo... O papel que ao leitor cabe neste contexto é, pois, de fundamental importância. A ele cumprirá, qual detective, ir desvendando as possíveis interações existenciais; a ele caberá ir dilucidando vários indícios e vários segredos – quase mistérios – desde cedo anunciados mas cujo esclarecimento se vai adiando; a ele cumprirá, ainda, participar activa e empenhadamente na (re)organização de uma narrativa que, numa aproximação à estética post-modernista, se apresenta de modo fragmentário, tantas vezes fugindo ao cânone da linearidade a que o romance tradicional nos habituou e não menos vezes ousando apresentar na estrutura de superfície do romance o que, por regra, deveria passar despercebido: a (re)construção da própria narrativa.

É assim que, em primeiro lugar, Afonso Mendonça, o protagonista, cede (não definitivamente), no capítulo III da 1ª parte (até ao capítulo I da 2ª parte, onde o papel de narrador estará sujeito a maior alternância), o seu lugar de narrador a “Luís Moutinho de Sá e Couto / Narrador Literário / (todos os géneros incluindo a autobiografia)”. Recomendado pelo professor Augusto Mendes (por este pensar que Afonso precisava de ajuda), nele delegará a figura por detrás da orquestração romanesca – o Autor – a responsabilidade de uma narração neutral e independente da h(H)istória. Tal não acontecerá, todavia, e, apesar de diversos esforços de recriação desapaixonada, e porque, afinal, o derradeiro controlo narrativo pertence ao Autor empírico, Luís Moutinho envolve-se pessoal e ideologicamente no xadrez da obra (com frequência confundindo-se com Afonso Mendonça ou, com menos frequência, com um outro em nome de quem também escreve (cf., pp. 22, 218, por exemplo), assim permitindo observar a regulação da sua simpatia (por personagens e acontecimentos).

Em segundo lugar – e provando o afastamento (formal e não temático-ideológico) em relação aos anteriores livros de contos, de nítido recorte torguiano –, as afinidades com o Post-Modernismo prolongam-se por entrópicos aspectos de índole formal e, por consequência, pelo papel mais activo que se exige ao leitor. A título de ilustração, e, agora, numa clara (ainda que incipiente) influência de alguma coisa da técnica de António Lobo Antunes, saliento, por exemplo, os múltiplos momentos em que a exposição narrativa se quebra, suspendendo-se (formal, temporal e, por vezes, semanticamente) entre dois parágrafos intervalados por um longo parêntesis:

“Só a guerra de África continuava a zagunchar a alma portuguesa e o coração da Pátria,

(era assim que dizias, João Carlos, da última vez que nos despedimos, em Luanda, naquele dealbar de mil novecentos e sessenta e oito, tu ias para o norte em mais uma “operação de rotina” e eu preparava-me para regressar ao Puto, e então tu levaste a mão ao peito, ao sítio onde a consciência tem a anatomia do coração e disseste, parece que me estão a zagunchar a alma cada vez que sou posto na situação de matar ou morrer por uma causa em que não acredito, morreste, tínhamos 22 anos e o curso de medicina por acabar)

a zagunchar o coração da Pátria, dizia, e não era metáfora, porque se a Pátria não tivesse coração não nos fazia chorar de raiva” (p. 22).

Na esteira do que acabamos de expor, surge sem dúvida como enganador o facto de o curso inicial da narrativa parecer dar que conta de que a obra pretende reconstruir, de imediato e retrospectivamente, as peripécias que terão levado Afonso Mendonça, por um lado, à situação de médico exilado, aos 37 anos, numa “vila perdida nas serranias beirãs” (p. 11) e, por outro lado (e muito provavelmente em consequência dos motivos que o levaram a isolar-se), ao dilema que uma carta recebida lhe causa, impondo-lhe a destinatária – Cláudia – o regresso (não sabemos onde) no prazo de três dias.

Desengane-se, então, o leitor, pois a recuperação desse passado próximo (de nós e do tempo de enunciação do discurso da personagem) não será feita linearmente, de modo a que os acontecimentos ocorridos na linha temporal 1968-1988 nos cheguem cronologicamente ordenados do passado para o presente. Pelo contrário, as memórias que explicarão o estado de coisas com que abre a narrativa serão chamadas à colação numa espécie de livre associação ideias – de acordo com o fluxo da consciência de Afonso Mendonça, ou do narrador contratado em sua substituição –, parecendo, por isso, não existir grande preocupação com uma lógica, porque cronologicamente linear, ordenação do xadrez narrativo. Assim acontece, entre tantos exemplos, quando, a propósito de algumas novidades literárias recentemente publicadas (*O Diário X* de Torga e *O Delfim* de Cardoso Pires), o narrador insere na narrativa “um episódio, passado em Luanda, nos últimos meses da sua comissão, [e] que foi determinante no despertar da sua [de Afonso] consciência política” (p. 48); ou quando vai chamando à boca de cena os episódios que, de modo fragmentário, vão

reconstruindo a história do homem sem nome e, por consequência, da sua relação com Elvira – e desta com o pido Acácio das Neves (também conhecido por senhor Alves) (*passim*).

Aliás, a determinado momento, Afonso Mendonça, no seu papel de autor e também de narrador avisa – em jeito de advertência ao outro narrador, Luís Moutinho, e, por extrapolação lógica, a nós, leitores –: “este livro é um romance, não é uma crónica romanceada, não se ponha por aí a tecer comentários, a opinar sobre a cronologia dos acontecimentos, nem a adivinhar quem são as personagens reais que correspondem às personagens” (p. 236).

A linha romanesca da obra consubstancia, assim, como disse José Saramago a propósito de outro contexto e de outra matéria, um fervilhar “de direcções irradiantes que se vão dividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista” (até quase se perderem de vista), acabando por se parecer “com uma estrela quando se põe a projectar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições” (*Todos os Nomes*, p. 135).

E estes “ramos e ramilhos” em que a narrativa se vai desdobrando, ou melhor, em que a narrativa se vai desenovelando nos três dias que reconstituem e que recuperam vinte anos, traduzem-se em enredos de índole variada: familiar, amorosa ou, ainda, política – todos se entrelaçando e todos se conjugando em relação à dilucidação do *mistério* inicial, sem, contudo, relembramos, permitir falar de sequencialização.

Deixo de lado nesta apresentação os “ramos e ramilhos” que consubstanciam a intriga amorosa, ou as intrigas amorosas e familiares que percorrem o romance, porque, afinal, o que julgo que ressalta da obra é a denúncia de um vasto leque de injustas, desonrosas e pouco edificantes situações de um contexto pré- e pós- 25 de Abril de 1974. Denúncia esta feita, com toda a certeza, na prossecução do utópico *desideratum* de, adaptando a expressão de Ortega e Gasset, contribuir para a construção de um ‘Portugal vertebrado’.

Fazendo justiça à frontalidade que sempre conhecemos e reconhecemos no Autor, como figura social, humana e política, a verdade é que as zurzidelas (utilizo propositadamente esta palavra por me parecer mais forte do que o seu vulgar sinónimo), não poupando, como seria de esperar, o tempo do fascismo e suas excrescências, também não deixam impunes determinados comportamentos em tempos e em gentes ditos, tidos e pensados como democráticos. Este romance integrará, pois, um conjunto de outras obras cujos autores caminham por dentro dos ideais de Abril, fazendo o relato poético, narrativo ou dramático, quer da revolução, quer das suas consequências a curto e a mais longo prazo.

Uma revolução que os democratas sonharam como reencontro do país com o seu futuro e cuja concretização alguns escritores foram alimentando nas suas obras – como bem afirmou Eduardo Lourenço, “Fracassadas ou vitoriosas, as revoluções são grandes consumidoras de imaginário colectivo” (Lourenço, Eduardo, “Literatura e Revolução”, in *Colóquio/Letras*, nº 78, Março, 1984, p.7).

E neste “imaginário colectivo” é possível estabelecer delimitações, agrupamentos de pontos de vista que se estendem da euforia à suspeição, ora melancólica ora desencantada e crítica, de plenos e efectivos resultados práticos no campo político e social. No primeiro caso, encontramos uma paleta de textos que, embora publicados alguns anos depois de 1974, encerram o relato ou no próprio momento da Revolução ou em momentos muito, muito próximos – e talvez por isso, por não se não ter tido tempo para digerir a Revolução, o que predomina é, ainda, uma paleta de visões e de expectativas desensombradas. No segundo, respeitante a obras cujo enredo se prolonga quer pelo imediato período pós-revolucionário, quer num tempo que quase toca o nosso presente, como acontece com *Rio de Sombras*, é-nos facultada a entrada num universo em que os cravos se ainda não se transformaram em cardos, ou quase, parecem ter perdido alguma coisa da sua forte e matricial cor vermelha. Cor de sangue de uma revolução que o não derramou, cor e símbolo de resistência e de fortes convicções democráticas que a erosão e o cansaço dos anos parece querer transformar numa tonalidade mais ténue, cada vez mais ténue... e cada vez mais frágil, também, mesmo para alguns que, de forma sentida, choraram, na altura, lágrimas de alegria, que não de descontentamento.

É assim que, em *Rio de Sombras*, entre tantos outros episódios menos edificantes para a Democracia, ficamos a saber da inflexibilidade de um Partido Comunista que, depois da Revolução, esquece “Os velhos republicanos e democratas” (p. 245) e afasta da cena partidária o camarada Ademar Lopes, por pertencer à Maçonaria e por se considerar incompatível a militância nessas duas obediências (pp. 243-244); assim nos é dada a conhecer a falsidade com que certas pessoas (festivamente de esquerda) se assumem como anti-fascistas, aderindo, por oportunismo e desejo de notoriedade, a uma esquerda que, estranhamente, as aceita, nomeando-as, inclusivamente, para importantes cargos políticos (p. 248); assim sabemos, ainda, de múltiplas manobras que, agora decorrem nos bastidores de um Partido Socialista que, com frequência, e em virtude da ambição desmesurada de

carreiristas da mais variada espécie, esquece os mais elementares valores de solidariedade e de honestidade humana e política, etc., etc.

Todavia, de quando em quando, nesta 2ª parte do romance (como já havia pontualmente acontecido na 1ª parte), é possível encontrar alguns episódios que, continuando embora a nimbar a narrativa de um tom e de uma cor de severa crítica, acabam, pelo seu carácter picaresco, por aliviar a tensão que se estabelece. É o que sucede no excerto que a seguir transcrevo:

“As campanhas eleitorais deviam ser a festa da democracia, mas, a breve trecho, começaram a resvalar para um folclore dessorado, onde o que contava era o espectáculo dos artistas e não o esclarecimento das ideias. Parece que o povo gostava do colorido dos ranchos e do requebro dos cantores, e não admira, porque o fascismo só lhe deu uma cultura de fancaria. Mas nós tínhamos obrigação de o tratar com mais respeito, matando a sua fome de saber, falando-lhe de política como dela se falava na agora helénica. E em vez de o aliciarmos com isqueiros e canetas onde brilhava o emblema do partido, réplica moderna dos copos de vinho que o fascismo distribuía, devíamos dar-lhe a palavra avisada e o esclarecimento sério para que pudesse conscientemente escolher o seu caminho. Por isso, muito me doía a insensibilidade, a demagogia e o calculismo de alguns candidatos. Prometiam tudo sem titubear, à boca pequena ou ao microfone, sabendo que não podiam cumprir. Um deles, que chegou de noite e distraído a uma vila do interior para falar num comício, prometeu que a ponte há muito reivindicada seria finalmente construída, pois não se admitia que no último quartel do século XX aquele bom povo ainda tivesse de atravessar o rio a vau. Enganou-se no palco e caiu no ridículo, porque o problema respeitava a outra localidade, já que aquela nem, sequer, tinha rio...” (pp. 324-325).

Em derradeira instância, então, o que este *Rio de Sombras* confirma e ilustra é essa outra conhecida asserção de José Saramago: “todo o romance é isso, desespero, intento frustrado de que o passado não seja coisa definitivamente perdida. Só não se acabou ainda de averiguar se é o romance que impede o homem de esquecer, ou se é a impossibilidade do

esquecimento que o leva a escrever romances” (*História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989, p. 56).

Muito obrigada!